

**CARLOS EDUARDO MACHADO FIALHO**

**ENFIM SÓS: O PARTIDO DOS TRABALHADORES E O PODER  
NO MUNICÍPIO DE CAMPINAS (1989-1991)**

**Dissertação de Mestrado apresentada  
ao Departamento de Ciência Política  
do Instituto de Filosofia e Ciências  
Humanas da Universidade Estadual  
de Campinas sob a orientação do  
Prof. Dr. Caio Navarro de Toledo**

**Este exemplar corresponde à  
redação final da dissertação  
defendida e aprovada pela  
Comissão Julgadora em  
28/05/1999**

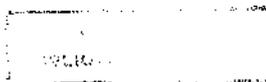
**BANCA**

  
**Prof. Dr. Caio Navarro de Toledo (orientador)**

  
**Prof. Dr. Décio Azevedo Marques de Saes**

  
**Profa. Dra. Rachel Meneguello**

**MAIO/1999**



5874765

U.:	CC-
N.º:	
V.:	Ex.
T.º:	38164
L.º:	229/99
P.º:	R\$ 11,00
DATA:	23/07/99
N.º CPD:	

CM-00125673-2

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA  
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP**

**F 441 e Fialho, Carlos Eduardo Machado**  
**Enfim sós: o Partido dos Trabalhadores e o poder no município de Campinas (1989-1991) / Carlos Eduardo Machado Fialho.**  
 - - Campinas, SP : [s. n.], 1999.

**Orientador: Caio Navarro de Toledo.**  
**Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.**

**1. Partidos dos trabalhadores (Brasil). 2. Campinas (SP). Prefeitura. 3. Partidos políticos - Brasil. 4. Administração local - Brasil. 5. Brasil - Política e governo - 1989 ±1991. I. Toledo, Caio Navarro de. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.**

## ÍNDICE

BANCA _____	1
INTRODUÇÃO _____	4
CAPÍTULO I: O OLHAR DE FORA: A TEORIA PARTIDÁRIA E O MODELO DO PT_	15
1. A PROCURA DO MODELO _____	16
2. DELINEANDO O MODELO: PARTIDO DE MASSAS, DEMOCRÁTICO E SOCIALISTA _____	18
CAPÍTULO II: UM AUTO-RETRATO: O PT COMO PARTIDO DE MASSA E SOCIALISTA (AS RESOLUÇÕES DO Vº ENCONTRO E DO 1º CONGRESSO NACIONAL) _____	29
1. SOBRE A ORIGEM DO PARTIDO DOS TRABALHADORES E SUA CARACTERIZAÇÃO COMO PARTIDO DE MASSAS _____	31
2. DEFININDO O MODELO: O PT E O SOCIALISMO _____	43
CAPÍTULO III: AS MASSAS E OS QUADROS NO PT DE CAMPINAS _____	50
1. A COMPOSIÇÃO SOCIAL DAS BASES DO PT DE CAMPINAS. _____	54
2. A FORMAÇÃO DOS QUADROS DO PT DE CAMPINAS _____	61
ANEXOS _____	68
ANEXO 1: CANDIDATOS A VEREADOR PELO PT DE CAMPINAS EM 1988 _____	69
ANEXO 2: TENDÊNCIAS DO PARTIDO DOS TRABALHADORES - NACIONAL _____	73
ANEXO 3: VEREADORES ELEITOS PELO PT DE CAMPINAS EM 1988 _____	75
ANEXO 4: SECRETARIADO INDICADO PELO PT-CAMPINAS NA CAMPANHA PARA AS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 1988 _____	76
CAPÍTULO IV: O CONFLITO ENTRE A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL E O PARTIDO POLÍTICO EM CAMPINAS: O PARTIDO DOS TRABALHADORES NO PODER. _____	78
1. O CANDIDATO _____	79
2. A PLATAFORMA _____	83
3. O PT NO PODER _____	86
4. O DISTANCIAMENTO ENTRE O PARTIDO NO PODER E O PODER DO PARTIDO _____	91
5. A CRISE SE DELINEIA _____	94
ANEXOS _____	102
ANEXO 1: RELAÇÃO DOS NÚCLEOS DO PT DE CAMPINAS E CANDIDATOS A PREFEITOS ÀS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 1988 _____	103
ANEXO 2: NOTÍCIAS SOBRE O PT NA ADMINISTRAÇÃO EM CAMPINAS / JANEIRO DE 1989 _____	109

<i>CAPÍTULO V: A CRISE: QUADROS x MASSA</i>	<b>110</b>
1. O CONFRONTO: GREVE, COLEGIADO E DECISÕES CENTRALIZADAS	<b>111</b>
2. TRANSPORTES, ÁGUA E ESGOTO: AUMENTA A DISTÂNCIA ENTRE A ADMINISTRAÇÃO E O PARTIDO	<b>116</b>
3. A CRISE CONTINUA: A AUTORIDADE DO PREFEITO E A AUTORIDADE DO PARTIDO	<b>121</b>
<b>ANEXOS</b>	<b>135</b>
ANEXO 1: PARECER DA COMISSÃO INTERNA DA EXECUTIVA ESTADUAL SOBRE A GREVE DO FUNCIONALISMO	136
ANEXO 2: CARTA DE 16 DE AGOSTO DE 1989 - SECRETÁRIOS E ASSESSORES COLOCAM OS CARGOS A DISPOSIÇÃO DO PT	139
ANEXO 3: REUNIÃO DO 1º ESCALÃO DE GOVERNO PT DE CAMPINAS	141
ANEXO 4: REUNIÃO DO 1º ESCALÃO DE GOVERNO PT DE CAMPINAS	144
ANEXO 5: RESOLUÇÃO DO DIRETÓRIO MUNICIPAL DE CAMPINAS DE 19 DE AGOSTO DE 1989	146
<i>CAP. VI: SOLUÇÃO À VISTA: MASSAS x QUADROS</i>	<b>150</b>
1. OS CONSELHOS POPULARES EM CAMPINAS	<b>152</b>
2. PARTICIPAÇÃO POPULAR E SOCIALISMO	<b>157</b>
3. A VELHA CRISE COM NOVOS MOTIVOS	<b>160</b>
4. A “CHAMA” ACENDEU: A OPOSIÇÃO VEM DAS BASES	<b>164</b>
5. PREFEITURA E PARTIDO: CADA UM DO SEU LADO	<b>171</b>
6. O PARTIDO DE VOLTA PARA CASA: O ROMPIMENTO COM A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	<b>183</b>
<b>ANEXOS</b>	<b>190</b>
ANEXO 1: NOTÍCIAS SOBRE O PT NA ADMINISTRAÇÃO DE CAMPINAS - FEVEREIRO DE 1990	191
ANEXO 2: NOTÍCIAS SOBRE O PT NA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL - MARÇO DE 1990	193
ANEXO 3: CONTRIBUIÇÃO AO SEMINÁRIO INTERNO PT - CAMPINAS	194
ANEXO 4: NOTÍCIAS SOBRE O PT NA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL - MAIO DE 1990	199
ANEXO 5: QUADRO DAS DECISÕES DOS NÚCLEOS DO PT DE CAMPINAS SOBRE A CRISE ENTRE O PARTIDO E A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	202
ANEXO 6: NOTÍCIAS SOBRE O PT NA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL - NOVEMBRO DE 1990	208
ANEXO 7: RESOLUÇÕES DO IXº ENCONTRO MUNICIPAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES-CAMPINAS	209
<i>CAP. VII: VALEU A PENA? UM BALANÇO DA CRISE, A TÍTULO DE CONCLUSÃO</i>	<b>215</b>
<b>BIBLIOGRAFIA</b>	<b>231</b>
DOCUMENTOS PARTIDÁRIOS	<b>237</b>
PERIÓDICOS	<b>238</b>

## INTRODUÇÃO

O Partido dos Trabalhadores venceu as eleições municipais de Campinas em 1988. Ficou dois anos no poder e se declarou fora da Prefeitura em 1991. Lutou para chegar ao poder municipal contra partidos e políticos que tinham uma grande tradição no município e o domínio da máquina administrativa.

Orestes Quércia (PMDB) e Magalhães Teixeira (PSDB) tinham votos garantidos nas eleições em Campinas, tendo sido, ambos, prefeitos e deputados eleitos com os votos locais. Seus candidatos à sucessão para a Prefeitura de Campinas contavam, de um lado, com o apoio da máquina do PMDB de Orestes Quércia e uma rede de comunicação de rádio e jornal, e de outro, com a máquina administrativa da Prefeitura municipal.

O trunfo do PT para as eleições municipais de Campinas contra os candidatos do PMDB e do PSDB estava na crise econômica e política que tomava conta do país. Havia um movimento de oposição geral a todo e qualquer partido que representasse ou estivesse aliado ao governo federal. Outro fator importante para a vitória do PT em Campinas foi a mobilização das bases do partido, participantes da maior parte dos movimentos populares do município e de alguns sindicatos importantes.

O candidato a prefeito para as eleições de 1988 escolhido pelo PT não era pessoa muito conhecida no município, ao contrário de seus opositores do PMDB e,

principalmente, do PSDB. Era um líder sindical importante por ter dirigido o sindicato dos petroleiros de Paulínea e por ter sido uma figura de destaque na fundação do PT nacional.

Jacó Bittar foi escolhido candidato do partido para as eleições municipais de 88 contra a vontade de uma parte do partido. Os que o apoiaram apostaram na organização das bases e no poder de mobilização popular do partido para derrotar seus adversários. Os que se opuseram à sua candidatura argumentaram que ele não tinha tradição de militância junto às bases em Campinas, apesar da sua importância como dirigente sindical e fundador do partido.

Já na campanha para a Prefeitura aparecia a separação entre segmentos do Partido dos Trabalhadores ligados aos movimentos populares e grupos de dirigentes partidários menos vinculados às bases e à militância partidária municipal. Mas, apesar das divergências entre estes dois segmentos, o Partido dos Trabalhadores chegou ao poder em janeiro de 1989.

Surgiu, nos primeiros meses de governo, a separação entre os quadros do PT em Campinas ligados diretamente ao prefeito Jacó Bittar, que ocupavam cargos de direção na Prefeitura e defendiam um menor controle partidário sobre as ações do Poder Executivo e os quadros do partido compostos por aqueles que tinham funções exclusivamente na direção partidária. Este grupo tinha como aliado, na Administração Municipal, uma parte do secretariado. Defendia a permanência dos vínculos entre a Administração Petista e as bases, a gestão da Prefeitura democrática e colegiada fundamentada no programa de governo do PT para o município e a formação de Conselhos Populares como instância de deliberação da população junto ao Executivo.

Assim, era possível identificar dois segmentos dos quadros do partido: um grupo que, na condição de quadro partidário, tinha origem nas bases e não pretendia quebrar este vínculo com a chegada do partido ao poder e outro que - mesmo tendo surgido das bases - via no exercício do poder uma prática que não precisava estar atrelada às determinações partidárias. Foi no desenrolar deste embate que foram construídas as condições para a saída do PT da Prefeitura de Campinas dois anos depois das eleições municipais.

O Partido dos Trabalhadores em Campinas, sua estrutura e o modo de atuação no município, a sua chegada ao poder e as disputas ocorridas entre o segmento do Partido dos Trabalhadores na Administração Municipal e a direção local do PT é o tema tratado nesta pesquisa.

Entre as hipóteses inicialmente levantadas e submetidas a testes, as que nortearam o trabalho e permitiram o desenvolvimento da pesquisa foram:

1. Ao contrário do que acontece com os partidos de quadros burgueses, que limitam o contato com as massas à necessidade da vitória eleitoral, para um partido de massa, sustentado por um programa socialista, a manutenção dos vínculos com as bases partidárias após a vitória eleitoral é fundamental para a legitimidade do exercício do poder deste partido político.
2. O apoio dado à Administração Petista em Campinas foi mantido pela massa do partido enquanto havia no horizonte político a perspectiva da participação popular e dos mecanismos de participação do tipo democracia direta, onde as ações de governo deviam ser propostas e avaliadas pela população organizada na forma de conselhos, que por sua vez englobava os movimentos de bairro, sindicatos e outras formas de organização;

3. Quando a Administração Municipal suprimiu a participação direta da população organizada, ocorreu uma ruptura no interior do Partido dos Trabalhadores, separando o segmento do partido que exercia o poder daquele que não atuava diretamente na administração pública; esta ruptura interna se transformou em crise política da Administração Municipal devido ao compromisso partidário de transferir a prática democrática do Partido dos Trabalhadores para o interior do aparelho de Estado burguês da Prefeitura de Campinas.

4. A ruptura do Partido dos Trabalhadores de Campinas com a Administração Municipal foi resultado da necessidade do partido manter a sua identidade enquanto partido de massa socialista e reafirmar o espaço político conquistado junto à população nas eleições municipais de 1988. A vitória eleitoral devia consolidar o PT enquanto novidade política no município, tendo na eliminação da separação entre as bases e os quadros partidários e na ampliação das práticas democráticas a sua marca.

Foram analisadas as condições conjunturais que levaram o Partido dos Trabalhadores ao poder em Campinas, a formação do PT nacional e municipal, além das características do programa partidário e o perfil social e político de suas bases. Este trabalho consiste em um estudo sobre um partido político de massa sustentado por um programa que luta pelo socialismo, de base sindical e popular, tendo alcançado o poder em um município onde o domínio político tinha sido exercido historicamente por grupos tradicionais representantes das elites econômicas e das classes proprietárias que, muitas vezes, lançaram mão do discurso populista para alcançar e se manter no poder.

Portanto, o eixo do trabalho encontra-se neste espaço político de disputa entre uma ordem social e política burguesa - onde o partido político no poder é, em tese, um representante da maioria e o governo da maioria - e a necessidade de uma vertente do PT de Campinas de formar uma administração sustentada pelos Conselhos Populares organizados em torno dos movimentos populares que defendiam, fundamentalmente, os interesses de classes sociais que não estavam representadas no exercício do poder no município.

No primeiro capítulo a análise estrutura-se tendo como base o conceito de partido de massa de Umberto Cerroni, caracterizado não pela sua forma de organização interna, na separação entre quadros e massa partidária, mas na proposta de organização de sociedade presente na prática e no programa do partido. Um partido de massa busca ser um transformador da realidade, está articulado em torno da sociedade organizada e, dependendo das condições históricas de seu surgimento, traz como proposta a construção do socialismo. É um partido que está articulado e comprometido com a crítica do universo político e social no qual ele foi formado e está atuando.

Inicialmente é importante definir uma tipologia para caracterizar o partido de massa a partir das especificidades históricas de sua formação: através das condições sociais e políticas que geraram sua formação, das bases partidárias e da proposta de construção de sociedade que o partido apresenta.<sup>1</sup>

No segundo capítulo é analisado o programa nacional do PT que serviu de base para o programa do partido em Campinas nas eleições municipais de 1988. Na análise do

---

<sup>1</sup> CERRONI, Umberto - *Teoria do Partido Político*; SP, Ciências Humanas, 1982.

programa procurou-se ressaltar a ênfase atribuída ao processo decisório interno, a necessidade de repassar este princípio democrático para a sociedade como um todo, quando da chegada do partido ao poder e a necessidade de afirmação das características sociais das bases partidárias, ligadas, majoritariamente, às classes assalariadas e às minorias sociais.

Ainda neste capítulo procurou-se refletir sobre a questão da identidade do PT nacional e a necessidade da manutenção desta identidade durante a campanha eleitoral e a Administração Municipal em Campinas. Tal como o PT nacional, em Campinas o partido reafirmou sua condição de partido democrático, de massa e socialista. Estes princípios deveriam nortear seu programa de campanha, suas ações e discurso e o seu programa de governo.

No terceiro capítulo são analisadas as condições de formação do Partido dos Trabalhadores em Campinas, a partir da constituição de suas bases, da massa partidária e de seus quadros. Procurou-se identificar, na composição do Diretório Municipal do PT de Campinas, a origem social de seus membros, o vínculo com os movimentos populares e sua implicação na formação de um partido representante dos interesses das classes populares. Através da análise da composição social das bases do PT de Campinas, é possível encontrar uma identidade entre as bases e os quadros do partido no município. A participação de uma grande parte dos quadros partidários nos movimentos populares do município e a manutenção dos vínculos entre os primeiros e as bases nas eleições municipais de 88, marcaram o compromisso do partido, uma vez no poder, com os segmentos sociais que o

elegeram e a necessidade de implantação de um programa de governo que refletisse o projeto de Administração Municipal pensado pelas bases partidárias.

No quarto capítulo é analisada a chegada do Partido dos Trabalhadores ao poder em Campinas. O processo da campanha eleitoral e das articulações internas para a definição do candidato a prefeito foi particularmente importante, uma vez que passou pela consulta das bases, através de assembléias realizadas nos núcleos de bairro, associações e sindicatos. Na definição de quem seria o candidato do partido, surgiram nomes que tinham significados opostos para os filiados do PT. A indicação de Jacó Bittar significava uma opção distante das bases. Esta era uma dificuldade que deveria ser superada pela atuação conjunta do partido no município, colocando em funcionamento o domínio do partido sobre a maioria dos movimentos sociais e sindicais.

Ainda neste capítulo é analisada a formação dos quadros partidários na Prefeitura, sua origem social e a militância política. A importância da análise deste aspecto está no compromisso assumido pelo partido, durante a campanha, de elaboração de um programa de governo com ampla participação popular, tendo como referência o programa nacional do Partido dos Trabalhadores mantendo, assim, a identidade de um partido democrático e socialista.

No quinto capítulo são tratados os episódios que levaram à separação entre a Administração Municipal - que defendia um governo pragmático - e o Partido dos Trabalhadores em Campinas - que defendia a idéia de um governo programático. Foram acontecimentos que fizeram parte do cotidiano da Administração, mas que receberam

tratamentos diferenciados por parte do prefeito e alguns de seus auxiliares em oposição ao tratamento dado pela direção partidária.

Para enfrentar algumas reivindicações da população, o prefeito julgava necessário dispor de autonomia frente ao partido e agilidade administrativa para tomar as decisões necessárias. Em oposição ao prefeito, o Partido dos Trabalhadores - através do Diretório Municipal - argumentava que a política adotada para vencer os obstáculos da Administração Municipal deveria partir do programa de governo que, por sua vez, deveria ser elaborado a partir do compromisso programático, assumido em nível nacional, de participação popular no exercício do poder municipal. Se já havia divergências entre as correntes do PT de Campinas durante a escolha do candidato a prefeito, estas divergências assumiram as proporções de uma crise política quando apareceram os primeiros problemas na Administração Municipal que permitiram identificar duas concepções diferentes de exercício do poder.

No sexto capítulo são analisadas as razões pelas quais não foi possível conjugar um programa de governo para o município com as condições impostas pelo cotidiano da Administração. A pergunta que surge na análise da crise entre o partido e o Executivo em Campinas neste sexto capítulo é: seria possível conciliar as decisões democráticas exigidas pelo PT para a Administração Municipal com as atribuições do Poder Executivo centralizado e personalizado no prefeito segundo o modelo de democracia representativa burguesa? Em que medida foi necessário o rompimento entre a Prefeitura e o PT? Se a vitória nas eleições municipais de 88 havia sido uma vitória do partido, então em que

momento o PT deixou de se identificar com a Administração Municipal em Campinas, a ponto de não se declarar mais no poder dois anos após a vitória eleitoral?

A resposta estaria no modelo partidário do Partido dos Trabalhadores e na estrutura de poder encontrada pelo PT na Prefeitura de Campinas. Como um partido de massa e socialista era necessário manter a unidade entre o partido no poder e as bases partidárias. Essa era a essência de um partido que havia sido construído e alçado ao poder sustentado pelos movimentos populares e sindicais. Ao mesmo tempo a organização legal do poder permitia a autonomia entre o Poder Executivo e o partido eleito, sem que isto acarretasse em uma crise no interior do aparelho de Estado. Quando surgiu, a crise instaurou-se no interior do partido político.

A forma de funcionamento do Estado burguês resistiu às pressões do partido de mudança das práticas democráticas. Por sua vez o Poder Executivo tinha autonomia legal para decidir entre as propostas do partido e a manutenção do funcionamento do aparelho estatal nos moldes já existentes.

A escolha - por interesses ou convicções - feita por uma parte dos membros do partido no governo ficou clara para a direção e as bases partidárias, quando o prefeito e o grupo de assessores que se identificavam com uma postura mais pragmática da Administração Municipal denunciaram publicamente o Partido dos Trabalhadores como um empecilho à agilização das medidas administrativas. Consultados os núcleos e o Diretório Municipal do PT em Campinas no decorrer da crise política, o partido optou pela sua saída da Administração Municipal deixando claro que a Prefeitura de Campinas não era mais “petista”.

No sétimo capítulo, a título de conclusão, é feito um balanço das condições políticas da Administração Municipal Petista em Campinas, apresentando a permanente oposição entre a estrutura de poder no Estado burguês e a Administração Popular no município durante os dois anos de permanência do PT na Prefeitura. Procurou-se defender a seguinte idéia: um partido de massas e socialista se manteve, enquanto tal, no poder, na medida em que se apresentava como possibilidade de acesso das massas organizadas ao exercício direto do poder. Enquanto partido o PT deveria transformar as reivindicações dos movimentos populares por uma nova sociedade em uma nova prática política, através da mudança do funcionamento do aparelho de Estado.

Finalmente, defende-se que os movimentos populares quando se organizam em torno de um partido de massa buscam, geralmente, promover mudanças na sociedade e se opor a uma ordem social e política que não contempla as camadas populares organizadas. O apoio destes movimentos a um partido político implica em um compromisso que deve estar presente não só no programa partidário mas, fundamentalmente, na prática cotidiana. O não cumprimento deste compromisso aponta para um impasse enfrentado pelo partido: manter-se no poder e abrir mão do conteúdo do programa partidário e da ação transformadora enquanto partido de massa e socialista, ou abrir mão do exercício do poder municipal em nome da identidade partidária.

Cada uma destas alternativas estavam representadas, respectivamente, pelo prefeito Jacó Bittar e pelo Diretório Municipal do PT de Campinas. O primeiro via no poder uma forma de exercício da autoridade do prefeito, com espaço legal para a tomada de decisões que não precisam estar necessariamente ligadas às determinações partidárias. O segundo

via a chegada do partido à Prefeitura como o resultado de uma conquista popular, sustentado pelas massas em movimentos populares transformadores da realidade social e política.<sup>2</sup>

---

<sup>2</sup> COUTO, Cláudio Gonçalves - *O Desafio de Ser Governo: O PT na Prefeitura de São Paulo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995

CAPÍTULO I: O OLHAR DE FORA: A TEORIA PARTIDÁRIA E O MODELO DO PT

## 1. A PROCURA DO MODELO

A afirmação de que o Partido dos Trabalhadores “é um partido de massas, democrático e socialista” é facilmente encontrado entre os autores que procuraram traçar a identidade do PT.<sup>3</sup> Esta identidade persiste desde a fundação do partido - no início da década de 80 - até os dias de hoje.

O conceito de partido de massas, em oposição ao de partido de quadros é comumente formulado com base no contexto histórico de formação do partido e na análise da estrutura partidária. O partido de massas seria aquele formado junto aos movimentos populares, por um grande número de pessoas unidas por um interesse comum, que ingressaram na vida partidária com o objetivo de promover mudanças na forma de organização social, política e econômica. Um partido de massas é aquele onde os adeptos constituem a própria matéria do partido, a substância de sua ação.

Sob o ponto de vista financeiro é um partido que procura

---

<sup>3</sup>A este respeito consultar: MOISES, José Álvaro, “Partido de Massas, Democrático e Socialista” in SADER, Emir, *E Agora PT? Caráter e Identidade*. SP, Brasiliense, s/d.; MENEGUELLLO, Rachel, *PT, A Formação de um Partido*. RJ, Paz e Terra, 1989; GURGEL, Cláudio, *Estrelas e Borboletas*. RJ, Papagaio, 1989; GADOTTI, Moacir & PEREIRA, Otaviano, *Pra Que PT?* SP, Cortez, 1989; GLANINI, Adhemar, *PT, Um Projeto para o Brasil*. SP, Brasiliense, 1989; FERNANDES, Florestan, *Pensamento e Ação: O PT e os Rumos do Socialismo*. SP, Brasiliense, 1989; FERNANDES, Florestan, *O PT em Movimento*. SP, Cortez, 1989; CÉSAR, Benedito Tadeu, *Verso, Reverso e Transverso: O PT e a Democracia no Brasil*. Tese de Doutorado, UNICAMP, Campinas, 1995 (mimeo); GUIMARÃES, Juarez Rocha, *Claro Enigma: O PT e a Transição Socialista*. Campinas, dissertação de mestrado em sociologia, Unicamp, 1990 (mimeo); MARCONDES, Celso, *Em Algum Lugar do Passado*. SP, Brasil Urgente, 1991; OLIVEIRA, Isabel Ribeiro de, *Trabalho e Política*,

“substituir o financiamento capitalista das eleições por um financiamento democrático. Ao invés de se dirigirem a alguns grandes doadores privados, industriais, banqueiros ou grandes comerciantes para cobrirem as despesas da campanha, os partidos maciços repartem os encargos por um número tão elevado quanto possível de adeptos (...) do mesmo modo os partidos de massa caracterizam-se pela atração que exercem sobre o público: o público pagante que permite a campanha eleitoral escapar às servidões capitalistas, junto a um público que ouve e que age, que recebe uma educação política e aprende o meio de intervir na vida do Estado”.<sup>4</sup>

Para a identificação do modelo partidário do PT é necessário ultrapassar a análise da estrutura partidária. É preciso remetê-lo às condições históricas de sua formação. Tais condições são necessárias para a compreensão das estratégias e práticas políticas por ele adotadas no cotidiano da vida partidária, das posturas assumidas em períodos eleitorais e utilizadas quando no exercício do poder.

Enfim, as condições históricas de formação de um partido político, as condições de adesão das massas, seu perfil de classe, sua história de luta e a formação de seus quadros dirigentes, são elementos fundamentais para a compreensão da sua atuação como opositor ou legitimador de determinada ordem socio-econômica.

Procurou-se neste estudo classificar o Partido dos Trabalhadores a partir das condições históricas de sua formação utilizando a caracterização de um partido de massas

---

*As Origens do Partido dos Trabalhadores*. Petrópolis, Vozes, 1987; COUTO, Cláudio Gonçalves, op. cit.; KECK, Margaret E., *A Lógica da Diferença*. SP, Ática, 1991.

<sup>4</sup> DUVERGER, Maurice. *Os Partidos Políticos*. RJ, Zahar, 1970. p. 99/100

elaborada por Umberto Cerroni.<sup>5</sup> Para o autor, a diferenciação entre um partido de massas e um partido de quadros está na forma como estes partidos se posicionam na sociedade na qual estão inseridos. A distinção entre um partido de massas e um partido de quadros estaria ligada ao papel de transformador ou legitimador da sociedade que os produziu, cabendo ao primeiro a condição de crítico e agente de transformação, enquanto o segundo seria um mantenedor da ordem social existente.

## 2. DELINEANDO O MODELO: PARTIDO DE MASSAS, DEMOCRÁTICO E SOCIALISTA

Para a análise do modelo partidário do Partido dos Trabalhadores, será considerado, primeiramente, o tipo de sociedade na qual o partido se formou e está inserido: uma sociedade de classes, hierarquizada na sua constituição, formada nos extremos por elites econômicas e massas excluídas do mercado em geral. Trata-se de uma sociedade onde o principal fator de diferenciação é a renda, a condição econômica de seus membros.

O partido de massas que se forma no interior desta sociedade – e se opõe a ela – reflete, em um primeiro momento de sua organização, seus princípios. Organiza-se

---

<sup>5</sup> CERRONI, Umberto. op.cit.

hierarquicamente, forma-se a partir das bases, é dirigido por uma elite de quadros partidários, da mesma forma que se organiza a sociedade de classes burguesa.

Como crítico desta formação social, o partido de massas é uma instituição política que atua tentando transformá-la. É um partido que reflete, na sua formação, a vontade política das classes sociais nas quais o partido teve origem. A prática das massas nos movimentos populares é transposta para a organização partidária, criando as novas condições de formação dos quadros partidários. Os dirigentes de um partido de massas se formam politicamente no interior das lutas dos movimentos sociais, como veremos adiante.

Como crítico da sociedade hierarquizada e dividida em classes sociais, o partido de massas tende a se transformar no portador de uma nova ordem social que se pretende mais igualitária, com direitos e participação política ampliados. Seu programa de luta contra a ordem burguesa pressupõe a massificação da política, a ampliação e transformação da democracia burguesa. Desta forma o partido de massas tende a ser democrático e socialista, um representante do mundo do trabalho em oposição ao capital, constituindo-se no espaço político capaz de ultrapassar a separação entre “quadros” e “massas”, entre dominantes e dominados.

A sua constituição ocorre como um processo de luta no interior e contra a ordem burguesa. Porém, esta luta se encontra condicionada historicamente, tornando difícil a superação, nos primeiros momentos de surgimento do partido de massa, da diferença entre elite dirigente e massas dirigidas no interior do partido.

É sob este enfoque que procurou-se compreender o Partido dos Trabalhadores e a crise vivida por ele diante da Administração Municipal de Campinas entre 1989 e 1991.

Uma crise política que resultou no afastamento do PT do poder municipal em nome da manutenção dos compromissos do partido com as bases, com o programa partidário e com os princípios traçados nos encontros nacionais, estaduais e municipais que nortearam a campanha municipal em 1988. Um compromisso que era fundamental para a manutenção da sua identidade como um partido de massas, democrático e socialista.

A opção pela formação de um partido de massas não é apenas o resultado da escolha das massas atuando de forma estratégica e organizada, da mesma forma que a decisão pela formação de um partido de quadros não é apenas o resultado da vontade de seus dirigentes. A opção por um dos dois modelos partidários, segundo Umberto Cerroni, é o produto das condições históricas na qual o partido se formou, do quadro social, político e econômico predominante em determinado momento, aliado ao projeto político dos atores sociais envolvidos no processo.

A questão do modelo de partido político surge, então, como forma de se explicitar e resolver um problema que é sugerido pela estrutura social na qual este se insere. No que diz respeito ao partido de massa socialista, ele é crítico e transformador do momento histórico que o produz, da mesma forma que um partido de quadros tende a atuar como uma estrutura confirmadora da sociedade na qual o partido foi criado.<sup>6</sup>

Segundo Umberto Cerroni, assim como a formação, a adesão a um partido de massas socialista ou a um partido de quadros é uma das maneiras possíveis de conduzir a questão sobre o tipo de sociedade que se pretende construir, pois

---

<sup>6</sup> CERRONI, Umberto; op. cit. p. 35

“na possibilidade de resolver a antinomia dirigentes/dirigidos no interior do partido, (...) se legitima também a possibilidade geral de suprimir aquela divisão fora do partido; se, ao contrário, se teoriza implícita ou explicitamente que esta separação é insuperável, então ela não poderá ser superada nem mesmo dentro do partido”.<sup>7</sup>

No partido de massas socialista, geralmente a formação dos quadros é o resultado de um processo surgido das bases. Os quadros do partido resultam dos mecanismos de amadurecimento e educação de grupos e segmentos sociais que participam da luta contra as condições sociais e políticas vigentes. Os quadros, por sua vez, devem buscar o alargamento das bases do partido através da implementação de mecanismos de participação e educação das massas, procurando ampliar as bases de reconhecimento e apoio à luta partidária.

Com isso, num partido de massa constrói-se um círculo de interação entre as massas e os quadros. Um partido de massas é assim denominado

“não apenas porque cresce numericamente, mas porque elimina a separação que divide, no próprio partido, entre os quadros e as massas”.<sup>8</sup>

Em um partido de quadros, a questão da separação entre dirigentes e dirigidos se coloca de outra forma: busca-se reforçar a hierarquia e a distinção entre as classes sociais através da estrutura e do programa partidário. Isto não significa dizer que a conquista das

---

<sup>7</sup> CERRONI, Umberto; op. cit. p.35

<sup>8</sup> CERRONI, Umberto; op. cit. p. 45

massas não seja um objetivo deste tipo de partido. No entanto, a conquista de novos adeptos se dá através de uma estrutura partidária que reforça o processo de diferenciação entre quadros e massas, e não a sua interação.

O contexto histórico de formação de um partido político, para efeito de análise, deve anteceder à análise de sua estrutura, uma vez que um partido político é “essencialmente uma operação sobre o presente, que deve ter, certamente, um projeto para o futuro”.<sup>9</sup> A distinção entre partido de massas e partido de quadros significa a interação ou a separação entre dirigentes e dirigidos. Esta separação ou integração resulta de uma cisão mais profunda, externa ao partido político e radicada na própria estrutura da sociedade moderna.<sup>10</sup>

O partido de massas socialista e o partido de quadros, na análise de Umberto Cerroni, constituem-se numa resposta às condições históricas de uma determinada sociedade. Estas condições são importantes para a compreensão da prática política defendida pelo partido e sustentada pelo segmento social que ele representa majoritariamente. Significa dizer que um partido político que tenha o caráter de um partido burguês e se forme a partir da defesa dos interesses da burguesia deve ser pensado como uma organização que reflete uma sociedade hegemonicamente burguesa (na sua formação e reprodução), defende as representações, práticas sociais, econômicas e políticas/jurídicas burguesas. Da mesma forma que um partido que se forma no interior do proletariado ou das camadas populares organizadas deve defender - pelo caráter histórico e social de sua

---

<sup>9</sup> CERRONI, Umberto; op. cit. p. 46

<sup>10</sup> CERRONI, Umberto; op. cit. p. 35

formação - um projeto de sociedade onde a tônica é a coletividade, onde o grupo e a associação são o espaço de realização do indivíduo, em oposição à individualidade burguesa. Para Umberto Cerroni é neste sentido que a especificidade histórica de formação de um partido político pode informar sobre o seu projeto de sociedade.

O autor compreende o caráter político programático global do partido de massa socialista como o resultado de um processo que é vivido em etapas, identificado com o movimento de amadurecimento da prática política das classes sociais que o compõe. No estágio em que as classes que lutam pela transformação da sociedade burguesa têm uma representação parcial de sociedade, o partido político representa os interesses de uma classe dominada em oposição à classe dominante e dirigente. Em um segundo estágio, o partido de massas socialista caminha para a elaboração de um projeto de sociedade como um todo, em oposição à visão parcial, tornando a classe que ele representa apta a assumir a direção do Estado.

Na sociedade burguesa este movimento de amadurecimento político da classe operária é visível num processo que passa por três fases, segundo Cerroni: a primeira começa com o associativismo operário; a segunda é a passagem para a contestação do Estado burguês (momento em que o partido se afirma como representante de uma parte do corpo social); e a terceira, o avanço para a fase de configuração de um projeto de sociedade global, quando o partido se torna apto a ocupar o Estado de forma hegemônica.

“A primeira fase de agregação do movimento operário, isto é, da classe operária que começa a assumir sua autonomia e consciência, é uma fase pré-política, de agregação (usemos um termo

gramsciano) corporativa num sentido não exclusivamente negativo ou pejorativo. Trata-se, na verdade, da fase na qual os elementos do proletariado moderno reconhecem a necessidade de se unir para a defesa em relação à sociedade moderna. (...)

A segunda fase, por mim definida como fase intra-uterina, é aquela na qual o nível de agregação supera os interesses econômicos ou corporativos e começa a avançar sobre o horizonte político geral da convivência estatal. É uma fase não mais econômica, mas política, e todavia continuo a defini-la como intra-uterina para sublinhar que nela, onde nasce o partido político proletário, o proletariado exprime uma política que ainda é a política de um sujeito subalterno em relação ao Estado.”<sup>11</sup>

Na terceira fase o partido político se torna capaz de se apresentar como um “fundador de Estados”

“Esta capacidade ele a assume na fase política extra-uterina, na qual a classe operária exprime a sua capacidade de direção hegemônica em relação ao conjunto da sociedade e não mais apenas em relação aos membros de sua classe. Ela se contrapõe sem dúvida ao Estado (...) como uma parte, pois denuncia a parcialidade do Estado, mas se propõe não como uma outra parte perante este todo degradado a parte, mas sim como uma parte-todo. Percebe, portanto, a necessidade de substituir por inteiro o Estado burguês e de propor ao resto da sociedade aquele modelo de direção unitária que devia ser o Estado burguês e que o Estado burguês não consegue ser.”<sup>12</sup>

Trata-se de uma apresentação excessivamente esquemática mas que permite visualizar, no surgimento de um partido de massas socialista, a passagem da representação

---

<sup>11</sup> CERRONI, Umberto ; op. cit.; p. 15-16

<sup>12</sup> CERRONI, Umberto - op. cit; p. 16-17

parcial dos interesses de uma classe social para um outro estágio político onde o partido se apresenta como um dirigente da sociedade, ocupando o espaço do Estado e ultrapassa a forma de organização social vigente. Para o autor, neste momento surge o compromisso histórico do partido operário na sociedade burguesa.

Na prática, evidentemente, os partidos políticos não se limitam a seguir este percurso apresentado por Cerroni para os partidos de base operária. O autor nos alerta para o fato de que inúmeros partidos operários e socialistas têm limitado a sua atuação política à representação de uma parte do todo social, não se constituindo em portador de uma visão global de sociedade e, naturalmente, não conseguindo ultrapassar a representação dos interesses de classe.

Mesmo remetendo-se a um modelo teórico, que nem sempre encontra correspondência na prática dos partidos, a importância da análise partidária de Umberto Cerroni está em colocar em evidência o fator histórico de formação do partido de massas socialista e indicar teoricamente o seu espaço político no interior da sociedade burguesa. Com isto, o autor pretende apenas criar uma referência para a atuação política de um partido que se forma como oposição à organização social burguesa, numa sociedade fragmentada sustentada pela divisão de classes sociais.

“(...) deve-se acrescentar que o desenvolvimento do partido político não se liga sempre a este crescimento teórico que o torna portador de uma concepção geral do mundo. Tal tendência não é verdadeira nem mesmo para os partidos políticos do proletariado, alguns dos quais (por exemplo, os partidos social-democratas) reduzem-se a partidos corporativos e outros (por exemplo, certos

partidos comunistas) reduzem-se a partidos-seitas nos quais a concepção do mundo é apenas catecismo dogmático.”<sup>13</sup>

Nestas circunstâncias, Cerroni reafirma a importância da conjuntura histórica na formação do partido. Este fator é importante para a compreensão do alcance político de um partido, pois existem partidos políticos de massas socialistas que não se tornaram aptos a formular um projeto de sociedade total e, quando isto ocorre, pode-se afirmar que o partido não desempenhou a sua função histórica de partido de massas socialista. O partido permaneceu no estágio de representante de uma parte de um partido maior.<sup>14</sup>

Para Cerroni um partido de massas e socialista possui o sentido totalizante de uma nova ordem social, que ele traz desde o seu processo de formação. É aquele que ultrapassa a ordem estabelecida. Na análise do partido moderno de massa socialista, Cerroni adota, assim, o modelo gramsciano do partido político como sendo o “moderno príncipe”, aquele que contém a idéia de totalidade social e a expressão de uma vontade coletiva.<sup>15</sup>

Em Cerroni, este modelo gramsciano do partido político como portador de uma totalidade social e de um projeto político unificador, assume uma dupla função: por um lado é um modelo referencial que permite compreender o surgimento dos partidos socialistas, e neste sentido apresenta-se com um caráter mais teórico do que prático. Por outro, remete-se à prática política quando apresenta uma bandeira de luta, determinada, em parte, pelas condições históricas de seu surgimento. Desta forma, o modelo de partido de

---

<sup>13</sup> CERRONI, Umberto; op. cit. p. 20

<sup>14</sup> CERRONI, Umberto, op. cit; p.22

<sup>15</sup> GRUPPI, Luciano - *O Conceito de Hegemonia em Gramsci*. RJ, Graal, 1978; p.74

massas e socialista une a teoria, que aponta para a formação de uma nova sociedade, à prática necessária aos agentes históricos. O quadro teórico só se completa e realiza com a prática política dos membros do partido.<sup>16</sup>

O modelo de partido de massas, democrático e socialista utilizado neste estudo, é o do partido político que se define como tal, frente à sociedade na qual ele opera. A partir da análise de sua origem histórica e de seus reflexos no programa partidário, procurou-se compreender as estratégias políticas do Partido dos Trabalhadores em Campinas - entendido como partido de massas, democrático e socialista - no período de 1988 e 1991. Procurou-se compreender seus limites no exercício do poder, seus conflitos internos e externos.<sup>17</sup>

O PT, no momento de sua formação, surgiu como um partido representante de classes sociais que haviam, em sua maioria, sido excluídas do quadro político, econômico e social nacional após o golpe de 64. O partido tornou-se a expressão de uma parte da classe trabalhadora, de uma parcela da intelectualidade, grupos de profissionais liberais, parte do campesinato e dos movimentos populares que se encontravam alijados das decisões políticas e sem um partido que os representassem. As condições históricas de surgimento do PT o colocou como representante de segmentos sociais que procuravam construir ou resgatar o seu espaço no quadro partidário brasileiro em oposição aos interesses dos segmentos da burguesia que haviam dado sustentação ao golpe e à ditadura militar instalada em 1964.

---

<sup>16</sup> CERRONI, Umberto - op. cit. p. 31

<sup>17</sup> CERRONI, Umberto - op. cit. p. 39

No próximo capítulo serão abordadas as condições de formação do Partido dos Trabalhadores no Brasil da década de 70 e sua caracterização como partido de massa, democrático e socialista.

CAPÍTULO II: UM AUTO-RETRATO: O PT COMO PARTIDO DE MASSA E  
SOCIALISTA (AS RESOLUÇÕES DO Vº ENCONTRO E DO 1º CONGRESSO  
NACIONAL)

Sob a perspectiva da análise partidária de Umberto Cerroni, o Partido dos Trabalhadores pode ser visto como um partido de massas socialista na medida em que as características de sua estrutura partidária – por exemplo, a superação das distâncias e da hierarquização entre dirigentes e dirigidos no interior do partido - foram delineadas a partir da crítica à sociedade burguesa capitalista na qual o partido se formou.

Classificar o Partido dos Trabalhadores como um partido de massas socialista, implica também em considerá-lo como o produto das lutas que mobilizaram os seus adeptos em outras formas de associação, anteriores à criação do próprio partido político. Ou seja, o projeto político de criação de uma nova sociedade, em substituição à sociedade burguesa-capitalista, é anterior à formação do próprio partido.

A necessidade histórica de criação de um partido de massas socialista é a resposta, na forma de estrutura organizacional e programática, às necessidades de mudanças estruturais sugeridas pela sociedade na qual o partido está inserido. No caso específico do partido de massas socialista, as mudanças programadas devem ocorrer no sentido de eliminar a estratificação social e a divisão da sociedade em classes sociais.

O Partido dos Trabalhadores, na forma de partido de massas e socialista, possui, na análise de alguns de seus documentos internos, as características aqui apontadas, como veremos a seguir. A análise destes documentos possibilitou compreender a estrutura e as estratégias utilizadas pelo partido como agente político na luta pelo poder e por transformações sociais, bem como os limites encontrados neste processo e sua possibilidade de se manter no governo da Prefeitura de Campinas entre 1989 e 1991.

A escolha das resoluções do Vº Encontro e do 1º Congresso Nacional, como fontes para a compreensão do PT como partido de massas, democrático e socialista, se deu pelas características destes dois documentos. No Vº Encontro - dezembro de 1987 - o socialismo era uma meta, mas o seu perfil era pouco definido; o partido se preocupava em expor o tipo de socialismo ao qual se opunha. O documento negou o socialismo real e a social-democracia como experiências que poderiam ser implantadas no país, mas não apresentou alternativas.

No VIIº Encontro (enquanto documento preparatório para o 1º Congresso Nacional)- junho de 1990 - o PT procurou definir o socialismo que seria adotado pelo partido. Sua conclusão se deu nas resoluções do 1º Congresso de 1991. Foi neste documento que o PT definiu as relações de propriedade, as relações de trabalho, a produção, o tipo de democracia e sua abrangência e qual o socialismo que o partido pretendia construir.

## 1. SOBRE A ORIGEM DO PARTIDO DOS TRABALHADORES E SUA CARACTERIZAÇÃO COMO PARTIDO DE MASSAS

“(…) a idéia de criação de um Partido dos Trabalhadores, que, além de pretender educar politicamente os trabalhadores, tem como proposta fazer a classe trabalhadora participar da vida

política brasileira, é radical na medida em que a classe trabalhadora assume, na realidade, a sua primeira proposta política neste país”.<sup>18</sup>

O processo de criação do Partido dos Trabalhadores é um tema recorrente no campo da Sociologia e da Ciência Política.<sup>19</sup> Neste estudo retomou-se os fatos que marcaram a origem do Partido dos Trabalhadores nas décadas de 70 e 80, a fim de relacioná-los ao modelo de análise do partido de massas socialista proposto por Umberto Cerroni.

As vertentes fundamentais de formação do Partido dos Trabalhadores podem ser encontradas em dois eixos que convergiram no final da década de 70 na crise vivida pela ditadura militar: de um lado um processo que se desenrolava no interior do movimento sindical das grandes capitais brasileiras e de outro o movimento popular de periferia destes mesmos centros urbanos na década de 70. O objetivo mais geral destes movimentos estava na ampliação dos direitos de participação na vida política do país e a conseqüente ampliação das condições de cidadania de seus participantes.

O “personagem” central a ser reconhecido como cidadão neste processo era o trabalhador sindicalizado e empregado na indústria. Foi ele o responsável pelas mudanças ocorridas no movimento sindical a partir da década de 70, construindo um sindicato

---

<sup>18</sup> Entrevista de Luís Inácio Lula da Silva à revista *Isto é* de 20 de fevereiro de 1980, cit. in GADOTTI, Moacir & PEREIRA, Otaviano. op. cit.

<sup>19</sup> Encontramos uma descrição detalhada das etapas da formação do Partido dos Trabalhadores nos seguintes autores: Keck, Margaret, op. cit.; MARCONDES, Celso. *Em Algum Lugar do Passado*. SP, Página Aberta, 1991; OLIVEIRA, Isabel Ribeiro de. *Trabalho e Política: As Origens do Partido dos Trabalhadores*. Petrópolis, Vozes, 1988; SADER, Emir (org.); *PT: Caráter e Identidade*. SP, Brasiliense, s/d.; GADOTTI, Moacir & PEREIRA, Otaviano, op. cit.; RODRIGUES, Leôncio Martins. *Partidos e Sindicatos*, SP, Ática, 1990; GURGEL, Cláudio. *Estrelas e Borboletas* RJ, Papagaio, 1989; MENEGUELLO, Rachel; *PT: A Formação de um Partido*, RJ, Paz e Terra, 1989.

desatrelado do Estado e voltado para a obtenção de resultados que melhorassem a qualidade de vida de seus filiados. Estas transformações implicaram em

“alterações na posição e importância relativas dos diversos segmentos das classes trabalhadoras, enquanto eixos da atividade sindical.”<sup>20</sup>

As transformações ocorriam, em primeiro lugar, deslocando uma parte significativa do sindicalismo das atividades ligadas ao Estado para setores ligados à atividade privada de ponta.

“Nos últimos anos de sua existência, o sindicalismo populista tinha o seu centro de gravidade entre os trabalhadores de serviços coletivos, via de regra geridos pelo Estado - transportes urbanos, marítimos e ferroviários e serviços portuários - assim como os assalariados das grandes empresas produtivas estatais, sobretudo, refinarias de petróleo. No período recente, os trabalhadores das grande indústria de ponta - automobilística, metal-mecânica, siderúrgica, petrolífera - formam a espinha dorsal do movimento sindical, que se apoia, também, sobre dois outros pilares: os profissionais assalariados de classe média e os trabalhadores do campo”.<sup>21</sup>

Em segundo lugar, as transformações no processo de sindicalização brasileira ocorreram porque a atividade sindical na década de 70 passou a ser, fundamentalmente,

---

<sup>20</sup> ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. “O Sindicalismo Brasileiro entre a Conservação e a Mudança” in SORJ, Bernardo & ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de (org.) *Sociedade e Política no Brasil pós 64*. SP, Brasiliense, 1983, p. 198.

<sup>21</sup> ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. op. cit, p. 196.

um espaço de aprendizado político, de crítica ao governo ditatorial, do modelo de Estado autoritário e da sociedade excludente que se afirmava. Os líderes sindicais

“se opunham tanto ao governo quanto às suas políticas econômicas e estavam prontos a se alinhar com todo o proletariado, sem qualquer intuito de defender demandas exclusivas do setor mais moderno”.<sup>22</sup>

A politização das lideranças sindicais foi um fator

“extremamente relevante na alteração do rumo do novo sindicalismo (...) antes do processo de descompressão política. O novo sindicalismo era um movimento velado, e por consequência mais restrito e que a partir da luta pela reposição salarial, já no período da abertura, ele se revela e se amplia”.<sup>23</sup>

Mesmo por trás do discurso de algumas lideranças sindicais, que aparentemente reconheciam a legitimidade do regime militar, do sistema econômico e das autoridades governamentais da década de 70, aparecia - como objetivo real deste discurso - a necessidade de conquista de maiores direitos políticos do trabalhador e o reconhecimento de sua cidadania.<sup>24</sup>

---

<sup>22</sup> HUMPHREY, John; “As Raízes e os Desafios do Novo Sindicalismo da Indústria Automobilística” in *Estudos CEBRAP* n° 26; SP, 1980.

<sup>23</sup> OLIVEIRA, Isabel Ribeiro de, op. cit. p. 44/45.

<sup>24</sup> Editorial da Tribuna Metalúrgica, n° 22 de São Bernardo, assinado pelo presidente do sindicato Paulo Vidal, in SADER, Eder; *Quando Novos Personagens Entraram em Cena*. RJ, Paz e Terra, 1988. p. 182.

Por este motivo podemos dizer que o movimento sindical que se organizou na década de 70 não atuou como um legitimador do regime que se instalou em 64. Gradativamente, as lideranças sindicais procuraram, na construção do seu discurso, superar as limitações sociais impostas pelo regime militar e reduzir as distorções causadas pelo sistema econômico, com a implantação de um projeto político próprio.

Os rumos deste processo começaram a se tornar mais claros quando se iniciaram os debates no interior do movimento sindical, em torno da necessidade de se formar um partido político representante dos trabalhadores e veículo de construção de um novo projeto nacional. Foi também no interior deste movimento, denominado novo sindicalismo, que iniciou-se a educação das massas e formaram-se os dirigentes sindicais que assumiram uma parte da liderança do movimento, resultando na formação do Partido dos Trabalhadores.

Uma outra vertente formadora das massas do Partido dos Trabalhadores encontrava-se nos movimentos populares.<sup>25</sup> Estes não se apresentaram, no primeiro momento da formação do PT, como a massa que seria a formadora dos quadros do partido, como ocorre com o movimento sindical. As associações de moradores e outras organizações de bairros tiveram um papel secundário na sua formação. Neste primeiro momento, estes movimentos

---

<sup>25</sup> As obras citadas na nota nº 03 dedicam pouco espaço ao papel desempenhado pelo movimento popular na formação do Partido dos Trabalhadores em nível nacional. Quando mencionados, os movimentos populares organizados nos bairros das periferias dos grandes centros urbanos não surgem como articuladores ou atuantes diretos nas discussões sobre a criação do PT. Estes movimentos aparecem, em grande parte, como componentes do partido já formado.

forneceram os filiados do partido, forneceram grande parte de suas bases, mas não de seus quadros.<sup>26</sup>

A prova disto é que, no período dos debates em torno da necessidade de formação de um partido político que representasse a classe trabalhadora, os representantes dos movimentos populares ligados aos bairros periféricos não apareceram como articuladores diretos da formação do PT. A exceção disto foi o desempenho das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) na formação do PT se comparado com outras organizações populares ligadas aos moradores das periferias e às minorias sociais.<sup>27</sup>

Por outro lado, é necessário considerar um fator relevante na formação do PT e que, talvez, explique o papel secundário vivido pelos movimentos populares na formação do partido: havia um ponto de contato entre os militantes do movimento sindical e os militantes dos movimentos de bairro. Na maioria das vezes os filiados do Partido dos Trabalhadores eram pessoas que atuavam, ao mesmo tempo, nos dois tipos de movimento. Uma grande parte dos quadros do PT pertencia a um sindicalismo que discutia a necessidade de politização do movimento sindical e de conquista da cidadania do trabalhador, ao mesmo tempo em que fazia parte do movimento de bairro que não tratava, especificamente, da necessidade de criação de um partido político que representasse os trabalhadores.

---

<sup>26</sup> A este respeito é interessante verificar a composição da direção nacional do PT no momento de sua fundação apresentada por RODRIGUES, Leôncio Martins, op. cit.; OLIVEIRA, Isabel Ribeiro de, op. cit.; GADOTTI, Moacir & PEREIRA, Otaviano, op. cit.

<sup>27</sup> É importante ressaltar que o papel das associações de moradores e das CEB's assumiu conotações diferentes na formação do PT nacional e local. Se no plano nacional o papel destas organizações foi consideravelmente menor do que o desempenhado pelos movimentos sindicais, porque os quadros do partido assumiram maior relevância, no plano local foram os movimentos populares e as CEB's que tiveram maior importância.

Nos movimentos dos bairros periféricos o trabalhador sindicalizado reapareceu como parte do universo da massa do PT. Talvez tenha sido um fator de ampliação das bases do partido, uma vez que nos bairros havia a inserção da família e de outros “personagens” que não pertenciam diretamente ao mundo do trabalho vinculado ao grande sindicato. Estes “novos personagens” foram inseridos no universo de massa do PT a partir do contato direto com este “duplo personagem” sindicalista/morador da periferia.

Emir Sader considera a atuação destas duas vertentes como sendo a grande novidade trazida pelo Partido dos trabalhadores.

“Essa novidade radical estava contida já em alguns desafios que o PT se propunha: a tentativa de articulação dos novos movimentos sociais emergentes no ciclo expansivo do capitalismo brasileiro nascido na segunda metade dos anos 60. Com uma forma adequada de sua expressão política, o projeto era compatibilizar as mobilizações sociais dos trabalhadores com a luta democrática anti-ditatorial, em suas fronteiras mais amplas, com todas as expressões novas: o movimento das mulheres, dos negros, das várias minorias, o ecologismo, o pacifismo”.<sup>28</sup>

O PT difere dos outros partidos políticos na forma da representação política partidária e dos desafios que ela representa. Para o autor, o surgimento do PT se deu a partir de uma

---

<sup>28</sup> SADER, Emir; “O Que é Que Está Escrito na Estrela” in SADER, Emir (org.), op. cit. p. 154.

“base social classista - no seu eixo central mais hegemônico - em um momento em que a luta pelo arrocho salarial e contra a ditadura militar apresentava um caráter favorável àquela articulação unificada pelo próprio inimigo comum - o regime de 64”.<sup>29</sup>

Havia, desta forma, um forte ponto de contato entre o movimento sindical, particularmente o denominado *novo sindicalismo* e os movimentos sociais que começavam a aparecer na década de 70. Foi no limite destes dois espaços que se formou a base do Partido dos Trabalhadores e foi na prática política cotidiana que foram construídos os seus quadros.

Outro fator considerado na análise do Partido dos Trabalhadores como um partido de massas foi o seu programa nacional. Ele indica em que medida o partido estava comprometido com a construção de uma nova ordem social, econômica e política, em oposição à ordem burguesa e ao modo de produção capitalista. Ou, de outra maneira, o quanto seu programa negava ou confirmava o contexto social no qual o partido político estava inserido.

Considerou-se também, que o programa partidário atuou como norteador das ações que os adeptos ao partido político deveriam empreender. Em um partido de massas socialista seu programa assumia os contornos de um documento que propunha a transformação da ordem socio-política e econômica hegemônica quando da formação do partido, buscando superar – nos planos intra-partidário e da sociedade - a diferenciação entre “massa” e “quadro” ou, entre “dirigentes” e “dirigidos”.

---

<sup>29</sup> Idem, ibidem, p. 154.

O programa partidário do Partido dos Trabalhadores foi analisado como sendo o lugar onde se elaborou, de forma explícita, uma alternativa à sociedade burguesa e às relações capitalistas de produção.

Identificado em sua estrutura organizacional e decisória como sendo um partido de massas e socialista, o PT propôs, então, em seu programa nacional, a realização de transformações substanciais sobre a sociedade burguesa, na qual se deu sua formação como partido.

O programa nacional do Partido dos Trabalhadores de março de 1986, fez menção ao PT como um partido de massas. No entanto, a simples referência a esta modalidade partidária não permitiu visualizar o alcance político do programa e da ação partidária. O modelo de partido político deve vir sustentado por condições históricas específicas da sua formação e esta, por sua vez, deve vir aliada a um projeto de sociedade que o caracterizará como partido de massas socialista, como nos indica o modelo utilizado por Umberto Cerroni. É no sentido de se buscar o projeto de sociedade defendido pelo partido - enquanto partido de massas e socialista - que o conteúdo programático do programa nacional do PT de março de 1986 foi analisado.

A preocupação neste documento foi estabelecer o distanciamento existente entre o programa do PT e o programa dos demais partidos nacionais; tanto dos partidos que existiam no momento de formação do PT quanto daqueles que tinham existido até então no

Brasil. Isto indica que o Partido dos Trabalhadores considerava, na sua formação, a conjuntura social e econômica do país do final da década de 70.<sup>30</sup>

O surgimento do Partido dos Trabalhadores, segundo seu programa nacional, foi o resultado de um processo de exclusão política e econômica de um largo segmento social, acelerado com o golpe militar de 64. Na última década do regime estes segmentos se envolveram em movimentos que tinham um arco de interesses abrangentes que ia da melhoria da qualidade de vida das classes populares até a transformação estrutural da sociedade, resultado de um processo de exclusão social histórico que havia assumido sua última versão com o golpe militar de 64.

O resgate da cidadania e da identidade social dos excluídos pelo golpe de 64 se deu, entre outras maneiras, no interior do movimento sindical e das organizações populares que se organizaram na periferia das áreas rurais e urbanas. A estes segmentos aliaram-se outros das classes médias urbanas, tais como profissionais liberais, professores, artistas, intelectuais, políticos e alguns representantes do pequeno empresariado que participaram da ação de resistência ao regime e fizeram parte da formação do Partido dos Trabalhadores.

31

A história de vida destes “personagens” ligados aos movimentos populares, formou uma identidade social e política entre grupos sociais que pretendiam ser atuantes na definição de seus próprios destinos e nos destinos do país. Formou-se, então, um coletivo

---

<sup>30</sup> Sobre as transformações sociais e políticas ocorridas nas décadas de 70 e 80 ver SADER, Eder, op. cit.; ALVES, Maria Helena Moreira; *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*; Petrópolis, Vozes, 1984; SELCHER, Wayne A. *A Abertura Política no Brasil: Dinâmica, Dilemas e Perspectivas*. SP, Convívio, 1988; STEPAN, Alfred (org.) *Democratizando o Brasil*. RJ, Paz e Terra, 1988.

<sup>31</sup> verificar a nota nº 03 deste trabalho.

que buscava interferir, em um primeiro momento, nas decisões políticas locais (como nas associações de moradores ou mesmo na escolha dos candidatos em eleições municipais) e, posteriormente, no plano nacional, afirmando os seus direitos e a sua cidadania.

Esta especificidade histórica conjuntural foi um dos fatores que conduziram à formação do PT como um partido de massas. Tais condições são reconhecidas e mencionadas no programa nacional do PT, quando este afirma que

“lutamos pela construção de uma democracia que garanta aos trabalhadores, em todos os níveis, a direção das decisões políticas e econômicas do país”.<sup>32</sup>

No programa nacional do Partido dos Trabalhadores estavam indicadas as condições históricas que contribuíram para a formação de um partido de massas no Brasil quando afirmou que

“nosso partido não pode nascer pronto e acabado. Ele se desenvolve ao mesmo tempo em que se desenvolve a luta dos trabalhadores. Lutas que não começaram hoje, nem começaram ontem, mas que deram importantes passos nos últimos anos, impondo a necessidade de unificar os movimentos que ocorrem em diferentes fábricas ou diferentes bairros populares, em diferentes categorias sociais e profissionais e em diferentes regiões do país. A experiência adquirida no curso das lutas recentes mostrou, além disso, aos trabalhadores, que suas lutas específicas, por mais amplas que sejam, não asseguram a realização de suas conquistas devido à centralização do poder e decisão

---

<sup>32</sup> GADOTTI, Moacir & PEREIRA, Otaviano, op. cit. p. 57

política. Os trabalhadores compreenderam então que isso só pode ser conseguido através de sua própria participação política no processo de decisão”.<sup>33</sup>

Nos partidos de massas os segmentos social e politicamente excluídos dos espaços de decisão procuram se fazer ouvir e interferir na vida política do país da mesma forma que os programas dos partidos de massas refletem o projeto de sociedade que se pretende em substituição à ordem socio-econômica existente. A nova sociedade, em oposição à formação social burguesa-capitalista, deve ser mais democrática, participativa, mais abrangente na oportunidade dada aos seus membros e menos hierarquizada. Como um partido de massas e socialista, o PT formulou no seu programa nacional o tipo de sociedade que pretendia construir em substituição à ordem burguesa. Neste projeto a ampliação da democracia teve um peso maior do que a implantação do socialismo. Esta importância atribuída à questão democrática era a resposta do PT às condições conjunturais da época, uma vez que

“o PT nasce numa conjuntura em que a democracia aparece como uma das grandes questões da sociedade brasileira”. (...) a luta democrática concreta de hoje é a de garantir o direito à livre organização dos trabalhadores em todos os níveis. Portanto, a democracia que os trabalhadores propõem tem valor permanente; é aquela que não admite a exploração econômica e a marginalização política de muitos milhões de brasileiros que constroem a riqueza do país com o seu trabalho”.<sup>34</sup>

---

<sup>33</sup> Idem, *Ibidem*; p. 57.

<sup>34</sup> Idem, *Ibidem*; p. 57/58.

O Programa Nacional do PT propunha uma alternativa à ordem burguesa e capitalista que deveria começar através da luta contra o regime militar,

“desmantelando a máquina repressiva e garantindo as mais amplas liberdades para os trabalhadores e oprimidos que se apoiem na mobilização e organização do movimento popular e que seja a expressão do seu direito e vontade de decidir os destinos do país. Um poder que avance nos rumos de uma sociedade sem exploradores e explorados. Na construção dessa sociedade, os trabalhadores brasileiros têm claro que essa luta se dá contra os interesses do grande capital nacional e internacional”.<sup>35</sup>

Sob estes aspectos - a especificidade histórica, a reação à ordem social e política burguesa e ao modo de produção capitalista e a elaboração de uma proposta social que tenha negado esta ordem - pode-se entender o Partido dos Trabalhadores como um partido de massas, democrático e socialista.

## 2. DEFININDO O MODELO: O PT E O SOCIALISMO

Quanto ao socialismo proposto pelo PT, tomamos dois parâmetros de análise: o primeiro marcado pelas resoluções do Vº Encontro Nacional de dezembro de 1987 e o

---

<sup>35</sup> Idem, *Ibidem*, p.58.

segundo definido nas resoluções do VIIº Encontro Nacional de junho de 1990. Estes dois momentos antecederam e prepararam as resoluções do 1º Congresso Nacional de novembro/dezembro de 1991.

Antes das resoluções do Vº Encontro, o socialismo do PT era mencionado apenas nos documentos do Diretório Nacional que deram origem ao Programa Nacional de 1986.<sup>36</sup> O Programa de 1986, por sua vez, não se ocupou em atribuir ao partido uma identidade socialista. Apenas um ano depois, em dezembro de 1987, o Vº Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores, realizado em Brasília, o identificou como sendo de classe, de massas, democrático e socialista.<sup>37</sup>

O documento é muito evasivo no que se refere ao modelo de socialismo que se pretendia construir. No texto do Vº Encontro Nacional, a preocupação maior era definir o socialismo que o PT não queria.

“O PT rejeita a concepção burocrática de socialismo, a visão do partido único, por considerar incorreta a idéia de que cada classe social é representada por um único partido (...) O projeto socialista pelo qual lutamos, de outro lado, deve incorporar as perspectivas colocadas pelos diferentes movimentos sociais que combatem opressões específicas (...) indispensáveis para golpear importantes pilares da dominação exercida pela burguesia e engajar, em profundidade, a maioria da população brasileira num processo de transformação revolucionária (...) Deve ainda, incorporar o questionamento de outros mecanismos vitais para a reprodução da dominação de classe. A incorporação dessas lutas no projeto político proletário, desde hoje, permite barrar o avanço da

---

<sup>36</sup> O texto do Diretório Nacional de março de 1986 é mencionado na nota 13 deste trabalho, onde a prática do Partido dos Trabalhadores é denominada de socialista não dogmática. Ver a este respeito GADOTTI & PEREIRA, op. cit. pag. 52.

burguesia (...) Sem um tratamento correto dessas questões, no sentido de manter aberto os canais de participação das massas trabalhadoras no poder de Estado e a observância dos direitos individuais dos membros da sociedade e, ao mesmo tempo, garantir a existência do Estado socialista como instrumento como instrumento fundamental para a construção socialista, será impossível transformar as liberdades políticas e a democracia formal, próprias do capitalismo, nas liberdades e na democracia real que deve ser própria do socialismo”.<sup>38</sup>

Benedito Tadeu César atribuiu os termos do Vº Encontro às condições conjunturais, tendo sido elaborado em um momento no qual o PT visualizou a possibilidade de ser alternativa de governo. Definindo-se socialista, mas sem “alternativas suficientemente elaboradas e amadurecidas, o partido reafirmou aquela que se encontrava enraizada na maior parte da esquerda brasileira de tradição marxista.”<sup>39</sup>

Somente em junho de 1990, nos documentos preparatórios para o 1º Congresso Nacional do Partido dos Trabalhadores, a questão do socialismo petista foi tratada de forma mais clara e objetiva. Os termos das resoluções sobre o socialismo petista do VIIº Encontro Nacional - realizado em São Paulo, em junho de 1990 - abandonaram o discurso do “socialismo que não se queria” para definir o “socialismo que se queria”. Foi a primeira tentativa de identificar o modelo de socialismo do PT.

---

<sup>37</sup> Introdução do *V Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores*, dezembro de 1987

<sup>38</sup> *V Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores*, item intitulado “Socialismo e Democracia” in GADOTTI & PEREIRA, op. cit. pag. 137/138

<sup>39</sup> CESAR, Benedito Tadeu; op. cit. p. 233

“O 5º Encontro Nacional já apontou o caminho: para extinguir o capitalismo e iniciar a construção da sociedade socialista, será necessária uma mudança política radical; os trabalhadores precisam transformar-se em classe hegemônica na sociedade civil e no poder de Estado (...) O PT não concebe o socialismo como um futuro inevitável a ser produzido necessariamente pelas leis econômicas do capitalismo. Para nós o socialismo é um projeto humano cuja realização é impensável sem a luta consciente dos explorados e oprimidos. (...) Deverá organizar-se, portanto, a partir da propriedade social dos meios de produção. (...) Democracia que vigore tanto para a gestão de cada unidade produtiva - os conselhos de fábrica são referências obrigatória - quanto para o sistema no seu conjunto, através de um planejamento estratégico sob controle social. (...) Instrumentos de democracia direta, garantida a participação das massas nos vários níveis de direção do processo político e da gestão econômica, deverão conjugar-se com os instrumentos da democracia representativa e com mecanismos ágeis de consulta popular.”<sup>40</sup>

Mas, ainda nestas resoluções, o modelo de socialismo proposto pelo PT não ultrapassou a formulação em linhas gerais, não conseguindo indicar como ele deveria se realizar no campo das relações políticas, jurídicas e econômicas. Quando o documento mencionou a propriedade social dos meios de produção, gestão da produção através de conselhos de fábrica e prática da democracia direta, não indicou em que medida este modelo deveria ser hegemônico ou apenas uma alternativa possível no interior da ordem burguesa capitalista.

Apenas no 1º Congresso Nacional - realizado em dezembro de 1991, em São Bernardo do Campo - o Partido dos Trabalhadores conseguiu tratar de frente a questão do projeto de socialismo que o partido pretendia construir. A resolução sobre o socialismo

---

<sup>40</sup> VIIº Encontro Nacional do PT, São Paulo, Junho de 1990, “O Socialismo Petista”; pag. 29-30

petista citou as liberdades civis e políticas, realçou o pluripartidarismo, propôs o controle da sociedade sobre o poder público, reduzindo a distância entre governantes e governados, privilegiou a propriedade social e admitiu seu convívio com outras formas de propriedade e a permanência da economia de mercado sob controle democrático.

“Para o PT, socialismo é sinônimo de radicalização de democracia (...) Lutamos por uma ordem social qualitativamente superior, baseada na cooperação e na solidariedade, na qual os conflitos sejam vividos democraticamente. (...) O socialismo pelo qual o PT luta prevê, portanto, a existência de um Estado de direito no qual prevaleçam as mais amplas liberdades civis e políticas (de opinião, de manifestação, de imprensa, partidária, sindical, etc.); onde os mecanismos de democracia representativa, libertos da coação do capital, devem ser conjugados com formas de participação direta do cidadão nas decisões econômicas, políticas e sociais. (...) construir no socialismo uma esfera pública (...) que tenha seu polo dominante nas iniciativas surgidas da sociedade, na perspectiva de que a população organizada se aproprie de funções que hoje são reservadas às esferas estatais institucionais (...) o socialismo deve ser também a socialização dos meios de governar, a descentralização do poder e, principalmente, o reconhecimento do direito à diversidade política, cultural, étnica, sexual e religiosa. (...) A democracia socialista se baseia na crescente superação da alienação e da apatia política da maioria da população (...) busca abolir a distinção entre governantes e governados e encaminhar a extinção das desigualdades de classe e do Estado enquanto aparelho de dominação. (...) Que é preciso estimular o planejamento estratégico e democrático, (...) combinando diferentes formas de propriedade (estatal, coletiva, social, pública, particular, mistas), privilegiando as formas de propriedade de caráter social e estabelecendo limites à propriedade individual; (...) diferentes formas de gestão econômica (autogestão, direção pessoal ou coletiva, mistas) e várias

formas de controle social (sindical, popular, estatal). (...) Os contornos de uma sociedade socialista (...) serão produtos da própria luta social, política, econômica e cultural”.<sup>41</sup>

As resoluções sobre o socialismo do 1º Congresso Nacional, elaboraram uma ordem social onde o controle popular sobre o Estado fosse direto e permanente e a democracia direta ampliada sobre o conjunto da população organizada. O projeto de socialismo formulado ressaltava a conquista do direito de cidadania dos excluídos através da participação nas decisões políticas e econômicas. O socialismo então delineado pressupunha a eliminação gradual da ordem burguesa e do modo de produção capitalista. O socialismo petista entendia como sua primeira etapa a construção de uma consciência democrática ampliada e igualitária no interior da ordem burguesa, opondo-se à opressão econômica e eliminando o caráter excludente da sociedade de classes.<sup>42</sup>

---

<sup>41</sup> *Resoluções do 1º Congresso do PT*, novembro / dezembro de 1991; pag. 32-34

---

<sup>42</sup> sobre o modelo histórico do socialismo petista consultar CESAR, Benedito Tadeu; op.cit p. 233. Ver também GUIMARÃES, Juarez Rocha, *Claro Enigma: O PT e a Tradição Socialista*; Campinas, Unicamp, (mimeo)

### CAPÍTULO III: AS MASSAS E OS QUADROS NO PT DE CAMPINAS

O Partido dos Trabalhadores foi formado em Campinas em 1980, a partir das experiências dos militantes dos movimentos sociais nos bairros da periferia e, em menor escala, dos militantes do movimento sindical.

Seus filiados e membros do Diretório Municipal vieram, em grande parte, das experiências de reivindicações da população organizada na luta pela melhoria da qualidade de vida nos bairros periféricos de Campinas. Com a criação do Partido dos Trabalhadores no município, o partido passou a exercer o papel de canal de participação direta das camadas excluídas nas tomadas de decisões e nas políticas que deveriam ser implementadas no município. Segundo Celso Marcondes

“o partido já estava na direção de vários sindicatos e tinha uma força real na periferia, graças sobretudo ao trabalho das comunidades eclesiais de base e da pastoral operária”.<sup>43</sup>

A grande contribuição que a formação do Partido dos Trabalhadores trouxe para o quadro político do município foi a criação de um espaço político institucionalizado no qual o poder de fato emanava das bases partidárias e, a partir delas, se formava o quadro dos dirigentes do partido. O PT como partido de massa, formando os seus quadros a partir da experiência da militância de base, inaugurava uma prática política recente do município de Campinas. Era um partido que se opunha às práticas dos partidos existentes, onde o movimento popular não encontrava espaço de representação.

---

<sup>43</sup> MARCONDES, Celso. *Em Algum Lugar do Passado*; SP, Brasil Urgente, 1991. p. 24.

No plano político, a participação popular foi uma bandeira política defendida pelo Partido dos Trabalhadores. Ao mesmo tempo ela se constituiu em veículo de acesso das classes populares ao espaço das decisões tomadas pelo Poder Executivo através da definição das políticas públicas que seriam implementadas. A participação popular assumiu a função de instrumento democrático na escolha e controle dos caminhos do governo: o PT propôs que o movimento popular organizado decidisse - a cada passo do governo e através de assembléias populares - o perfil de sociedade que mais lhe interessasse.

O poder delegado ao prefeito municipal, através das eleições, não seria cobrado apenas pela ação do Legislativo. Era necessário acrescentar aos poderes instituídos o poder popular, permanente e direto, na gestão da política municipal. A população organizada assumiria funções paralelas às da Câmara Municipal.

A responsabilidade pela elaboração e cumprimento de um programa de governo deixou de ser uma atribuição exclusiva do partido político, ou do Poder Executivo eleito pelo voto da democracia burguesa, retornando, com a participação popular e os Conselhos Populares, para as mãos do cidadão através da população organizada. Júlio Simões, estudando a atuação do Partido dos Trabalhadores em Diadema, coloca a questão da participação popular como um “ideário de valorização das associações espontâneas de base, paralelas e independentes dos mecanismos institucionais de representação e do Estado”.<sup>44</sup>

---

<sup>44</sup> SIMÕES, Júlio Assis. *O Dilema da Participação Popular: A Etnografia de um Caso*; SP; ANPOCS/Marco Zero, 1992, pag. 14

O autor menciona, também, o passado das populações marginalizadas por um processo decisório elitista, como sendo a base do programa partidário e da participação, na medida em que

“esse ideário integrou a valorização do bom senso do povo e do sentido histórico de suas práticas com concepções que enfatizam a existência de um corte radical entre elite e massa na sociedade brasileira, encaravam o Estado como representante dos interesses das elites e guardião da ordem vigente, e acentuavam a manipulação perpetrada pelo jogo político partidário”.<sup>45</sup>

O PT, rompendo a barreira do populismo e do autoritarismo, surgiu com o compromisso de eliminar as distâncias existentes entre as elites instaladas no poder e a participação política das massas. Para Júlio Simões

“muitas expectativas de estabelecer uma continuidade entre os movimentos sociais e uma organização mais propriamente política foram, como já foi assinalado, direcionadas para a formação do PT. Esperava-se que os movimentos sociais, encarados como representantes dos verdadeiros interesses das massas populares, pudessem exercer uma influência democratizante na estruturação e na hierarquia do partido”.<sup>46</sup>

Essa proposta, trazida pelo Partido dos Trabalhadores na plataforma das eleições municipais de 1988 em Campinas, foi uma das suas principais bandeiras de campanha. A ligação permanente através de um fluxo de definições de prioridades partindo das massas

---

<sup>45</sup> idem; ibidem; pag. 14

em direção aos quadros do partido, era a base de sustentação e de legitimidade do poder que se pretendia conquistar nas urnas. A possibilidade de rompimento deste elo, na escolha de estratégias ou na formulação de um programa de campanha e de governo que não passasse pela ampla discussão com as bases partidárias, já trazia, em si mesma, indícios de conflitos no interior do partido.<sup>47</sup>

## 1. A COMPOSIÇÃO SOCIAL DAS BASES DO PT DE CAMPINAS.

Considerando que um partido de massas organiza os seus quadros a partir dos filiados mais representativos das suas bases, é possível visualizar os segmentos sociais que este representa, analisando a formação de seus núcleos e os candidatos por eles indicados para representar o partido, seja como candidato ao Diretório Municipal ou à Câmara Municipal.<sup>48</sup>

---

<sup>46</sup> idem, ibidem. pag. 15

<sup>47</sup> A indicação de Jacó Bittar como candidato do Partido dos Trabalhadores para a Prefeitura de Campinas nas eleições municipais de 88 encontrou a oposição de vários núcleos do partido devido a sua falta de ligação com as bases. Desde 1983 Jacó Bittar estava desligado de qualquer tipo de militância em Campinas. Os candidatos apontados pelas reuniões de núcleo como preferidos das bases eram o professor da Unicamp Jurandir Fernandes, o sindicalista Durval e outros líderes locais do PT, como Celso Marcondes e o sindicalista Zica. A candidatura de Jacó Bittar firmou-se com a retirada dos nomes dos demais candidatos na plenária geral dos militantes em 12 de dezembro de 1987.

<sup>48</sup> o Diretório Municipal do Partido dos Trabalhadores pode ser considerado como representativo das bases uma vez que seus membros são eleitos pelos filiados do partido que estejam em dia com a contribuição partidária (uma das origens do financiamento das atividades de um partido de massa) em votação secreta, significa dizer, aqueles que têm algum tipo de atuação na vida partidária.

As bases do PT em Campinas tinham um perfil semelhante às que deram sustentação ao partido no plano nacional e em São Paulo: sindicatos de trabalhadores, grupos ligados aos movimentos populares de bairros, políticos, intelectuais e estudantes. A especificidade de Campinas se encontrava na inversão da direção que o processo de formação do partido assumiu: no país e no estado de São Paulo o Partido dos Trabalhadores partiu, inicialmente, de uma base sindical, incorporando no processo de formação do partido os movimentos populares, os intelectuais, os políticos, os estudantes e grupos representantes das classes médias. Em Campinas, a base do PT surgiu do engajamento político dos movimentos sociais nos bairros periféricos, aliados à Igreja Católica, aos intelectuais e profissionais liberais representantes da classe média.

As discussões sobre a formação do Partido dos Trabalhadores ocorreram como um projeto nacional, durante os anos de 1978 e 1979 nos sindicatos de São Bernardo do Campo, Santo André, Osasco, Santos, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Campinas e Porto Alegre. A idéia de se criar um partido dos trabalhadores surgiu no Encontro dos Metalúrgicos do estado de São Paulo, em Lins, em janeiro de 1979. A idéia voltou a ser discutida em junho do mesmo ano, também em um Encontro de Metalúrgicos em Poços de Caldas. As bases do partido começaram a se ampliar a partir de então, visto que em um primeiro esboço do programa já não se fazia referência, apenas, aos trabalhadores e sindicatos como suporte social do novo partido, mas também aos movimentos sociais ligados às associações de bairro. Também aderiram à formação do novo partido grupo de políticos, intelectuais e estudantes. Porém, as lideranças que se mobilizaram no plano nacional na formação do Partido dos Trabalhadores continuavam ainda engajadas na luta

sindical: Lula, presidente do Sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo e Diadema; Olívio Dutra, presidente do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre; Arnaldo Gonçalves, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santos; João Paulo Pires Vasconcelos, diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de João Monlevade e Jacó Bittar, presidente do Sindicato dos Petroleiros de Paulínea.<sup>49</sup>

Margaret Keck definiu as bases de formação do Partido dos Trabalhadores quando afirmou que

“embora o crescimento da classe trabalhadora urbana fosse importante em si mesmo, o PT também pôde contar com outras formas de organização social, além dos sindicatos, que contribuíram para a formação de sua base de massa potencial. As comunidades eclesiais de base, que se contavam aos milhares só em São Paulo e cujos membros desempenhavam um papel cada vez mais ativo em outros movimentos sociais, ajudaram a ampliar a base potencial do partido. A população urbana em rápida expansão defrontava-se com condições precárias de vida nas favelas das periferias urbanas e nos cortiços das cidades, produzindo uma profusão de movimentos locais em torno de questões como transporte, saneamento básico, habitação e saúde. As ligações entre o movimento operário e esses de bairro, forjadas em grande parte pelo papel central neles desempenhado pelos ativistas católicos, foram cruciais na mobilização do apoio local para as greves de 1978 e 1979, revelando-se importante também para expandir a base de discussão do projeto do PT além dos sindicatos”.<sup>50</sup>

No estado de São Paulo o Partido dos Trabalhadores seguiu o mesmo processo de formação que ocorreu no país: uma base sindicalista que se ampliou para outros segmentos

---

<sup>49</sup> KECK, Margaret E. op.cit.; ver o cap. IV: “O Movimento Sindical e a Formação do PT”

<sup>50</sup> KECK, Margaret E. ; op. cit; pag. 96 / 97

da sociedade, fundamentalmente os movimentos sociais, setores do movimento estudantil, políticos, intelectuais e segmentos das classes médias.

Rachel Meneguello identifica a formação dos quadros do PT no diretório estadual, analisando a composição da massa de filiados:<sup>51</sup>

“a análise da composição dos órgãos internos da direção do PT paulista até 1982 indica que o grupo sindicalista manteve-se majoritário no partido desde a sua formação. (...) A composição da Comissão Regional Provisória de 1980, eleita como chapa única, comprova essa afirmação: a chapa aprovada em 25 de maio compunha-se de 60% de membros ligados ao grupo sindicalista. Os 40% restantes dividiam-se em parlamentares e profissionais ligados ao jornalismo e a grupos políticos de extrema esquerda. (...) Esta distribuição interna da força política repetiu-se em parte na composição do Diretório Estadual Paulista eleito em junho de 1981. O grupo sindicalista manteve-se majoritário com 50% dos membros eleitos, sendo a outra metade dividida em 25% de elementos ligados a grupos de esquerda, 13% de parlamentares e 12% de elementos ligados aos movimentos populares urbanos”.

52

Em Campinas o movimento popular assumiu um lugar de destaque na formação das bases partidárias, principalmente aquele que teve origem na periferia da cidade. Foi atuando nestes movimentos organizados que se deu o aprendizado político da futura militância partidária do Partido dos Trabalhadores no município.

---

<sup>51</sup> Rachel Meneguello (*PT: A Formação de um Partido*; RJ; Paz e Terra; 1989) faz uma apresentação das bases do Partido dos Trabalhadores no estado de São Paulo apresentando dados sobre o número de núcleos de base, de diretórios, de militantes e de filiados por regiões da capital e do estado. Estes dados permitem a visualização das bases do partido no Estado e na Capital quanto à abrangência espacial. A composição por categoria dos diretórios e dos núcleos nos fornece os dados sobre a composição social do PT, uma vez que os diretórios são formados a partir do conjunto dos filiados do partido, através de eleições.

<sup>52</sup> MENEGUELLO, Rachel; op. cit. pag. 69

A influência do movimento sindical, quando da formação do PT de Campinas no final da década de 70 e início dos anos 80 era bem menor do que a exercida pelos movimentos organizados dos bairros da periferia, uma vez que, apenas o sindicato dos petroleiros de Campinas e Paulínia era dirigido por petistas. Segundo Celso Marcondes a

“força real do movimento popular alcançava um reflexo importante na estrutura interna do partido. Mais de trinta grupos de militantes (os núcleos de base) se reuniam, regularmente nos bairros ou categorias”.<sup>53</sup>

Quando o PT concorreu às eleições municipais de 1988 em Campinas, as bases do partido já haviam se ampliado. Além de sua estruturação junto aos movimentos organizados de bairros da periferia, o partido tinha como filiados, no final da década de 80,

“a maioria dos diretores dos sindicatos dos petroleiros, metalúrgicos, eletricitários, da construção civil, dos condutores de ônibus, dos servidores municipais, do abastecimento de água e esgoto, dos servidores da UNICAMP, no sindicato dos bancários e na associação dos professores da UNICAMP”.<sup>54</sup>

Nesta época as bases do PT de Campinas começaram a se ampliar em direção ao movimento sindical no município. Outro segmento importante na formação das bases do Partido dos Trabalhadores em Campinas estava no movimento estudantil. Quando o partido

---

<sup>53</sup> idem, ibidem; p. 24.

<sup>54</sup> dossiê interno do Partido dos Trabalhadores; *Um Perfil do Partido em Campinas*.

se lançou na campanha para a Prefeitura em 1988, ele já tinha seus filiados na direção do DCE da UNICAMP e organizado o núcleo de estudantes desta universidade.

Ampliando suas bases, o PT de Campinas começou a se organizar em torno de segmentos da classe média e profissionais liberais. Formaram-se núcleos importantes dentro do partido entre profissionais de saúde (Núcleo da Saúde), entre professores e educadores (Núcleo dos Educadores, Núcleo dos Professores da UNICAMP, Núcleo da PUCCAMP), funcionários públicos (Núcleo da Secretaria de Agricultura, Núcleo dos Servidores da UNICAMP), bairros de classe média (Núcleo do Centro) engenheiros, arquitetos e outros. O Partido dos Trabalhadores, ampliando as suas bases, passava a ter força

“junto aos estudantes que se reuniam em duas das principais universidades do país e a partir delas ganhava expressão também junto a camadas significativas da intelectualidade e dos profissionais liberais”.<sup>55</sup>

As massas do Partido dos Trabalhadores no município de Campinas foram, então, formadas por três segmentos da sociedade civil organizada. O segmento majoritário era formado pelo movimento popular dos bairros periféricos do município, em um segundo plano encontramos o movimento sindical e, finalmente, o movimento estudantil, aliado a segmentos médios organizados da sociedade como professores, profissionais liberais e

---

<sup>55</sup> idem, *ibidem*, p. 24.

funcionários públicos (particularmente da Prefeitura de Campinas, da UNICAMP e da PUCCAMP).

Uma amostragem da constituição da base do Partido dos Trabalhadores em Campinas foi dada pela seleção dos candidatos à Câmara dos Vereadores nas eleições de 1988. A indicação dos candidatos era feita através de reuniões realizadas pelos trinta núcleos do PT no município, onde os participantes indicavam nomes vinculados ao núcleo juntamente com outra lista de nomes não vinculados diretamente a ele. Estas reuniões aconteceram entre o final de 1987 e os três primeiros meses de 1988 e o número de encontros era determinado pelos participantes. As reuniões em Campinas variaram de uma (como a realizada pelo núcleo dos estudantes da UNICAMP) a seis (realizadas pelo Núcleo Jardim Santa Lúcia). O número de participantes também era variado: havia núcleos com apenas seis participantes presentes à reunião, como o do Pré-Núcleo Proença e outros que chegavam a quarenta e quatro, como o do Parque Valença I.

Entre os pré-candidatos indicados nas reuniões dos trinta núcleos do PT de Campinas, trinta e dois foram oficializados pelo partido como candidatos a vereador. Todos os escolhidos eram trabalhadores assalariados (gráficos, metalúrgicos, funcionários públicos, sociólogos, pedreiros, motoristas, médicos, professores, etc.), sendo que mais de 60 % atuavam em movimentos populares e, aproximadamente 35 % atuavam em sindicatos; os demais eram dirigentes partidários (ANEXO 1).

Podemos afirmar que o Partido dos Trabalhadores em Campinas seguiu o padrão de atuação de um partido de massas. Foi organizado a partir de núcleos formados por local de moradia ou categoria profissional (ou de atividade). Estes núcleos tinham uma grande

importância na consolidação da democracia interna do partido uma vez que eram os responsáveis pela escolha daqueles que constituiriam uma parte dos quadros partidários. Sendo a maior parte destes núcleos ligados aos movimentos populares, ocorreu que sua atuação não refletiu apenas formalmente um partido de massa, mas atuavam, de maneira dinâmica, no processo de alargamento de suas bases através da ação permanente de seus membros nas comunidades. O debate e o direcionamento das decisões políticas de um núcleo do PT encontravam-se ligados a um processo de educação política. O candidato indicado pelo núcleo era produto da luta política da comunidade pelo seu reconhecimento enquanto grupo. Os candidatos do partido à Câmara de Vereadores em Campinas eram indicados pelos núcleos e o seu aprendizado político se dava no interior dos movimentos populares de bairro ou no interior do movimento sindical.

## 2. A FORMAÇÃO DOS QUADROS DO PT DE CAMPINAS

Partiu-se da configuração das bases do partido para a análise dos quadros do PT de Campinas, uma vez que a sua definição - como já foi mencionado anteriormente - foi o resultado das práticas políticas dos filiados na comunidade, seja na atuação nos movimentos populares, seja no movimento sindical. Portanto, pode-se afirmar que os quadros do Partido dos Trabalhadores em Campinas foram formados, em sua maioria, por

representantes dos movimentos populares, associações de moradores, líderes e dirigentes sindicais.

Contudo, para compreender a formação dos quadros do PT em Campinas, a análise não pode se restringir à busca das origens sociais de suas bases. É preciso considerar também o universo das diversas tendências e grupos políticos que tiveram participação na formação do partido ou buscaram na sigla um espaço de atuação política.

O quadro de dirigentes do Partido dos Trabalhadores constitui-se, na sua maioria, de representantes das correntes que lutaram no interior do partido

“como se os militantes tivessem na testa uma estrela do partido, mas cada qual pintada de uma cor para diferenciar grupos e formas de ação e luta (ou mesmo uma linha ideológica demarcadora de sua particular apropriação do marxismo)”.<sup>56</sup>

A existência de várias tendências ou correntes no interior de um partido político é explicada, de uma forma geral, pela dificuldade que determinados grupos políticos encontram de se organizar enquanto partidos ou como resultado da limitação das representações partidárias existentes, que não respondem à diversidade das opções políticas existentes na sociedade.<sup>57</sup>

No Partido dos Trabalhadores predominaram tendências que se consolidaram na luta contra a ditadura militar mas que não tinham força ou condições legais de se formarem

---

<sup>56</sup> GADOTTI, Moacir & PEREIRA, Otaviano. Op. cit. p. 145

<sup>57</sup> Moacir Gadotti e Otaviano Pereira (*Pra Quê PT?* SP; Cortez; 1989) e Cláudio Gurgel (*Estrelas e Borboletas*; RJ; Papagaio; 1989) apresentam uma análise resumida do significado das tendências no interior dos partidos políticos e particularmente no Partido dos Trabalhadores.

como partidos políticos. Na década de 80, entre as tendências mais importantes que participaram da formação do Partido dos Trabalhadores - ou se abrigaram sob a sigla partidária - estava a “Articulação” como grupo majoritário no interior do partido, a “Organização Revolucionária Marxista Democrática Socialista” (DS) que, juntamente com “O Trabalho”, “Convergência Socialista” (CS), “Causa Operária” e “Partido Revolucionário Operário” se autodenominavam trotskistas - sendo que os dois primeiros (DS e O Trabalho) procuravam adaptar sua estratégia de atuação à realidade política do país - além do Movimento Comunista Revolucionário (MCR), o Partido Revolucionário Comunista (PRC) e o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), grupos egressos do PCB.<sup>58</sup>

Tendo se transformado praticamente em pequenos partidos dentro do PT, as diversas tendências que atuavam na década de 80 chegavam a mais de quinze. Procurando regulamentar sua atuação no interior do partido, realizou-se, em dezembro de 1987 o Vº Encontro do PT, determinando que as correntes existentes no Partido dos Trabalhadores se manifestassem levando em consideração a unidade partidária. Algumas correntes do PT defendiam a regulamentação das correntes no partido e consideravam as divergências existentes entre os vários agrupamentos como um instrumento de elaboração da linguagem partidária. A existência das várias correntes internas era considerada como a expressão do perfil do Partido dos Trabalhadores, ou seja, as diferenças internas no partido eram um

---

<sup>58</sup> GADOTTI, Moacir & PEREIRA, Otaviano; op. cit; pag. 144 e 145

instrumento de concretização da democracia que fortalecia a estrutura partidária em seu conjunto.<sup>59</sup>

Em maio de 1992 o Partido dos Trabalhadores se reuniu para tratar das tendências internas do partido, desta vez tentando eliminar todas as correntes, inclusive a “Articulação”, como havia sido decidido no 1º Congresso Nacional do PT no qual Lula lançou um manifesto propondo “uma única tendência chamada PT”. A idéia, então, era enquadrar todas as correntes do partido *no* partido, abrindo caminho para a realização de

---

<sup>59</sup> As resoluções do Vº Encontro do PT podem ser sintetizadas, quanto às tendências internas do partido tratadas no item 3.3 da seguinte maneira: “1. (...) Em nenhum momento de sua construção o PT assumiu a condição de frente - de qualquer tipo - ou mesmo reduziu o alcance de sua intervenção a tarefas meramente conjunturais. Pelo contrário, os seus documentos básicos afirmam de maneira definitiva o seu caráter e sua feição de partido de massas, democrático e socialista, consciente de seu papel fundamental no processo de construção do socialismo no Brasil. (...) 3. Ao afirmar seu caráter estratégico, o PT afirma-se, pois, como partido e não como frente de partidos ou organizações. Contrapõe-se, portanto, à prática da dupla militância e da dupla fidelidade. Da mesma maneira, a filiação ao PT se dá em caráter individual, assumindo o filiado o compromisso de acatar apenas e unicamente as decisões partidárias, tomadas nas instâncias orgânicas do PT. 4. Sendo democrático, o PT admite no seu interior a disputa ampla entre diferentes opiniões. (...) Entretanto, da mesma forma que defende e garante a pluralidade de pensamento sobre as mais variadas questões, exige a mais forte unidade de ação, pois é na base desse elemento que reside a eficácia do partido como instrumento de intervenção na luta de classes, no rumo do socialismo. (...) 5. Em vista do acima exposto, o PT vê como natural a formação, em seu interior, de agrupamentos para defender posições políticas, cujas reuniões, debates e trabalhos tenham caráter transparente ao partido, e cujas atividades estejam voltadas exclusivamente para a vida interna do PT e que visem o fortalecimento da estrutura partidária em seu conjunto. (...) 6. É rigorosamente incompatível com o caráter da PT a existência, velada ou ostensiva, de *partidos* em seu interior, concorrentes do próprio PT. Quer dizer, o PT não admite em seu interior organizações com políticas particulares em relação à política geral do PT (...) O reconhecimento de agrupamentos desse tipo - partidos dentro do PT - seria a aceitação partido enquanto *frente política*, vale dizer, a própria negação do projeto histórico do PT. (...) Entretanto, levando em consideração que existe no PT agrupamentos com estrutura de partido, o PT travará com eles debate político visando a sua dissolução e a completa integração de seus militantes na vida orgânica petista, podendo vir a se transformar em legítimas tendências do partido. 7. O PT não confunde tendências internas de opinião com partidos dentro do partido, assegurando, pois, a qualquer grupo de militantes o direito de constituir-se como *tendência interna* do partido. (a) Uma tendência do PT é um grupo de petistas que se agrupa, ou se organiza, para defender posições no interior do partido, a partir de uma base política (podendo adotar o nome de tendência, corrente, agrupamento ...) (...) (c) As tendências do PT deverão respeitar escrupulosamente seu caráter de agrupamento de militantes para defender posições no interior do partido. (...) (f) Uma tendência do partido não pode construir um partido distinto do PT, nem usar nome de partido. Deve reconhecer expressa e praticamente o PT como um partido estratégico (rumo ao socialismo) [Síntese da Regulamentação aprovada no Vº Encontro Nacional do PT em dezembro de 87]

uma política de alianças com outros partidos que rompesse o isolamento e ampliasse a base popular do PT.

Os resultados esperados não foram alcançados e, em 1992, as tendências dentro do PT, apesar de reduzidas a cinco (ANEXO 2), apresentaram candidatos próprios nas convenções e se opuseram à política de alianças do partido com a maioria dos partidos nacionais, mesmo aqueles denominados de esquerda.<sup>60</sup>

Em Campinas as tendências que se encontravam mais representadas nos quadros do Partido dos Trabalhadores, na época das eleições municipais de 1988, eram as mesmas que atuavam no partido no plano nacional: as mais representativas eram a “Articulação”, da qual fazia parte o candidato a prefeito Jacó Bittar<sup>61</sup>, O Trabalho, a Convergência Socialista, o Fórum do Interior - que mais tarde passou a se chamar Fórum Socialista (como tendência regional)<sup>62</sup>, a Força Socialista e a Democracia Socialista.

---

<sup>60</sup> uma análise das tendências que atuavam no interior do PT quando ocorreu o encontro do Diretório Nacional de maio de 92, está no Jornal do Brasil de 04 de maio de 1992; encontramos um quadro das correntes do PT que predominam em São Paulo na Folha de São Paulo de 30 de janeiro. Para uma visão mais completa das tendências no interior do PT consultar “Algumas Considerações sobre as Tendências Organizadas no PT” de José Dirceu e Vladimir Pomer, disponível nas sedes do Partido dos Trabalhadores.

<sup>61</sup> Jacó Bittar se movimentava politicamente, no plano nacional, para se transformar no segundo homem mais forte dentro da “Articulação” segundo alguns membros do PT de Campinas

<sup>62</sup> o Fórum do Interior comunicou a sua oficialização no PT no Vº Encontro Estadual do PT-SP, apresentando-se como um grupo informal de militantes partidários que teve origem e referência nos movimentos sociais do interior do estado, especialmente o movimento sindical e os movimentos populares e de Igreja das periferias das nossas cidades. Em 95, no XIº Encontro Estadual do PT, a Vertente Socialista e o Fórum do Interior propuseram criar “uma nova corrente de pensamento interna ao PT, o Fórum Socialista, que nasce a partir de forças de atuação no Estado de São Paulo, mas que se propõe a participar das discussões de rumo do partido a nível nacional. O Fórum Socialista se coloca contra a transformação do PT em partido da ordem, burocratizado com a luta sindical marcada pelas disputas aparelhistas distante dos compromissos de classe. Denuncia a perda de fôlego e de capacidade de mobilização do movimento popular. Propõe a retomada do projeto petista de redefinição e reforço dos núcleos do partido e das instâncias de base, não permitir que o partido se transforma numa organização de conciliação reconhecendo o acirramento das lutas de classe, modernizar a comunicação com a sociedade, estabelecer políticas para os setores específicos da sociedade e definir o que o partido entende por socialismo e rumar na sua direção”. (Manifesto de Lançamento do Fórum Socialista).

Na formação dos quadros do PT em Campinas todas as tendências estavam representadas. Com a vitória nas eleições municipais de 1988, quando foi composto o secretariado de governo, apenas a Convergência Socialista não participou da formação do secretariado por ser um grupo pequeno e pouco representativo em Campinas.

Quanto à origem dos quadros do PT de Campinas, espaço de militância política e identificação com as bases, é possível identificá-los analisando alguns grupos, como a bancada do PT na Câmara dos Vereadores, eleita em 1988, e o secretariado municipal anunciado pelo partido como parte da plataforma eleitoral. As pessoas que fizeram parte deste quadro partidário surgiram da atuação em movimentos populares, movimento sindical ou com algum vínculo com as bases partidárias, como no caso da indicação de alguns candidatos a vereador e secretários municipais em 1988. (ANEXO 3).

Dos seis vereadores eleitos pelo PT em 1988, todos tinham a sua origem na militância política nos movimentos populares. Dos seis vereadores com militância nos movimentos populares, cinco também participavam do movimento sindical (apenas Alcides Mamizuka não era sindicalista). Este quadro partidário foi formado, fundamentalmente, por militantes dos movimentos populares e, no interior deste, surgiu a dupla militância com a participação de seus membros no movimento sindical.

O secretariado do PT que assumiu a Prefeitura de Campinas foi formado por profissionais de nível superior, sendo que, 60% exerciam a função de professores universitários e 70% possuíam algum vínculo com movimentos populares, como os movimentos ligados a favelas, movimentos de saúde, movimento sindical ou CEB's. Ficou

evidenciado, na escolha do secretariado, a preocupação com a competência técnica aliada à participação em movimentos sociais ligados à militância petista (ANEXO 4).

A escolha do secretariado, ainda durante a campanha eleitoral e divulgado publicamente, ocorreu sem lutas entre as tendências internas do partido. A adoção de critérios de competência técnica e engajamento político para a seleção dos nomes dos futuros secretários permitiu que ocorressem escolhas consensuais. Assim, cada um dos futuros secretários acabaram atuando como uma espécie de “cabo eleitoral”, na medida em que não eram nomes isolados, mas parte de grupos mais amplos atuando na sociedade. Com isso atraíram para a campanha outras pessoas ligadas às organizações das quais faziam parte, ampliando a base de apoio eleitoral do PT.<sup>63</sup>

Analisando o perfil dos vereadores eleitos e do secretariado nomeado, podemos afirmar que os quadros do Partido dos Trabalhadores de Campinas - quando da sua eleição para a Prefeitura em 1988 - foi composto, fundamentalmente, por representantes dos movimentos sociais e do movimento sindical. Foi, em última instância, um produto da militância partidária.

---

<sup>63</sup> *Dossiê Interno do PT: Dois Anos de PT na Prefeitura ; PT-Campinas; pag. 23*

## ANEXOS

ANEXO 1: CANDIDATOS A VEREADOR PELO PT DE CAMPINAS EM 1988

CANDIDATO	HISTÓRICO
Adalgiso Bispo Batista	motorista e diretor do sindicato dos condutores. Foi lavrador e diretor da Sociedade Amigos do Bairro Parque Valença
Adauto G. dos Santos	cinematista de televisão, membro do Diretório Municipal e participa dos movimentos populares em Souza e Joaquim Egidio
Alcides Mamizuka	sociólogo e vereador mais votado em 82. Participa do movimento popular em Barão Geraldo
Antônio Vedovelli	técnico agrícola, professor de geografia e presidente da Associação dos Moradores do Jardim Santa Genebra. Presta assistência às hortas comunitárias e participa dos movimentos de periferia
Aparecido de Oliveira	pedreiro, ex-lavrador e presidente de associação de moradores de bairro
Arlindo Dutra	diretor do Sindicato dos Metalúrgicos, operário da Mercedes e presidente do Centro Comunitário do Jardim Santa Lucia
Carlos Francisco Signorelli	professor de matemática, presidente do Sindicato dos Professores e da Sociedade Amigos de Bairro da Vila Ipê
Carlos Roberto de Souza (Carlinhos)	presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Purificação e Distribuição de Água e diretor da CUI - regional interior I
Célio Roberto Turino de Miranda	coordenador do Museu Histórico Municipal, líder do funcionalismo municipal, membro da Executiva Municipal do PT

	responsável pela Secretaria de Formação Política
Celso Marcondes	jornalista do Sindicato dos Eletricistas, candidato a vice prefeito em 82 e presidente do PT de Campinas
Cleir A. Costa	pedreiro, militante de movimentos populares e membro do
Matogrosso	Diretório Municipal do PT
Luciano Zica	petroleiro, tesoureiro do PT e membro da Coordenação Nacional dos Trabalhadores em Estatais na luta pela anistia
Elza Bittar	professora de língua portuguesa em escola estadual, conselheira da APEOESP e atua nos movimentos populares do Jardim São Vicente e Vila Formosa
Flávio Silveira	professor do 2º grau e diretor da Sociedade Amigos de Bairro do São Quirino. Atua em movimentos pastorais, populares e de organização da juventude
Jesus Justino de Paula	bancário e membro do Conselho de Representantes dos Trabalhadores do BANESPA
João de Carvalho	diretor do Sindicato dos Professores e candidato a prefeito de Campinas em 82
João Rocha	tecnico mecânico, membro de Diretório Municipal do PT e suplente de vereador. Foi diretor do Sindicato dos Metalúrgicos cassado em 64. Membro do Conselho de Moradores da Vila Boa Vista

Schneider	engenheiro de aeronautica e professor da UNICAMP. Foi secretário geral da Associação dos Docentes (ADUNICAMP) e diretor da CUT - regional interior I
José Carlos Faria	metalúrgico e diretor da Sociedade Amigos de Bairro do DIC-III. Foi diretor do Sindicato dos Metalúrgicos e membro do Diretório Municipal do PT
José da Costa Pinheiro	contador, funcionário da Unicamp e diretor de associação de bairro
José Gonçalves	diretor do Sindicato dos trabalhadores da Construção Civil, presidente da Sociedade de Bairro do Parque D. Pedro II e membro da Comunidade Santa Inês do Parque Universitário. Atua em movimento popular
José Roberto Miccoli	médico, funcionário dos postos de saúde da prefeitura na região do Jardim Nova Europa. Atua nos movimentos populares dos profissionais de saúde
José Vitorino Zago	professor universitário e secretário-geral da Associação dos Funcionários na Unicamp (ADUNICAMP)
Marcio Roberto do Carmo	biólogo, funcionário da UNICAMP e militante do Movimento Negro Unificado - MNU
Marcio Antônio Rodrigues (Marcão)	grafico e membro da Executiva Municipal do PT
Mário Godói Cunha	professor da rede estadual, atua no movimento estudantil e

(Marinho)	fundador da Escola Cooperativa Curumim
Mário Martins de Lima (Bigode)	funcionário da Unicamp, candidato a presidente da associação dos funcionários da Unicamp e candidato a vereador em 82
Oswaldo Rodrigues	Oliveira presidente do Sindicato dos Condutores de Campinas, foi da Comissão Salarial dos Condutores e diretor da CUT - regional interior I
Oswaldo Camargo	Pimentel de técnico eletrônico, atua nos movimentos populares e dos comerciários
Rubens Nogueira	economista e professor da rede estadual. Conselheiro da APEOESP e trabalha com educação popular desde o início da década de 70
Walcy de Oliveira	trabalhador da construção civil e líder da categoria. É membro da comunidade de base e vice-presidente da Associação de Moradores do Jardim Campos Eliseos
Wanda Russo	socióloga e funcionária da UNICAMP. Participa da Comunidade Eclesial de Base da Vila Costa e Silva e atua em movimentos populares e sindicais

Fonte: Diretório Municipal do PT de Campinas

## ANEXO 2:TENDÊNCIAS DO PARTIDO DOS TRABALHADORES - NACIONAL

NOME	CARACTERÍSTICA
ARTICULAÇÃO	Tendência majoritária formada como contraponto as tendências organizadas dentro do PT desde a sua formação, para evitar que os sindicalistas - fundadores da legenda perdessem o controle do partido. É composta por membros do movimento sindical, setores da Igreja, movimentos sociais e camadas médias da sociedade. Defende alianças políticas e eleitorais com partidos de centro-esquerda. A maior parte dos parlamentares do partido pertencem a "Articulação"
CONVERGÊNCIA SOCIALISTA	de tendência trotskista, formou-se entre os exilados brasileiros no Chile em 1972, num grupo conhecido como ponto de partida. No Brasil, em 1974, o grupo fundou a Liga Operária, legalizada em 1978 com o nome de Movimento para a Convergência Socialista. Inicialmente a tendência atuou no MDB, passando para o PT logo na sua fundação. A CS está representada no movimento sindical, setores representantes dos profissionais liberais e no movimento estudantil.
DEMOCRACIA SOCIALISTA	formada no final dos anos 70 em torno do jornal Era Tempo, a partir do movimento estudantil, principalmente de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul. Sua principal proposta é a

	de transformar o PT num partido revolucionário de linha trotskista, procura unificar as esquerdas dentro do PT. Alia-se com a "Articulação" ou com a "Força Socialista" e é contra a proposta de acabar com as tendências no interior do PT.
O TRABALHO	é o mesmo nome do jornal lançado pela corrente estudantil Liberdade e Luta (LIBELU) em '76. Se consideram a primeira tendência organizada a atuar dentro do PT.
FORÇA SOCIALISTA	foi criada em '89 como resultado da fusão de várias correntes de esquerda: o Movimento de Emancipação do Proletariado, Ação Popular, Ala Vermelha do PC do B, Democracia Proletária, Movimento Comunista Revolucionário e outros grupos menores. De tendência marxista, defende a combinação das lutas sociais com a luta revolucionária.

FONTE: JORNAL DO BRASIL E FOLHA DE SÃO PAULO

ANEXO 3: VEREADORES ELEITOS PELO PT DE CAMPINAS EM 1988

NOME	HISTÓRICO
Eustáquio Luciano	petroleiro, tesoureiro do PT e membro da Coordenação
Zica	nacional dos Trabalhadores em Estatais na luta pela anistia
Wanda Russo	socióloga, funcionária pública do estado, membro da Comunidade Eclesial de Base da Vila Costa e Silva e membro de movimentos populares
Jose Carlos Farias	metalúrgico, diretor da Sociedade Amigos de bairro do DIC-III e membro do Diretório Municipal do PT
Arlindo Dutra	metalúrgico, sindicalista e membro do Centro Comunitário do Jardim Santa Lúcia
Alcides Mamzuka	sociólogo, vereador e membro de movimento popular
Carlos Signorelli	professor, sindicalista e membro da Sociedade Amigos de Bairro da Vila Ipê, membro de Comunidade Eclesial de Base

FONTE: DIRETÓRIO MUNICIPAL DO PT DE CAMPINAS

ANEXO 4: SECRETARIADO INDICADO PELO PT-CAMPINAS NA CAMPANHA  
 PARA AS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 1988

NOME	HISTORICO
Plínio Moraes	chefe de governo e membro das Comunidades Eclesiais de base
Antônio Costa Santos	Vice-prefeito e secretário de obras, professor universitário, membro dos movimentos populares nas favelas e da Sociedade Febre Amarela
Gastão	secretário de saúde, professor universitário, membro do movimento nacional de saúde
Newton Brian	secretário de educação, professor universitário, membro do coletivo nacional de educação
Jurandir Fernandes	secretário de transporte, professor universitário, membro do movimento nacional dos secretários de transporte
Ricardo Schulman	secretário de administração, engenheiro, funcionário público, presidente do sindicato dos servidores públicos da Prefeitura de Campinas
Marco Aurélio Garcia	secretário de cultura, professor universitário, assessor para assuntos internacionais do PT-Nacional
Ofélia	secretária de negócios jurídicos, participou de movimentos populares em Pernambuco e das Ligas Camponesas, advogada

Marra Soares	secretária de ação social; assistente social; membro do movimento social de moradia, das CEB's e de urbanização de favelas
Paulo Davidoff	secretário de fazenda; professor universitário

FONTE: DIRETÓRIO MUNICIPAL DO PT DE CAMPINAS

CAPÍTULO IV: O CONFLITO ENTRE A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL E O  
PARTIDO POLÍTICO EM CAMPINAS: O PARTIDO DOS TRABALHADORES NO  
PODER.

## 1. O CANDIDATO

O lançamento do nome de Jacó Bittar como candidato a prefeito de Campinas nas eleições municipais de 1988 foi o resultado de uma longa discussão interna no PT no plano municipal que teve início com os debates ocorridos nos trinta núcleos existentes no município. Este processo demonstrou a natureza da ligação do partido com as bases: na indicação do candidato o fluxo de decisões teve sua origem na militância do partido, que indicou aos quadros partidários os nomes que deveriam concorrer às eleições majoritárias e proporcionais.

Nas discussões de escolha do candidato a prefeito também pesou a força de duas tendências no interior do PT em Campinas: o “Fórum do Interior” e a “Articulação”. Cada uma procurou indicar o seu candidato para disputar na convenção do partido a vaga para as eleições majoritárias municipais. O “Fórum do Interior” - minoritário no Diretório Municipal - procurou articular a candidatura de Jurandir Fernandes para prefeito. A “Articulação” apoiou Jacó Bittar desde o início. Jurandir havia sido vice-presidente do PT de Campinas e, naquele momento, estava afastado de qualquer órgão partidário. Bittar estava afastado da militância local desde 1983.

Na primeira rodada para a indicação do candidato do partido, realizada nos núcleos em outubro, novembro e dezembro de 1987, surgiram os nomes de dois pré-candidatos

apoiados pelas duas correntes majoritárias do PT de Campinas e de mais outros sete apoiados por correntes minoritárias.

Na primeira plenária geral dos militantes, realizada em 12 de dezembro de 1987, três candidatos retiraram seus nomes, entre eles Jurandir Fernandes. O Diretório Municipal decidiu, então, aprofundar os debates sobre os nomes que deveriam ser apresentados como pré-candidatos do partido à Prefeitura de Campinas. Com isso, todos aqueles indicados anteriormente retiraram os seus nomes, em dezembro de 1987, na expectativa de que surgisse um nome consensual nas plenárias. O único a não retirar o seu nome foi Jacó Bittar.

Em janeiro de 1988 o “Fórum do Interior” voltou a lançar um candidato na disputa interna. Desta vez foi Durval de Carvalho o indicado. Foram feitas rodadas de discussões nos núcleos e ao final, Jacó Bittar teve 18 núcleos contra 9 de Durval de Carvalho, uma abstenção e um com um terceiro nome indicado, o de Antônio Costa Santos, que viria a ser o vice na chapa de Jacó Bittar. Nos votos dos militantes Jacó obteve 225 votos (62%) contra 113 de Durval (31%).(ANEXO 1)

Diante deste resultado, em uma nova plenária no dia 16 de abril de 1988, no “Salão Vermelho” da Prefeitura, com a presença de cerca de 300 militantes, Durval de Carvalho retirou sua candidatura, apoiando Jacó, que acabou sendo aclamado como o candidato do PT para as eleições municipais.<sup>64</sup>

Apesar das disputas entre as duas tendências, o lançamento do nome de Jacó Bittar para candidato à Prefeitura de Campinas pelo PT, alcançou o consenso partidário após a

---

<sup>64</sup> “Circular Interna do PT” nº 20, de 21 de abril de 1988

plenária de abril de 1988. Com a vitória nas indicações dos núcleos do PT, Bittar conseguiu, em maio do mesmo ano, unificar o partido em torno da sua candidatura. Como atestou um documento de circulação interna do PT,

“Jacó saiu candidato com o apoio inicial de todas as tendências internas (o que lhe valeu os primeiros 62%), exceto o “FI” (Fórum do Interior), sem pertencer a nenhuma delas. Tinha, portanto, um respaldo de 2/3 do DM (Diretório Municipal)”.<sup>65</sup>

O “FI” se curvou diante dessa maioria e depois de quatro meses de disputa aceitou a derrota antes do Encontro Municipal, evitando assim que ele se transformasse numa disputa entre as duas correntes. O “FI” foi derrotado pelas bases organizadas do partido.<sup>66</sup>

A aceitação do nome de Jacó Bittar foi o resultado das escolhas feitas pelas bases do PT de Campinas, no processo do qual não participou o Diretório Regional, tampouco o Diretório Nacional. A candidatura de Bittar foi um fenômeno que resultou das discussões realizadas nas bases locais do partido e esta deliberação foi referendada no Encontro

---

<sup>65</sup> No documento interno do PT-Campinas, denominado “Dois Anos do PT na Prefeitura: Um Dossiê, Campinas” foi analisada a campanha que se iniciou em 1988. Quando comparamos as condições da campanha com a crise política do PT no município que se iniciou em 89, foi possível perceber que, na campanha, a disputa entre a “Articulação” e o “Fórum do Interior” já continha os ingredientes do que iria se desenrolar com o PT no governo. “A Coordenação (2/3 dela composta por pessoas que apoiaram Jacó na disputa com Durval) não conseguia manter a campanha na rua. A falta de estrutura, o amadorismo do partido para encontrar (soluções para) desafios daquela natureza, ficaram evidentes quando nossos índices caíam nas pesquisas e o dos adversários cresciam. Para Jacó e Toninho a evidencia de nossa incapacidade passou a ser sinônimo de boicote. (...) Nestes dois meses, pode-se falar agora, viveríamos a ante-sala da crise de 89/91. Jacó e Toninho chegaram, inclusive, a entregar uma carta renúncia, como forma de pressionar a coordenação eleitoral. (...) Há dois meses de quinze de novembro, a conjuntura nacional começa a favorecer o PT. Crise econômica, greves, o incidente de Volta Redonda, o declínio do PMDB, iriam fazer com que (...) o quadro passasse a reverter a nosso favor. Nossas dificuldades (...) eram suplantadas pela vontade popular de buscar uma mudança já naquelas eleições. E o PT era o caminho.” (*Dois Anos de PT na Prefeitura: Um Dossiê*, pp. 17)

<sup>66</sup> “Dois Anos de PT na Prefeitura: Um Dossiê - Campinas”; PT - Campinas; pag. 5

Municipal de 22 de maio de 1988, dando início à campanha do PT pela Prefeitura de Campinas.<sup>67</sup> O nome de Bittar foi produto dos debates ocorridos nas bases do partido, apesar do candidato ser considerado um dirigente partidário que havia se desvinculado da realidade do município.

As bases do Partido dos Trabalhadores apostaram na sua capacidade de mobilização para promover o candidato no município, uma vez que Jacó Bittar, apesar de desvinculado das bases locais, era um dirigente petista de grande projeção nacional, o que facilitava a divulgação de seu nome.

---

<sup>67</sup> A definição do nome de Jacó Bittar como candidato à Prefeitura de Campinas não eliminou as opiniões das tendências que se opunham à sua candidatura. Num documento elaborado pelo Fórum do Interior, intitulado "O PT Quer Governar Campinas: Contribuição ao Debate" fica clara a posição da tendência em relação a Bittar quando afirma: "(...)Não há como, e nem queremos, minimizar a representatividade e o papel histórico do companheiro Jacó Bittar no movimento sindical e na construção do PT.

Entretanto, o reconhecimento de tal valor não nos impede de apontar algumas limitações e debilidades de sua candidatura, bem como de levantar divergências com o setor que lhe dá sustentação em Campinas.

Em primeiro lugar salta aos olhos o fato de que o companheiro Jacó perdeu total referência com a realidade local e com o próprio PT de Campinas. Esta referência de base, fundamental para todo petista, torna-se ainda mais necessária para um dirigente nacional do partido. Um espaço de reflexão crítica de sua prática, de cobrança de suas posições, de avaliação de sua militância é vital.

Igualmente se deu, nos últimos anos, uma profunda ausência do companheiro nos movimentos sociais locais e da própria construção do PT em nossa cidade. O caráter municipal destas eleições se encarregará de demonstrar as debilidades e limitações advindas destes dois fatos.

No entanto, cremos não ser este o fator fundamental de nossa crítica. Dois aspectos são mais centrais.

Temos presenciado as intervenções do companheiro Jacó nas diversas instâncias do Partido. Temos constatado que esta intervenção, em especial nos últimos anos, tem se caracterizado por uma ambigüidade de posições (...)

Estes dois singelos exemplos explicam uma certa desconfiança que atinge hoje as bases do Partido sobre as reais posições do companheiro em relação a temas fundamentais hoje em debate no PT. Desconfiança que se agrava com os métodos de intervenção no Partido de setores que lhe dão sustentação e que hoje patrocinam sua candidatura, que têm merecido a desaprovação de crescentes setores do Partido (...). Este documento é datado de março de 1988 e circulou internamente no Partido dos Trabalhadores de Campinas.

## 2. A PLATAFORMA

A campanha do Partido dos Trabalhadores para as eleições municipais em Campinas em 1988 tinha como plataforma a participação da população na elaboração das políticas públicas que seriam adotadas pela Prefeitura. O slogan e a idéia central apresentada no programa provisório de governo durante a campanha, tinham a “participação popular” como tema central de governo e como a grande novidade na Administração Municipal em Campinas:

### Participação Popular

com Jacó Bittar!

A Prefeitura do PT terá uma real participação popular. Jacó Bittar e Toninho Costa Santos não vão governar sozinhos. Eles estarão respaldados pelos Conselhos Populares.

O que são estes Conselhos? São organismos formados nos bairros e compostos por representantes diretos da população - de seus sindicatos, associações de bairro e entidades de classe.

Eles discutirão o orçamento municipal, determinarão as prioridades de governo e onde será aplicado o dinheiro público.

Servirão de elo de ligação direta entre a Prefeitura e a população, funcionando de forma independente e democrática.

Será através dos Conselhos que a população se organizará para levar suas reivindicações e para pressionar os governos estadual e federal, caso resolvam boicotar a Prefeitura Petista.<sup>68</sup>

<sup>68</sup> *Jornal do PT*, outubro de 1988

Neste primeiro programa, divulgado durante a campanha eleitoral, apareceu claramente o objetivo do PT em Campinas: governar com a participação popular; trabalhar no sentido de formar os “Conselhos Populares” que se constituiriam numa instância onde a população organizada decidiria os rumos tomados pelo governo, quanto aos investimentos em obras públicas e a execução de políticas sociais.

As propostas de governar com a participação direta da população surgiram a partir de um documento intitulado “Teses do PT-Campinas para as Eleições Municipais de 88”, onde cada futura secretaria de governo especificava para a população quais as diretrizes gerais seriam implantadas através de comissões formadas a partir da organização popular.

A Comissão do Transporte Coletivo estava entre aquelas que mais diretamente interferiram na vida da população. A municipalização e o planejamento global do sistema eram as metas a serem alcançadas com um controle popular sobre o processo, através da criação de uma “comissão do usuário”. Isto porque o transporte coletivo era visto como um empreendimento que não poderia visar lucro e não deveria ser planejado de acordo com os interesses de mercado do empresário.

Na área de saúde a proposta era a criação de uma Comissão Interinstitucional Municipal de Saúde (CIMS) que teria por finalidade controlar a política de saúde que, aliada às comissões comunitárias, deveria planejar e executar o programa de saúde.

A proposta para a educação no município procurava estreitar as relações entre a comunidade e a escola em vários níveis. O objetivo era aprimorar o ensino democratizando a escola com eleições diretas para diretor e criando o Conselho da Escola, com

participação igualitária de professores, funcionários, pais de alunos, alunos e membros da comunidade, com função deliberativa, deslocando a instância de decisões do gabinete do secretário para a comunidade.

O programa de habitação seria gerenciado através de um Conselho Popular. Os movimentos sociais organizados na forma de movimentos populares, movimentos sindicais e movimentos de bairros teriam a função de discutir e determinar a forma de crescimento do município.

A política de segurança do município deveria ser traçada a partir da instalação de um grande fórum de debate para a população poder opinar sobre as medidas que conduziriam a melhores condições de vida e de segurança.

As “Teses do PT de Campinas para as Eleições Municipais de 1988”<sup>69</sup> apresentaram propostas que indicavam uma necessidade permanente de articulação entre as diretrizes de governo, as bases do partido e a organização popular. Esta articulação deveria se dar na forma de discussão dos problemas municipais, entre estas instâncias e a apresentação das soluções. A população organizada e as bases também poderiam avaliar as medidas propostas pelo partido, como é o caso da municipalização do transporte coletivo. As “Teses” apontavam, a todo momento, para a necessidade de se buscar na população organizada a base da legitimação das ações governamentais.

---

<sup>69</sup> As “Teses do PT de Campinas para as Eleições Municipais de 88” foram posteriormente apresentadas no *Jornal do PT* de outubro de 1988 na forma de programa preliminar de governo, que deveria sofrer modificações a partir das sugestões apresentadas pela população.

### 3. O PT NO PODER

A vitória do Partido dos Trabalhadores nas eleições municipais de 1988 em Campinas foi o resultado da conjugação de alguns fatores. De um lado a credibilidade política do PT junto à opinião pública nacional vinha aumentando, na medida em que a crise econômica e política brasileira crescia aceleradamente durante o governo José Sarney,

“(…)em 1988, a posição anômala do PT durante a transição havia se transformado numa vantagem. Em 1982 e 1986 a afirmação do PMDB de ser o partido da transição para a democracia foi um poderoso gerador de votos, mas a ampla desilusão com o processo de transição fez com que essa alegação revertisse contra o partido em 1988. A bancarrota política do governo Sarney era evidente, acompanhada por uma severa crise econômica que afetou a classe média, a classe trabalhadora e os pobres. As deliberações amplamente difundidas da Assembléia Constituinte chamaram a atenção pública para o comportamento destituído de princípios de grande parte dos políticos eleitos, incluindo muitos do antigo partido de oposição. Especialmente prejudicial foi a boa vontade de muitos políticos do PMDB em apoiar a desesperada (e altamente impopular) campanha de Sarney para o quinto ano de poder, em troca de privilégios para si mesmo ou para seus eleitores. Em termos sócio-econômicos a década de 80 foi uma montanha-russa: uma grave queda no início; uma breve melhora em 1986, com os primeiros estágios do Plano Cruzado; e, no final da década, a erosão de muitas dessas conquistas com a alta da inflação.”<sup>70</sup>

---

<sup>70</sup> KECK; Margaret; op. cit. pag 269/270

Um outro ponto de campanha que rendeu votos ao PT nas eleições de 1988 em Campinas, foi a oposição do partido ao governo de Orestes Quércia no estado de São Paulo. Uma parte da campanha do PT em Campinas explorava a ligação de Quércia com Sarney.

“Opor-se ao Governo Sarney é opor-se também ao seu representante no Estado de São Paulo, o governador Orestes Quércia. Ele já comprovou sua submissão direta ao governo federal, sua conivência com o domínio do capital internacional. Quércia aprofundou o arrocho salarial sobre o funcionalismo público e reprimiu seguidamente suas manifestações.”<sup>71</sup>

O PT de Campinas também se posicionava contra o então governo municipal de Magalhães Teixeira e o seu candidato à Prefeitura Vanderley Simionato, principais adversários da candidatura do Partido dos Trabalhadores. Enquanto o candidato do PMDB às eleições municipais de 1988 em Campinas não conseguia passar dos 13% das intenções de voto, o candidato do PSDB (Vanderley Simionato) manteve a liderança nas pesquisas até às vésperas da eleição.

Na pesquisa Data-Folha, publicada em 11 de outubro de 1988, o candidato do PSDB aparecia com 40% das intenções de voto, contra 12% do PT e 11% do PFL. Em 3 de novembro, também numa pesquisa da Datafolha, o candidato do PSDB caiu para 35% das intenções de voto, enquanto o PT subiu para 18%, o PFL para 16% e o PMDB para 13%. Uma semana mais tarde, numa pesquisa do Instituto Fatos, Pesquisa e Jornalismo de São

Paulo, publicada em 8 de novembro, o PSDB aparecia com 31% das intenções de voto, o PT passava a 20%, o PFL caía para 15% e o PMDB se mantinha com 13%.

O adversário do PT nas eleições em Campinas era, na verdade, o PSDB que estava no governo municipal e apresentava o vice-prefeito de Magalhães Teixeira como candidato e não o PMDB do governador Orestes Quercia. As críticas do PT ao PSDB e seu candidato faziam referência aos vínculos recentes do prefeito Magalhães Teixeira com o PMDB e ao não cumprimento, pelo partido no poder, da plataforma de campanha de 82. O PT denunciava que

“seu lema na campanha de 82 - Vamos Governar Juntos - foi esquecido na hora da posse. As associações de bairro continuaram sem qualquer canal de participação e o Prefeito e o Vice-Prefeito sempre tentaram mantê-las sob controle direto, insistindo na prática clientelista de seus antecessores. Ao mesmo tempo, atuavam no sentido de quebrar os movimentos independentes que surgiam.

Sem a participação popular o resultado não podia ser outro. Os recursos financeiros disponíveis foram aproveitados das formas mais questionáveis (...)

Passados dois mandatos com Magalhães Teixeira no governo (como Vice e depois como Prefeito da cidade), a constatação que somos obrigados a fazer é que permanecem sem resolução os principais problemas da cidade. A urbanização das favelas, a construção de creches, a melhoria dos postos de saúde, a ampliação da rede escolar - questões muito lembradas nos palanques - tiveram avanços insignificantes diante do ritmo de crescimento da população e da multiplicação de seus problemas (...).<sup>72</sup>

---

<sup>71</sup> “Teses do PT de Campinas para as Eleições Municipais de 88”

<sup>72</sup> material de campanha do Partido dos Trabalhadores para as eleições municipais de Campinas de 1988

A terceira estratégia do Partido dos Trabalhadores em Campinas, foi procurar divulgar com antecipação o secretariado que tomaria posse com o partido em janeiro, no caso de vitória nas urnas. Esta estratégia visava dar confiabilidade ao partido junto às elites econômicas e culturais de Campinas, demonstrando que o município poderia contar com pessoas da mais alta competência técnica, filiadas ao Partido dos Trabalhadores, na gestão das políticas setoriais. Se a participação popular seria o eixo da administração e da tomada de decisões, esta, por sua vez, seria executada por profissionais com experiência e qualificação em cada um dos setores de governo.

Com a indicação antecipada do secretariado, a população conheceria os responsáveis pelas secretarias ao mesmo tempo em que teria a segurança de que o PT não lotearia os postos de governo segundo outros interesses políticos que não aqueles divulgados em campanha.<sup>73</sup>

Outro fator importante que contribuiu com o crescimento eleitoral do PT foi a sua participação e de seus candidatos nas greves de funcionários e professores da UNICAMP e do funcionalismo público municipal, realizadas às vésperas das eleições. Estas greves demonstravam o descontentamento de importantes setores no município com o governo estadual, no caso da Universidade Estadual de Campinas, e com o governo municipal no caso da greve dos funcionários da Prefeitura. O PT teve um papel importante na condução e desfecho dos movimentos que se opunham aos seus adversários políticos nas eleições municipais.

---

<sup>73</sup> Ver quadro “Secretariado Indicado pelo PT-Campinas na Campanha para as Eleições Municipais de 88”, capítulo III, anexo 4, deste trabalho.

Finalmente, outro fator que contribuiu para a vitória do PT na eleição para prefeito de Campinas foi a penetração do partido nos bairros periféricos liderando, com seus filiados, uma parte dos movimentos populares, participando das Comunidades Eclesiais de Base e das Pastorais Operárias. Foi neste segmento da população da periferia que o partido conseguiu os melhores resultados eleitorais.

A soma destes fatores levou o PT à vitória nas eleições para a Prefeitura de Campinas em 1988. A vitória do partido trouxe para o governo a idéia de que o município seria governado através da participação direta da população organizada. O município experimentaria uma nova forma de governar, baseada na idéia de um

“governo de equipe, consubstanciado, antes de mais nada, no Secretariado. Foi vendida diariamente a idéia de que no quadro petista o mando não era de uma só pessoa. Tanto que costumávamos dizer que os secretários também foram eleitos”.<sup>74</sup>

No entanto, é importante ressaltar que a importância da participação popular não era uma expectativa dos eleitores do PT em Campinas mas, fundamentalmente, das bases e dos militantes do partido, que haviam se empenhado na vitória eleitoral do partido e esperavam que as diretrizes políticas a serem adotadas pelo governo refletissem as posições da militância partidária. O papel político do prefeito petista no exercício do poder, deveria ser o de centralizador dos debates e catalisador das prioridades traçadas nas reuniões e

---

<sup>74</sup> “PT: Dois Anos na Prefeitura de Campinas. Um Dossiê”; pag. 24, item “A Indicação do Secretariado”

assembléias populares. Pelo menos, esta era a forma como o partido havia se posicionado na campanha e, em nome deste programa, a militância partidária tinha se mobilizado.

#### 4. O DISTANCIAMENTO ENTRE O PARTIDO NO PODER E O PODER DO PARTIDO

Quando o PT assumiu o governo municipal em Campinas ainda não tinha elaborado um programa de governo como havia sido estabelecido como prioridade na plataforma de campanha. A ausência de um programa de governo logo se transformou em um problema a ser resolvido com a vitória eleitoral. Foi um item de campanha negligenciado quando o partido chegou ao poder.

A falta de um programa de governo criava um hiato entre as bases e os quadros do partido - principalmente aqueles que compunham o governo municipal. A relação entre o programa partidário, programa de governo e a formação política das bases partidárias era muito estreita e necessária à formação política de seus filiados. Sem um programa bem definido quanto aos objetivos e meios para se alcançar as metas, não havia como manter a adesão da militância que lutou para conduzir o partido ao poder.

Por outro lado, mesmo não sendo um partido revolucionário, o Partido dos Trabalhadores se lançava na arena política como um partido que propunha o socialismo em oposição à democracia e ao Estado burguês. Propunha a prática da democracia direta e da

criação dos Conselhos Populares como alternativa às práticas políticas existentes no município. Estas metas gerais eram os elementos norteadores das ações das bases no governo municipal. A não coincidência entre o programa escrito e o programa real trazia graves conseqüências para o processo de politização e ação das bases do partido.

O Partido dos Trabalhadores chegou ao poder em Campinas, em 1988, sustentado pelas diretrizes gerais do partido no plano nacional e pelas idéias contidas no programa utilizado na campanha para a Prefeitura, entre elas, a promessa de que a Administração do PT seria diferente das anteriores. Primeiramente, porque a Administração Municipal deveria estar vinculada à participação popular e esta, por sua vez, seria uma das responsáveis pela elaboração de um programa de governo. Este era um dado novo em Campinas que deveria ser posto em prática.

Logo após as eleições o Diretório Municipal confirmou a necessidade de realizar um governo a partir da ampla e permanente consulta popular. Numa circular interna do PT de Campinas, de novembro de 88, o partido afirmou que

“o Diretório Municipal (com os representantes de núcleos) se reúne dia 1º de dezembro, às 19:30 horas, para determinar as regras do jogo para a escolha de cargos do primeiro e segundo escalão na Prefeitura. (...) os cargos de primeiro escalão que restam serão indicados pelo Diretório (com os núcleos) (...) foi formada uma comissão (...) para apresentar uma proposta concreta para viabilização da Participação Popular (Conselhos Populares, AR's e Sub-Prefeituras). Foram marcados quatro Comícios da Vitória nos bairros: Padre Anchieta, Jardim Aeroporto, Swift e Campos Elíseos,

que serão realizados nos próximos finais de semana. Nos demais bairros realizaremos Assembléias Populares a partir de 3 de janeiro”.<sup>75</sup>

Em seguida, em um documento interno, elaborado após a posse do prefeito e dos secretários, o PT de Campinas reafirmou, já no exercício do poder, a necessidade de se estruturar um governo a partir das bases e da população organizada. Neste documento o PT reafirmou a necessidade do partido se fazer presente no governo através do Diretório Municipal, além de ressaltar o fato de que suas diretrizes passariam, a partir daquele momento, a ter repercussão direta sobre a população do município.

“A vitória nas eleições municipais aumentou tremendamente nossas responsabilidades. Agora, aquilo que é decidido por nosso diretório tem influência direta sobre as vidas de toda a população (...) Campinas é a única cidade do país aonde os núcleos tem direito a voz e voto nas reuniões do Diretório. Esta é uma conquista que mantemos há anos e que será importantíssima para a administração popular. A democracia na tomada de decisões e a participação efetiva de bases no governo serão imprescindíveis para nosso sucesso”.<sup>76</sup>

As políticas adotadas pelo PT na Prefeitura deveriam surgir do partido e de suas bases, reafirmando o compromisso de manter uma prática de decisões democráticas que englobavam a população organizada, a estrutura partidária (núcleos, diretório e executiva) e destes para os quadros que ocupavam o poder na Prefeitura. Quebrar este ciclo - importante pela insistência como ele aparece nos documentos internos do PT, antes e

---

<sup>75</sup> “OPTEI, circular interna; nº 1”; Campinas, 24 de novembro de 1988

depois da eleição de novembro de 88 - poderia abalar a identidade partidária, hierarquizar e distanciar a relação entre quadros e massas e provocar uma crise política.

## 5. A CRISE SE DELINEIA

A crise política que se formou no interior do Partido dos Trabalhadores quando chegou ao governo na Prefeitura de Campinas, possui uma história que antecede ao que foi divulgado pela grande imprensa.

Os grandes jornais locais, entre eles o *Correio Popular de Campinas*<sup>77</sup>, divulgaram em 13 de janeiro de 1989, que estavam em estudo na prefeitura as novas tarifas de ônibus para o município. Neste mesmo dia saiu a notícia do aumento nas tarifas de água e esgoto na cidade. Um dia depois, 14 de janeiro, o mesmo jornal anunciou que os ônibus e os táxis estavam mais caros em Campinas. Durante todo o mês de janeiro uma seqüência de notícias indicaram os avanços e recuos do Partido dos Trabalhadores quanto ao aumento das tarifas públicas.(ANEXO 2)

O noticiário publicado na grande imprensa do município em janeiro de 1989, indicava um processo de discussão interna que estaria acontecendo entre os segmentos do

---

<sup>76</sup> "OPTEI; circular interna; nº 3"; sem data

<sup>77</sup> Uso o jornal *Correio Popular* como fonte, apenas com o intuito de organizar cronologicamente os fatos, pois trata-se de um veículo de informação voltado para os segmentos sociais mais conservadores de Campinas,

partido no governo, mas não deixava claro se este debate já opunha os segmentos do PT na Prefeitura e a direção partidária. Isto porque o Diretório Municipal procurou não deixar vazar para o público as discussões que já estavam ocorrendo entre setores da Administração Municipal e o partido.

No Partido dos Trabalhadores de Campinas, estas questões começavam a ser apontadas como problemas a serem resolvidos entre o partido e a Administração. Numa avaliação interna do primeiro mês de governo do PT em Campinas, realizada em 11 de fevereiro de 1989, foram apontados erros importantes cometidos pela administração petista em Campinas. De um lado

“os reajustes das tarifas de água e transporte que foram decididos de uma hora para outra, sem discussão com o partido, a administração e o povo. Não foi elaborada uma política tarifária. Os reajustes foram decididos sob pressão da iminência da decretação do Plano Verão. Perdemos uma ótima oportunidade de romper com o comportamento tradicional das Administrações”.<sup>78</sup>

De outro, no primeiro mês de governo foram realizadas inúmeras demissões de funcionários supostamente contratados de forma irregular pela Administração anterior. Segundo a avaliação do partido estas demissões foram tomadas de forma vacilante e lenta.

Ainda nos primeiros meses de governo, foi cobrado pelo Diretório Municipal a implantação dos Conselhos Populares. No entanto, o partido avaliou que não houve

---

além de ser o diário municipal de maior circulação. O outro jornal de grande circulação no município é o *Diário do Povo*, de propriedade de Orestes Quércia, então governador de São Paulo pelo PMDB.

qualquer empenho da Administração de implementar os conselhos, aumentando a distância entre a orientação partidária e a prática administrativa. A ausência do prefeito nos bairros e a falta de empenho da Administração em discutir a questão da participação da população no processo político e administrativo estava comprometendo a implantação da participação popular como forma de gestão do município.

Segundo a plenária que discutiu o primeiro mês de governo a participação popular

“era o eixo da campanha eleitoral e principal compromisso efetivo do PT; no primeiro mês a participação popular foi muito limitada; iniciada a discussão sobre os Conselhos Populares através de texto da Comissão de Movimentos Populares do PT, mas não houve nenhuma discussão na Administração; (...) é preciso que o Prefeito vá mais aos bairros; audiência pública do Prefeito às quartas-feiras são questionáveis. De manhã é só pedido de emprego. A tarde é aberto muito espaço para as SAB's pelegas.<sup>79</sup> (...) Secretários devem voltar a fazer reuniões abertas para sociedade. Comunicação da Prefeitura com o povo foi muito falha. Panfletos regulares - que já começaram a sair - são boa iniciativa.”<sup>80</sup>

---

<sup>78</sup> “Balanço do Primeiro Mês da Administração Popular” de Campinas, plenária realizada em 11 de fevereiro de 1989 no Salão Vermelho da Prefeitura, onde estiveram filiados do PT, secretários Municipais e o Prefeito Jacó Bittar

<sup>79</sup> O Prefeito Jacó Bittar abria um espaço na agenda às quartas-feiras de manhã para receber a população em audiência. As pessoas eram recebidas individualmente ou em grupo, independente de serem representantes de alguma associação, de algum movimento popular ou simplesmente para resolver assuntos particulares. À tarde as Sociedades Amigos de Bairros (SAB's) mantinham audiência com o Prefeito. A SAB's eram organizações de bairros que reivindicavam junto à prefeitura e, na maioria das vezes agiam segundo os interesses das administrações municipais anteriores. Os seus líderes, geralmente, não tinham qualquer respaldo popular mais amplo e estavam na direção da entidade a vários mandatos.

<sup>80</sup> Plenária realizada pelo Diretório Municipal do PT de Campinas em 11 de fevereiro de 1989 e divulgados os resultados no documento “Balanço do Primeiro Mês da Administração Popular”

O primeiro mês de governo do PT na Prefeitura de Campinas foi marcado, portanto, pelas críticas do Diretório Municipal e filiados do partido. Criticavam a falta de comunicação e debates entre a Administração Municipal e a população e, mais especificamente, o pequeno empenho da administração em promover as assembléias populares ou encaminhar a criação dos Conselhos Populares.

Esses fatores, para um partido de massas socialista, eram fundamentais para a manutenção da legitimidade do poder. Sustentar a integração entre as bases do partido e o partido no poder era manter a identidade política mais ampla da proposta defendida durante as eleições e manter vivo o fator que diferenciava o PT dos seus oponentes - os partidos burgueses - no município. Era, talvez, o ponto mais importante de transformação do programa escrito em realidade.

À medida que as questões fundamentais do programa de campanha não foram colocadas em prática logo nos primeiros meses de governo, o partido passou a correr o risco de perder o apoio das bases que o haviam levado ao poder e permitiu que seus quadros no governo, frente às emergências impostas pela Administração Municipal, adotassem medidas imediatistas e pragmáticas.

“O fim do programa-doutrina é acompanhado do ocaso da formação catequista dos quadros.(...) O próprio programa do partido político torna-se um programa analítico, decaindo os programas de longo alcance em benefício dos programas de médio e curto alcance. Isto certamente comporta o risco de se cair na angulação exclusivamente setorial da estratégia política, o perigo do

reformismo e da integração para os partidos socialistas, o perigo da fragmentação corporativa ou tecnocrática para os partidos de poder.”<sup>81</sup>

Esta análise de Cerroni sobre o compromisso de um partido socialista com o seu programa, pode ser adaptada à prática do Partido dos Trabalhadores no governo de Campinas. Naquele momento algumas exigências imediatas de governo feriram o princípio defendido pelo partido, a saber, o de promover uma transformação no aparelho de Estado, nas relações entre governo, partido político e sociedade.

Os militantes do Partido dos Trabalhadores entendiam o processo de participação popular como fundamental, como meio de tornar concreta a idéia de uma administração democrática, sustentada pela população organizada. Este era o norteador e a justificativa do PT no governo em Campinas, tanto para os militantes como, de forma mais ampla, para o eleitorado que se achava identificado com o Partido dos Trabalhadores.

A crise entre a Administração Municipal e o Partido dos Trabalhadores começou a traçar seu contorno nos primeiros meses de governo: o Diretório do PT assumiu a bandeira da necessidade urgente da criação de canais de comunicação entre a Administração Municipal e a população e cobrou da Prefeitura a estruturação de um governo de equipe, como havia sido proposto durante a campanha. A Executiva do PT em Campinas passou a se posicionar, internamente, de forma contrária às medidas tomadas pela Administração Municipal que fugissem das decisões colegiadas.

---

<sup>81</sup> CERRONI, Umberto; op. cit. pp. 49

As evidências das divergências que começavam a surgir entre o PT na Prefeitura de Campinas e o partido fora da Administração Municipal, estavam em um documento elaborado pela Executiva Municipal em 07 de março de 1989, onde os secretários municipais e os membros do partido na Prefeitura eram alertados sobre a possibilidade de estarem sendo absorvidos pela máquina administrativa perdendo, assim, a dimensão política da administração do PT. Neste documento também foi cobrado o empenho dos membros do PT na Prefeitura para a elaboração de um programa de governo que deveria ser desenvolvido, tomando por base o programa apresentado à população durante a campanha eleitoral.<sup>82</sup>

Em 1989 surgiu um novo fator que tornou a crise entre a Administração Municipal e o partido ainda mais nítida: na eleição do Diretório Municipal do partido daquele ano, o “Fórum do Interior” - que havia desistido da candidatura de Durval de Carvalho à Prefeitura, unificando o partido em torno da candidatura da “Articulação” - ganhou a direção do PT de Campinas.

A correlação de forças que dirigiam o PT se mantinha a mesma da gestão anterior, com as tendências “Fórum do Interior” e “Articulação” detendo, cada uma, 40% dos cargos de direção do partido. No entanto, o novo presidente do PT de Campinas, Gerardo de Melo, pertencia à primeira tendência. Era este Diretório que iria enfrentar a crise entre o Executivo e o Partido dos Trabalhadores em Campinas, com um prefeito que, apesar de

---

<sup>82</sup> Os termos da crítica à Administração Municipal estão contidos numa carta elaborada e assinada por todos os membros da Executiva Municipal do Partido dos Trabalhadores de Campinas, em 07 de março de 1989. Esta carta, segundo Celso Marcondes, não foi entregue ao prefeito Jacó Bittar temendo uma reação que viesse agravar a crise que se delineava.

não pertencer a nenhuma das duas correntes majoritárias no município, se aproximava mais da Articulação.

A Executiva Municipal do Partido dos Trabalhadores passou a tomar posições contrárias às do prefeito e de alguns de seus secretários, frente às novas questões que surgiram na administração, sendo que, agora, as posturas do Diretório eram identificadas com uma corrente interna do partido que se opunha à do prefeito. De um lado, o Executivo optou por soluções que eram justificadas como sendo as possíveis frente aos limites impostos pela Administração - a urgência na tomada de algumas decisões e o orçamento municipal condicionavam não só os investimentos mas, também, a política de pessoal da Prefeitura. De outro, o Diretório Municipal, presidido por um representante do Fórum do Interior, procurou garantir espaço nas decisões da Administração Municipal como forma de manter o caráter coletivo e político das decisões adotadas pela prefeitura.

O Diretório Municipal procurava afirmar, em um espaço que se tornava cada vez mais limitado, que quem havia conquistado a Prefeitura e chegado ao poder em Campinas era o Partido dos Trabalhadores que, por sua vez, alcançou este resultado passando aos seus militantes, e a uma parcela da população, a idéia de que estava iniciando uma administração democrática e socialista, onde os investimentos e as políticas públicas partiriam de decisões tomadas nas assembleias populares. As ações de governo deveriam ser pautadas por um programa elaborado com a participação da população e a Administração Popular Petista seria o resultado da atuação dos Conselhos Populares, que deveriam se formar com o estímulo do partido e do Executivo. O prefeito e uma parte do secretariado procuravam responder ao imediatismo imposto pelas questões administrativas

- em nome da eficiência e da necessidade técnica - e se afastavam das soluções político-programáticas exigidas pelo partido.

Estava formado o quadro da crise entre o Partido dos Trabalhadores e a Administração Petista em Campinas. A estrutura do aparelho de Estado burguês iria responder às tentativas de modificação imposta pelo Partido dos Trabalhadores em Campinas.

## ANEXOS

ANEXO 1: RELAÇÃO DOS NÚCLEOS DO PT DE CAMPINAS E CANDIDATOS A  
 PREFEITOS ÀS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 1988

NÚCLEO	DATA DA REUNIÃO	Nº DE PRESENTES	CANDIDATO A PREFEITO
estudantes da UNICAMP	24.02.88	não consta	Jacó Bittar
	dos condutores	30.01.88	19
secretaria de agricultura	26.01.88	09	Durval de Carvalho
	24.02.88		
dos petroleiros	19.02.87	10	Jacó Bittar
	09.01.88		
	20.02.88		
pré-núcleo Proença	08.01.88	06	Jacó Bittar
	23.02.88		
dos metalúrgicos	23.11.87	10	Durval de Carvalho
	03.12.87		
	28.01.88		
	18.02.88		
	25.02.88		
centro	20.01.88	22	Jacó Bittar
	02.02.88		
	23.02.88		

dos condutores	05.01.88	16	Jacó Bittar
	08.02.88		
	18.02.88		
Barão Geraldo	22.11.87	11	não apresentou nome
	06.12.87		
	21.01.88		
	21.02.88		
	26.02.88		
Jardim São Vicente	29.11.87	09	Jurandir Fernandes e
	20.12.87		Durval de Carvalho
	25.01.88		
	19.02.88		
	24.02.88		
Jardim Eulina	19.02.88	07	Jacó Bittar
	23.02.88		
região do aeroporto	05.12.87	36	Jacó Bittar
	19.01.88		
	23.01.88		
	06.02.88		
Campos Eliseos II	20.02.88		
	28.01.88	15	Jacó Bittar

	07.02.88		
	21.02.88		
vila costa e silva	24.11.87	24	Durval de Carvalho
	19.01.88		
	26.01.88		
	23.02.88		
vila ipê	05.12.87	18	Durval de Carvalho
	23.01.88		
	06.02.88		
	16.02.88		
	21.02.88		
campos Eliseos I	05.02.88	41	Durval de Carvalho
	20.02.88		
jardim florence	13.12.87	12	Durval de Carvalho
	18.01.88		
	14.02.88		
	21.02.88		
jardim Londres	30.01.88	08	Durval de Carvalho
	20.02.88		
nova Europa	24.01.88	09	Jacó Bittar
	30.01.88		

	21.02.88		
parque Valença I	21.02.88	44	Jacó Bittar
parque são Quirino	07.02.88	10	Jacó Bittar
	21.02.88		
dos professores da	15.12.87	11	Jacó Bittar
UNICAMP	25.01.88		
	09.02.88		
	22.02.88		
PUCAMP	23.02.88	09	Jacó Bittar
saúde	23.02.88	08	Jacó Bittar
jardim santa Lúcia	06.12.87	21	Jacó Bittar
	20.12.87		
	10.01.88		
	24.01.88		
	07.02.88		
	21.02.88		
jardim são marcos e região	22.11.87	14	Toninho (Antônio
	14.12.87		Costa Santos)
	21.01.88		
	06.02.88		
	13.02.88		

servidores da UNICAMP	22.02.88	08	Jacó Bittar
Swiff	20.02.88	06	Durval de Carvalho
vila boa vista	29.01.88	12	Jacó Bittar
	07.02.88		

FONTE: DIRETÓRIO MUNICIPAL DO PT-CAMPINAS

ANEXO 2: NOTÍCIAS SOBRE O PT NA ADMINISTRAÇÃO EM CAMPINAS /

JANEIRO DE 1989

DATA	ASSUNTO
05	reajuste de tarifas de ônibus só após o dia 10 de janeiro, segundo a Prefeitura/Setransp
13	está em estudo na Prefeitura uma nova tarifa para os ônibus. Aumento da tarifa de água e esgoto.
14	os ônibus e os taxis estão mais caros em Campinas a partir de hoje
17	a Prefeitura vai reduzir as tarifas de água e esgoto
19	o Partido dos Trabalhadores define hoje a tarifa de água
20	tarifa de água e esgoto cai para 42%
21	a tarifa dos ônibus de Campinas será discutida na Câmara dos Vereadores
22	em menos de um mês o Partido dos trabalhadores libera seis aumentos de tarifas públicas
28	Setransp ameaça reduzir as tarifas de ônibus em Campinas

FONTE: CORREIO POPULAR-CAMPINAS

## CAPÍTULO V: A CRISE: QUADROS x MASSA

## 1. O CONFRONTO: GREVE, COLEGIADO E DECISÕES CENTRALIZADAS

Entre maio e agosto de 1989, dois momentos importantes marcaram a crise política entre a Prefeitura de Campinas e o Partido dos Trabalhadores. Foram dois instantes que resultaram em reações extremas das partes envolvidas: o primeiro foi a greve dos funcionários da Prefeitura pelo aumento dos salários que chegava a um impasse e o segundo foi a colocação dos cargos de confiança na Prefeitura à disposição do partido pelo não cumprimento do programa e das orientações partidárias por parte do governo.

Estes dois momentos da crise de 89 foram retratados em dois documentos que davam a dimensão da crise que se iniciava entre a direção do Partido dos Trabalhadores e a Administração Petista em Campinas.<sup>83</sup> A Executiva Estadual do PT e o secretariado petista na prefeitura reclamavam uma solução para as relações entre o partido e a administração em dois momentos distintos, fazendo referência à necessidade de se buscar uma solução conjunta para a superação do conflito, evitando a supremacia de uma das instâncias envolvidas.

Na greve dos funcionários da prefeitura, o impasse levou à intervenção da Executiva Estadual do PT, através de um documento no qual uma comissão interna formada no PT de São Paulo avaliou e sugeriu ao PT de Campinas e ao prefeito Jacó Bittar

---

<sup>83</sup> "Parecer da Comissão Interna da Executiva Estadual do PT" de maio de 1989; "Carta dos Secretários e Assessores" de 16 de agosto de 1989

a aceleração da resolução do problema. As explicações da prefeitura de que tinha limitações em atender às reivindicações do funcionalismo foram consideradas satisfatórias pela comissão interna, assim como o papel exercido pelo Diretório Municipal na intermediação para a solução da greve. No entanto, a comissão concluiu que os esforços para a superação do impasse deviam ser empreendidos pela administração melhorando a proposta apresentada aos servidores em greve. (ANEXO 1)

Este documento deixou transparecer que a direção do PT de Campinas não estava isolada no reconhecimento da legitimidade do movimento. Mesmo reconhecendo os esforços da Administração Municipal, a Executiva Estadual do PT recomendou que a solução para a crise fosse encontrada através de uma proposta que chegasse o mais perto possível das reivindicações dos funcionários, consideradas as limitações orçamentárias do município. De qualquer maneira, a orientação da Executiva Estadual privilegiou uma decisão política em detrimento da decisão técnica orçamentária. Desta forma, sua opção para a solução do impasse entre o prefeito e os funcionários coincidia com aquela sugerida pelo PT de Campinas.

Por não se identificar com a postura política do prefeito na condução da Administração Municipal, os ocupantes de cargos de confiança colocaram à disposição do partido os respectivos cargos, em agosto de 1989. Consideravam que as decisões de governo deveriam ter um caráter político, sustentada pelas diretrizes do PT e ser produto de decisões colegiadas, envolvendo a administração, o partido e representantes da população organizada. Os cargos de confiança na prefeitura foram postos à disposição do partido em função do não cumprimento de suas diretrizes pelo prefeito. Este documento

(ANEXO 2) demonstrou que os quadros do partido na prefeitura viam nas propostas de mudanças na administração e no uso do aparelho de Estado - expressas no programa partidário- um compromisso que se impunha - e se opunha - às limitações impostas pela estrutura de poder frente à implantação de uma administração colegiada, com ampliação do poder popular através da democracia direta.

É importante ressaltar que os problemas entre o grupo do prefeito e os dirigentes do PT em Campinas eram anteriores ao pedido de demissão dos quadros do partido na prefeitura, remontando ao momento da escolha do candidato a prefeito. O pedido de exoneração coletivo veio agravar a crise e demonstrou a disposição de resistência do PT aos métodos de condução do governo levados a cabo pelo prefeito.

Entre a crise gerada pela greve dos funcionários públicos municipais e o pedido de demissão dos secretários e ocupantes de cargos de confiança do segundo e terceiro escalões, ocorreu uma seqüência de conflitos entre o Diretório Municipal e o governo que acabou por marcar a Administração Petista em Campinas, além de reforçar a crise política no município.

Entre as inúmeras razões do conflito, aquela que pareceu ser a mais importante foi a dificuldade de se tomar decisões colegiadas exigidas pela direção do PT e defendida na plataforma de campanha, em oposição às decisões centralizadas tomadas pelo prefeito e por uma parte da Administração Municipal. A administração, na figura do prefeito e de alguns secretários, ficava cada vez mais isolada toda vez que tomava decisões administrativas desvinculadas das diretrizes do partido. Este propunha a realização de uma

administração colegiada, formada por três instâncias: o Partido dos Trabalhadores, o prefeito juntamente com o secretariado e representantes da população.

A crise política no início da administração do PT em Campinas delineou-se em uma reunião realizada entre prefeito, os membros do primeiro escalão de governo e a direção do Partido dos Trabalhadores - no gabinete do prefeito - no dia 8 de agosto de 1989.

Nesta reunião ficou evidente a pressão exercida pelo partido e uma parte do secretariado sobre o prefeito, no sentido de colocar em prática as determinações de campanha e os princípios estabelecidos pelo Partido dos Trabalhadores em novembro de 1988, sobre a forma de condução das Administrações Municipais Petistas. Estas determinações deixavam claro que o PT no governo deveria procurar realizar um governo democrático-popular, centrado nos interesses dos trabalhadores, mas considerando os limites impostos pelas relações do modo de produção capitalistas e pelas instituições burguesas. Na Administração Petista, caberia ao prefeito municipal a coordenação das ações da prefeitura e do secretariado. Porém, sua atuação não deveria estar desvinculada do compromisso político, que caracterizava um militante do Partido dos Trabalhadores. Como membro e militante do partido, o prefeito deveria seguir as linhas e diretrizes definidas pelo PT.<sup>84</sup>

---

<sup>84</sup> No documento intitulado "PT: Resolução da Executiva Estadual sobre as Prefeituras Petistas" o diretório regional do PT/SP determina que "(...) 5. Nosso prefeito terá participação na democracia e na vida interna do partido como um militante que ocupa cargo público, com os mesmos direitos e deveres que a democracia interna exige e garante. 6. A coordenação das ações da prefeitura, bem como do secretariado, cabe ao prefeito, que para tanto se baseará nas linhas e diretrizes definidas pelo partido, e ouvirá o Diretório Municipal e a bancada de vereadores. Os Diretórios Municipais deverão estabelecer uma forma sistemática de relação com o prefeito, os membros petistas do secretariado e a bancada de vereadores, assegurando um canal permanente de discussão e consulta. 7. O Diretório Municipal, além de cumprir com suas tarefas partidárias, deverá dar sustentação política para o governo petista, traçar diretrizes gerais, organizar o movimento de massas na cidade, articulando-o no sentido de ocupar os espaços abertos pela prefeitura. 8. A escolha do secretariado e

A reunião entre o prefeito, o secretariado e a Direção Municipal do Partido dos Trabalhadores foi marcada pelas tentativas de alguns secretários, e da direção partidária, de fazer ver ao prefeito Jacó Bittar e outros segmentos do secretariado, que as soluções para os problemas apresentados pelo cotidiano da Administração Municipal (aumento do funcionalismo, transportes urbanos, nomeação de diretorias das autarquias) deveriam estar acompanhadas por uma visão política estratégica e por um programa de governo amplo e elaborado democraticamente.

A ata da reunião refletiu as posições defendidas pela Administração Municipal. De um lado o grupo onde se encontrava o vice-prefeito, o secretário de Finanças, secretário de Saúde, o presidente do PT de Campinas, que defendia a formação imediata dos Conselhos Populares como forma de legitimar o exercício do poder diante da militância do partido. Além da formação dos Conselhos Populares, este grupo defendia a elaboração de um programa de governo que refletisse o projeto de governo municipal estruturado a partir dos núcleos do PT, atuantes durante a campanha eleitoral. Era necessário governar Campinas de forma colegiada, com base em um programa de governo transparente que refletisse as diretrizes do partido e fosse o produto de uma grande discussão democrática no interior do mesmo e deste com a população, mantendo os compromissos de campanha.

Outro grupo, formado pelo prefeito, pela secretária de Negócios Jurídicos, pelo chefe de gabinete do prefeito e outros assessores, entendia que o PT, com suas determinações e a meta de formar um governo colegiado, bloqueava as iniciativas que

---

outros cargos de confiança mais expressivos deverá ser feita pelo prefeito em comum acordo com os respectivos Diretórios Municipais e ouvidas as bancadas. (...)” ; *Partido dos Trabalhadores: Resolução da Executiva Estadual sobre as Prefeituras Petistas*, 21 de novembro de 1988; pp. 01 / 02

eram atribuições do Executivo. Viam no partido, e na formação de um governo colegiado, um empecilho para a agilização das medidas de governo. A secretária de Negócios Jurídicos afirmava que a estrutura de poder e o aparelho de Estado que se encontrava montado, não comportava o projeto de democracia direta e administração colegiada, defendida pelo Diretório Municipal e alguns dos secretários de governo.<sup>85</sup> (ANEXO 3)

## 2. TRANSPORTES, ÁGUA E ESGOTO: AUMENTA A DISTÂNCIA ENTRE A ADMINISTRAÇÃO E O PARTIDO

A crise da Administração Petista em Campinas assumiu grandes dimensões, chegando a público de forma mais intensa com a crise dos transportes coletivos.

No dia 9 agosto de 1989 as empresas particulares de transporte coletivo retiraram os ônibus da cidade durante a madrugada, como forma de pressão para aumentar as tarifas. Os empresários queriam um aumento de 50% no preço das tarifas do transporte coletivo, enquanto a prefeitura acenava com a possibilidade de aumentos vinculados aos reajustes salariais.

---

<sup>85</sup> Participaram da reunião de 08 de agosto de 1989: Antônio Costa Santos (Toninho), Vice-Prefeito e secretário de obras; Paulo Davidoff, secretário de Finanças; Jacó Bittar, Prefeito; Gastão: Secretário de Saúde; Ricardo Schulman, Secretário de Administração; José Schneider, Diretor da IMA; Gerardo: Presidente do PT-Campinas; Célio Marcondes, Presidente da SANASA e ex-presidente do PT-Campinas; Ophélia: Secretária de Negócios Jurídicos; Carlos Signorelli: vereador; Salvador Boteon: Chefe de gabinete do Prefeito Jacó Bittar; Newton Bryan: Secretário de Educação

Na reunião do primeiro escalão da Administração Petista, realizada em 8 de agosto de 1989, o problema do transporte coletivo foi posto em pauta. Algumas propostas surgiram: pelo lado político, apontou-se para a necessidade de estabelecer uma política municipal de transporte a partir de discussões com a população - como havia sido proposto na campanha eleitoral - e definir as relações entre a prefeitura e o empresariado. Em uma abordagem mais técnica, foi sugerida a criação de uma empresa municipal de transporte com a modernização da frota como forma de melhoria do atendimento à população.

Mais uma vez, diante da crise dos transportes, as opiniões no governo e no Partido dos Trabalhadores se dividiram, aumentando a distância entre o Diretório Municipal do PT e a Prefeitura.

O transporte coletivo em Campinas exigia uma solução, em primeiro lugar, para as tarifas dos ônibus que estavam sendo aumentadas constantemente em função da inflação. Exigia, também, uma posição da prefeitura diante da pressão dos empresários de transporte sobre o poder público para aprovar aumentos das passagens de ônibus acima da inflação, ao mesmo tempo que não forneciam um serviço de qualidade à população. Tanto a Administração Municipal quanto o Partido dos Trabalhadores entendiam que era necessário estabelecer uma política mais clara e definir os interesses da população e do poder público na questão dos transportes coletivos. As divergências surgiram na forma de solucionar o problema. Bittar defendia uma política para os transportes em Campinas coincidente com as medidas tomadas em São Paulo pela prefeita Luiza Erundina. Lembrava que havia um compromisso assumido com os empresários de reajustes das

tarifas. A direção do PT e alguns secretários achavam a crise inevitável e a política de transportes para Campinas deveria ser discutida às claras com a população. (ANEXO 4)

O prefeito e o Partido dos Trabalhadores assumiram posições antagônicas nas soluções propostas. Uma causa das divergências estava na necessidade do prefeito - e alguns de seus assessores - de governar com mais liberdade em relação às determinações do partido. Por outro lado, uma parte do secretariado e a direção do PT acenavam com o compromisso de campanha e as diretrizes do partido, que reforçavam o aspecto democrático, colegiado e de participação popular das decisões da Administração Petista.

Agravando a crise dos transportes havia as pressões do prefeito sobre o secretário de Transportes por soluções mais ágeis para o setor. Frente as pressões, o secretário Jurandir Fernandes argumentava que a prefeitura devia agir de acordo com as possibilidades que o momento oferecia, no plano político e técnico. Bastava, para isso, segundo o secretário de Transportes, colocar em prática a proposta para o setor elaborada pelo Partido dos Trabalhadores antes da campanha de 1988 para a prefeitura.

O secretário de Transportes tinha o apoio da Executiva Municipal do PT quando propunha levar para o debate com a população a política de transportes, dando um caráter coletivo à solução da crise. Por trás dos debates sobre os transportes coletivos entre a Administração e o partido, três tendências internas do PT de Campinas encontravam-se em conflito: o prefeito Jacó Bittar como membro da “Articulação”, o secretário de Transportes Jurandir Fernandes como membro de um grupo local independente ligado aos movimentos populares, liderado pelo vereador Alcides Mamizuka, e o presidente do PT de Campinas ligado ao Fórum do Interior. Esta última começava a perder espaço na Administração

Municipal com a demissão de Plínio de Moraes da chefia do gabinete do prefeito. Estas três correntes disputavam espaço na administração e no partido e a questão dos transportes coletivos serviu para marcar suas posições no poder municipal.

Nestes primeiros meses de crise as posições assumidas pelo prefeito Jacó Bittar foram menos conciliatórias diante das exigências do empresariado do que as assumidas pela direção do partido. Isto, porém, não minimizou a postura do prefeito de exigir soluções mais imediatas e menos sujeitas às determinações partidárias. Na verdade, as pressões do prefeito por uma solução que ia de encontro aos interesses do empresariado, era uma forma de se opor ao crescimento do espaço político do secretário Jurandir Fernandes. Esta disputa pelo espaço político entre estes dois grupos só foi resolvida com a exoneração do secretário, no segundo semestre de 1989.

Ainda nos primeiros meses de governo, outro incidente marcou as relações entre o PT e a Administração Municipal. A nomeação de uma nova diretoria para a empresa municipal de água e esgoto, SANASA, definiu os limites da autoridade do prefeito frente às determinações do partido.

O prefeito Jacó Bittar alegando incompetência técnica do presidente interino<sup>86</sup> da SANASA e secretário geral do Partido dos Trabalhadores, Celso Marcondes, não o confirmou para o cargo apesar das opiniões em contrário do partido e de parte do secretariado.

---

<sup>86</sup> A SANASA foi presidida por Manoel Justo, demitido pelo prefeito Jacó Bittar sob alegação de falta de competência técnica para dirigir a empresa. Manoel Justo era petroleiro e havia sido convidado a dirigir a SANASA diretamente pelo prefeito. Celso Marcondes, ex-dirigente do PT de Campinas, havia sido convidado pelo próprio prefeito, em acordo com o partido, para assumir temporariamente a presidência da empresa até que um novo presidente fosse nomeado.

Como a interinidade de Marcondes havia durado mais do que o previsto, alguns problemas de vulto foram resolvidos na sua gestão, como por exemplo, as negociações para o financiamento da estação de tratamento de água denominada ETA-4, com a Caixa Econômica Federal, o Banco Mundial e a Construtora Camargo Corrêa, responsável pela obra. Negociando a retomada das obras da ETA-4 com as instituições financeiras e a empreiteira, estava a Secretaria Municipal de Fazenda que concluiu a auditoria e análise dos custos para a retomada da construção da estação. Uma parte da administração municipal avaliava que o desempenho de Marcondes era satisfatório e que ele deveria ficar à frente da empresa, pondo fim à interinidade.

“Em função destes incontestáveis avanços, a direção da empresa, seus conselhos fiscal e administrativo, o diretório e praticamente todos os secretários municipais - que debateram o assunto no Conselho Político - eram favoráveis à minha efetivação no cargo.”<sup>87</sup>

Um dia antes da data marcada para a discussão da permanência de Celso Marcondes na presidência da SANASA, o prefeito nomeou uma nova diretoria sem o conhecimento do partido, do secretariado e da própria SANASA. O partido discordou da decisão do prefeito. O secretário de Finanças manifestou-se a favor da diretoria interina da SANASA, inclusive na condução das negociações com as instituições financiadoras da estação de tratamento de água ETA-4, acusando o prefeito de autoritarismo e de ter

---

<sup>87</sup> “PT: Dois Anos na Prefeitura. Um Dossiê”; documento interno do Partido dos Trabalhadores de Campinas; pp. 61

passado por cima das determinações da Executiva Estadual do Partido dos Trabalhadores para nomeação do primeiro escalão para as prefeituras petistas.

### 3. A CRISE CONTINUA: A AUTORIDADE DO PREFEITO E A AUTORIDADE DO PARTIDO

A crise política na Prefeitura de Campinas continuou crescendo, à medida que o prefeito e alguns secretários afirmavam a necessidade do Poder Executivo ter mais espaço político para tomar decisões, independente da consulta ao partido. Por outro lado, o Partido dos Trabalhadores e segmentos do secretariado reafirmavam a necessidade de realizar uma administração colegiada no município, com a participação popular através dos movimentos populares e estimulando a formação dos conselhos populares. É sob este aspecto - o tipo de administração e de democracia que se buscava para o município - que a crise política na Administração Petista de Campinas assumiu o caráter de um choque entre os quadros e as massas do Partido dos Trabalhadores. O Diretório Municipal se opunha ao modelo de administração que o prefeito julgava possível implantar.

À medida que a crise avançava, as posições do PT contrárias à centralização do poder no Executivo passavam a ser sustentadas por encontros e plenárias partidárias onde segmentos organizados da sociedade - que atuavam no interior do partido - e militantes

passavam a se manifestar. As posições políticas do partido, contrárias às do prefeito e de alguns secretários, começavam a assumir um caráter de oposição das massas do partido à Administração Municipal - e não apenas dos seus quadros - haja vista que as determinações políticas e administrativas do governo municipal eram tomadas sem a participação popular defendida pelas bases do PT. O quadro se agravou, ampliando a oposição do Diretório Municipal do PT ao prefeito, quando este deixou de participar das reuniões e dos fóruns abertos pelo partido para decidir questões internas relativas à crise que se configurava ou definir políticas setoriais para a Administração Municipal.

Esse quadro de oposição das massas do partido à formação de um núcleo de decisões política e administrativa dentro da Prefeitura, assumiu contornos mais nítidos quando os petistas que exerciam funções de confiança - segundo e terceiro escalões - colocaram seus cargos à disposição do PT como forma de pressão para se discutir a solução da crise política.<sup>88</sup>

O documento de demissão coletiva ampliou a base de oposição ao prefeito Jacó Bittar, na medida em que seus signatários se definiram como militantes do Partido dos Trabalhadores antes de se colocarem como assessores do governo. Era o partido se manifestando e não apenas os representantes do PT na Prefeitura. O alargamento da oposição ao prefeito e à política de centralização das decisões adotada por ele, resultou em um processo de coesão da militância partidária, dando maior sustentação às posições defendidas pelo Diretório e pela Executiva Municipal.

---

<sup>88</sup> ver a este respeito a carta de 16 de agosto de 1989, citada no Anexo 2 deste capítulo.

Como um partido de massas, democrático e socialista, a legitimidade do poder do partido era o resultado das resoluções tomadas ou referendadas por suas bases nas plenárias e encontros. A anulação destes fóruns por parte do Executivo, ao colocar os quadros partidários como formuladores e executores de políticas que prescindiam da legitimação das bases do partido, aumentava o sentimento de exclusão por parte das massas, quebrando a estrutura e a proposta partidária original.

Este alargamento dos grupos de oposição ao prefeito teve reflexo na plenária convocada pelo partido para acabar com a crise política, em 22 de agosto de 1989. Compareceram à plenária cerca de 400 militantes do PT. De posse de uma “Resolução”, aprovada no dia 19 de agosto de 1989 pelo Diretório Municipal, que estabelecia as diretrizes sobre as relações entre o partido e a Administração Municipal, o Diretório Municipal afirmou que não abria mão de exercer o controle político do governo. Recomendava a prática do governo colegiado e via no Conselho Político a única forma de formar uma administração unificada. O Diretório Municipal do PT se ocupou, na Resolução de 19 de agosto de 1989, de formular uma análise do governo petista mas, antes de tudo, procurou deixar claro o tipo de administração que o partido pretendia para o município, como se pode ver no item B do documento, intitulado “Sobre o estilo e métodos de governo”. (ANEXO 5) As relações entre o partido e a Administração se tornaram mais tensas à medida que o prefeito centralizava as decisões políticas em suas mãos, impedindo a ampliação das práticas democráticas sugeridas nos documentos do PT.

O Diretório Municipal do PT de Campinas, com base nos termos do VII Encontro Municipal, reiterou as atribuições do prefeito municipal de coordenador das ações da

Administração Municipal, reconheceu a especificidade das atribuições do Executivo e a necessidade de decisões mais ágeis para fazer frente às demandas do município. Mas reafirmou, como compromisso programático, a necessidade de interação entre o prefeito, a direção e a bancada partidária, formando um núcleo de direção política da Administração Petista de Campinas.

Com esta resolução, a Administração Municipal foi caracterizada como parte de um corpo político vinculado ao partido. Seria uma atribuição do PT a determinação de diretrizes gerais e setoriais para as políticas públicas e o controle do cumprimento das diretrizes programáticas. Ao prefeito caberia a responsabilidade nas decisões administrativas, tomadas nos limites estabelecidos pelas diretrizes do partido. O prefeito, assim como o secretariado e a bancada de vereadores era visto, antes de tudo, como um membro do partido, com responsabilidades e atribuições (como a participação nas reuniões do Diretório e Plenárias), em exercício de uma função delegada pelo partido eleito.

Com as resoluções de 19 de agosto, o PT de Campinas pretendia não deixar dúvidas sobre as relações entre o governo e o seu diretório. As diretrizes políticas adotadas pelo Executivo seriam atribuições do Partido dos Trabalhadores e a atuação de seus quadros na Administração deveria seguir os princípios da democracia interna petista.

Estas resoluções tiveram por objetivo nortear as discussões da plenária convocada para 22 de agosto de 1989, buscando uma solução para a crise política, mas acabaram por marcar posições opondo as razões do prefeito às do partido na forma de governar.

O prefeito não compareceu à plenária de 22 de agosto, mandando um comunicado ao partido no qual a sua responsabilidade de coordenador das ações do Executivo foi

reafirmada e a direção partidária foi criticada por tornar pública uma crise que poderia ter sido resolvida internamente. Na carta endereçada por Jacó Bittar à plenária, a crise política foi apontada como artificial reafirmando a sua atribuição de responder pela Prefeitura frente à população e também frente ao partido. Segundo o prefeito, a Administração Municipal é um posto avançado do partido junto à população, a quem a Prefeitura deve atender. Eis na íntegra a carta endereçada pelo prefeito ao Diretório Municipal do PT de Campinas:

“AOS DIRETÓRIOS NACIONAL, ESTADUAL E MUNICIPAL DO PARTIDO DOS  
TRABALHADORES

Durante toda a minha trajetória política, sempre tive por postura um profundo respeito às instâncias partidárias. Exatamente por essa tradição é que aqui em Campinas sempre me dirigi à militância

Cabe à Direção Partidária desenvolver mecanismos que possibilitem à militância ter informação a respeito das posturas e atitudes de cada militante que tenha uma responsabilidade definida de construção partidária em determinada frente política - no meu caso a Prefeitura de Campinas. Contudo, infelizmente, esta não foi a conduta adotada por diversos dirigentes que desencadearam um verdadeiro tiroteio político através da imprensa.

Estas atitudes provocam ao Partido uma profunda desmoralização na cidade. À inconseqüência dessa desenfreada busca por espaço político pela imprensa, pode levar a um desastre

não só do Partido, como também, um projeto de administração popular e democrática, com conseqüências imprevisíveis, mas certamente, danosas à luta pelo socialismo no País.

Não se leva em conta que há outros personagens envolvidos nesta história. A população de Campinas, que é a razão de todo nosso trabalho, não pode ser desrespeitada em sua cultura política e muito menos deve ser penalizada em seu dia-a-dia por disputas internas, que muitas vezes se resumem somente à defesa dos interesses pessoais e de grupos.

Os problemas surgidos a partir da entrega de cargos do 1º e 2º escalões na Administração, devem ser resolvidos, primeiramente, entre Partido e Secretariado. Mesmo assim me dispus a comparecer ao Seminário marcado pela Direção Municipal, de modo que encerramos definitivamente com os problemas surgidos a partir da confusão estabelecida pela indefinição de papéis políticos que devem ser atribuídos à Administração e Partido.

No entanto, apesar de ter sido estabelecido um acordo que previa a interrupção do debate através da imprensa, o que ocorreu foi exatamente o contrário. Ficou evidente que diversos dirigentes partidários não se movimentaram no sentido do acordo, mas no de se aproveitar de uma crise gerada artificialmente para estabelecer uma ruptura entre Administração e Partido.

Como já deixei claro por diversas vezes que este não é o caminho que desejo trilhar, decidi por não comparecer ao seminário. Coloco-me à disposição de todos os companheiros para desenvolver o debate em qualquer momento, no Conselho político, no Diretório Municipal e em qualquer instância partidária, assim que a verdade seja restabelecida e cesse esse clima de coação e pré-julgamento.

Quanto a dura tarefa de administrar a PMC, sou eu o responsável por coordenar as ações da Prefeitura frente ao Partido e a população e, por isso, estou de acordo com os termos da resolução sobre relações Administração/Partido que me foi apresentada hoje, entendendo-a como uma decorrência direta da resolução do Diretório Nacional datada de 11.12.88 e que nos permite superar problemas até agora vividos por nós no partido de Campinas.

Companheiros:

A vitória que conquistamos nas últimas eleições se construiu em anos de luta e sofrimento. Em Campinas temos propostas, equipe e um povo disposto a brigar pelos seus direitos. Nossa responsabilidade é histórica e não temos direito de frustrar as esperanças e aflições de milhões de brasileiros.

JACÓ BITTAR

PREFEITO MUNICIPAL

22 DE AGOSTO DE 1989”

Foi um documento onde o prefeito definiu o seu espaço de atuação política, repetindo o que o partido havia feito na Resolução de 19 de agosto. Foi uma resposta clara às posições assumidas pelo partido, definindo bem o campo de cada uma das partes: partido e administração.

Apesar de reafirmar seu compromisso com o partido e a necessidade de manutenção de vínculos com a militância partidária, o documento enviado por Jacó Bittar à plenária de 22 de agosto, deixou claro que o compromisso do prefeito era, em primeiro lugar, com a população de Campinas e que o partido não tinha o direito de prejudicar o atendimento da população e o andamento da Administração Municipal em função de questões internas que, em se tratando de um partido político, podiam ser entendidas também como questões puramente políticas.

A postura do prefeito na carta enviada ao partido retirou a questão programática da posição de destaque que ela ocupava na ótica do Partido dos Trabalhadores como norteadora das ações da Administração Municipal e colocou em seu lugar a competência técnica e o pragmatismo, aparentemente destituído de qualquer conotação política. Não tendo sido esta a bandeira eleitoral do PT nas eleições municipais em Campinas de 1988, tampouco a do PT no plano nacional, a reação do Diretório Municipal e da militância partidária presentes à plenária foi de rejeição das posturas do prefeito. Mas neste momento ainda foi proposta uma fórmula de conciliação, evitando a ruptura entre as duas instâncias. A crise política, com a plenária de 22 de agosto de 1989, ficou momentaneamente paralisada, mas longe de ser resolvida.<sup>89</sup>

O Diretório Municipal divulgou um documento que pretendia encerrar a disputa intitulado “Pela Resolução da Crise no PT e na Administração Petista em Campinas” no qual procurou imprimir um novo curso ao governo de Campinas e definir novas relações

---

<sup>89</sup> a crise política de Campinas estava tendo reflexos no plano nacional e como aquele era um ano de campanha eleitoral era necessário apaziguar os ânimos entre o Partido dos Trabalhadores e Administração Municipal para não prejudicar a campanha de Lula à Presidência da República.

entre o prefeito, o Diretório Municipal, a bancada do partido na Câmara Municipal e os membros dos primeiro, segundo e terceiro escalões da Administração.<sup>90</sup> Segue uma seleção dos trechos mais importantes do documento tirado em Plenária pelo Diretório Municipal:

“PARTIDO DOS TRABALHADORES

DIRETÓRIO MUNICIPAL DE CAMPINAS

RESOLUÇÃO DA PLENÁRIA MUNICIPAL DO PT

PELA SUPERACÃO DA CRISE NO PT E NA ADMINISTRAÇÃO PETISTA

EM CAMPINAS

Completados quase oito meses da posse do companheiro Jacó Bittar na Prefeitura Municipal de Campinas, a administração petista desta cidade vive sua mais grave crise

---

<sup>90</sup> “Pela Superação da Crise no PT e na Administração Petista de Campinas”; Diretório Municipal do Partido dos Trabalhadores de Campinas; 22 de agosto de 1989.

política cujas conseqüências podem ser desastrosas para o Partido dos Trabalhadores nos níveis local, estadual e nacional.

Divergências e conflitos, em princípio normais em qualquer administração democrática, acabaram por gerar impasses de grande magnitude opondo, em vários episódios o Prefeito, a direção municipal do PT, o secretariado e a bancada do Partido na Câmara dos Vereadores.

Nas últimas semanas questões relacionadas com a política de transportes e da SANASA, levaram a um exacerbamento das posições. (...)

(...)

Apesar dos avanços na elaboração programática, da competência técnica de seus quadros e da vontade política demonstrada, falta uma discussão mais aprofundada das políticas a serem seguidas, tanto a nível da administração como das instâncias partidárias. A Prefeitura não foi capaz até agora de formular um plano de governo e de definir uma estratégia mais precisa para implementá-lo. Este empirismo também se verifica nas instâncias partidárias; discute-se mais nomes do que políticas.

(...)

Para imprimir um novo curso ao governo de Campinas e definir novas relações entre o Prefeito, o Diretório Municipal, a bancada do Partido na Câmara Municipal e os membros dos primeiro, segundo e terceiro escalões da administração, a Plenária do PT assume a necessidade de levar adiante as medidas abaixo alinhadas:

1. O Partido decide que todos os companheiros que assumem cargos de primeiro e segundo escalões na Prefeitura e que colocaram seus cargos à disposição do PT devem se manter em suas funções;

2. Retomar o funcionamento regular do Conselho político, com as atribuições que lhes foram dadas no Seminário de 01 e 02 de julho. O Conselho tem como função orientar as linhas políticas centrais da administração e zelar pelo seu cumprimento, cabendo-lhe o debate de todas as questões nas quais estejam involucradas as grandes opções do governo petista. Ele deverá definir dias precisos de reunião e normas básicas de seu funcionamento. A Composição do Conselho Político deve ser a seguinte: Prefeito, vice, três secretários definidos pelo Secretariado, um membro do Diretório regional/SP, o Presidente do PT-Campinas, o Secretário de Assuntos Institucionais do PT-Campinas, o líder da bancada na Câmara e mais um vereador indicado pela bancada.

3. Reafirmar todas as resoluções dos Encontros Nacional, Estadual e Municipal sobre as relações partido/administração/bancada.

4. A recomposição da unidade partidária e a retomada da iniciativa política por parte do governo municipal de Campinas é um processo que vai exigir paciência, desprendimento, generosidade e vontade política de todas as partes. Os signatários deste documento se dispõem a implementar este projeto em nome dos interesses maiores dos trabalhadores, do PT e da necessidade de dar um grande impulso à campanha de Lula à presidência da república.

Quanto aos problemas que venham, ser colocados neste período de ajuste, deveremos buscar decisões consensuais. Os representantes do Diretório nacional e do Diretório regional terão um papel decisivo no estabelecimento deste entendimento;

5. Reafirmar a disposição de cumprimento da Resolução do Diretório nacional (de 11/12/88) sobre contratações e demissões de membros do primeiro e segundo escalões nas Prefeituras petistas, que diz no seu ponto 8: “A escolha do secretariado e de outros cargos de confiança mais expressivos deverá ser feita pelo Prefeito e Vice-Prefeito, em comum acordo com os respectivos Diretórios Municipais, ouvidas as bancadas, cabendo ao Prefeito a decisão final sobre a matéria em caso de impasse.

No caso das Prefeituras das capitais e de outros municípios de interesse estratégico para o PT (a exemplo de S. Bernardo, Sto. André, Diadema, Santos e Campinas), as executivas Estadual e Nacional participarão igualmente deste processo. Naturalmente, nesta escolha levaremos em conta as opiniões das bases partidárias e dos movimentos populares”.

Em função dessa Resolução devem ser revistas as nomeações que não foram feitas de acordo com esse procedimento. O Diretório Municipal encaminhará à Direção Nacional proposta de alteração desta norma, de acordo com as resoluções que eram cumpridas na cidade até este momento.

6. Convocação de um Plenária municipal para discussão da Política de Transporte do PT Campinas, com apresentação das políticas em debate de forma sistematizada, preparando a Plenária Estadual de Transportes de 24 de setembro. Recomendando ao prefeito que não faça nenhuma demissão na equipe da SETRASNP até que seja feita esta discussão e convocando-o para estar presente à Plenária.

7. Reafirmar a disposição de realizar um governo municipal de equipe, funcionando como um coletivo sob coordenação do Prefeito;

8. Reafirmar a legitimidade do Diretório Municipal de Campinas, eleito em recente Encontro, bem como a sua Executiva;

9. Retomar a necessidade urgente de elaboração de um plano de Governo global e de Plano de Metas setoriais. Tem especial importância o debate sobre a SANASA, a política de transportes urbanos e a política de finanças, que deverão ser realizadas em caráter prioritário e urgente para dar claras diretrizes ao governo municipal;

10. Representantes das direções Nacional e regional do PT se incorporarão ao Conselho Político e realizarão um acompanhamento de seus trabalhos e do cumprimento de suas resoluções. A Direção Nacional e a Direção Regional funcionarão como fiadoras desta resolução;

11. Os signatários assumem o compromisso, na vigência deste acordo, de abster-se de declarações públicas unilaterais sobre questões conflitivas que estejam sob apreciação do Conselho político. Quando se fizer necessário, o Conselho designará porta-vozes para expor o estado da discussão. Do mesmo modo, o Conselho Político deverá informar as partes envolvidas neste acordo sempre que um determinado assunto não deva ser ventilado e a duração do necessário sigilo;

12. Solicitar ao Diretório Municipal a convocação de um Encontro Extraordinário dentro dos prazos regimentais para discutir as relações Partido/Administração a partir da avaliação da prática desta Resolução;

13. Solicitar formalmente ao Prefeito que apresente pessoalmente suas posições ao Partido na próxima reunião do Diretório Municipal, sem caráter deliberativo, com finalidade

de esclarecimento à militância. A data e a pauta da reunião serão definidas pela Executiva Municipal.

Campinas, 22 de agosto de 1989

PLENÁRIA MUNICIPAL”

E a crise continua ...

## ANEXOS

ANEXO 1: PARECER DA COMISSÃO INTERNA DA EXECUTIVA ESTADUAL SOBRE  
A GREVE DO FUNCIONALISMO

“URGENTE

DA: COMISSÃO INTERNA DA EXECUTIVA ESTADUAL

PARA: EXECUTIVA MUNICIPAL DO PT-CAMPINAS E PREFEITO  
JACÓ BITTAR

A Comissão Interna da Executiva Estadual, avaliando a situação política de Campinas frente a greve do funcionalismo público municipal, se dirige aos companheiros no sentido acelerar a resolução do problema.

1. A Comissão Interna da Executiva Estadual considera que a greve do funcionalismo público neste momento pode ter resultados negativos para a nossa administração e para o partido na cidade.

2. Consideramos as reivindicações do funcionalismo justas, bem como o processo de condução de sua luta por aumento salarial.

3. Reconhecemos que a situação financeira da Administração de Campinas é extremamente precária, graças aos desmandos da administração anterior, o que reduz imensamente nossa margem de negociação.

4. Apoiamos o método de negociação empreendido pela Prefeitura ao reconhecer as justas reivindicações dos trabalhadores, ao abrir o livro caixa, permitindo aos funcionários tomarem conhecimento das contas e ceder em diversos itens da negociação, como também ao desenvolver um grande esforço para apresentar uma proposta de aumento real para os trabalhadores que recebem o piso salarial.

5. Ressaltamos o papel cumprido pela Executiva Municipal, portando-se como verdadeira instância partidária, dirigindo a militância petista e dando sustentação à Prefeitura, apresentado propostas para a superação da crise. Concordamos em linhas gerais com as propostas defendidas pela executiva municipal para resolver a greve.

6. Consideramos que diante da greve a administração petista deveria empreender esforços no sentido de melhorar a proposta para os servidores sem comprometer globalmente o orçamento da prefeitura, conforme defende a Executiva Municipal.

7. Por fim, consideramos importante sairmos desta crise com a administração, o PT e o sindicato fortalecidos.

**Comissão Interna da Executiva Estadual - Partido dos Trabalhadores**

Obs: solicitamos que seja enviada uma cópia da msg. Para a Executiva Municipal de Campinas<sup>91</sup>

---

<sup>91</sup> Telex enviado em maio de 89 pela Comissão Interna da Executiva Estadual para a Executiva Municipal do PT-Campinas dando diretrizes sobre a conduta do partido e da administração municipal sobre a greve do funcionalismo público municipal.

ANEXO 2: CARTA DE 16 DE AGOSTO DE 1989 - SECRETÁRIOS E ASSESSORES  
COLOCAM OS CARGOS A DISPOSIÇÃO DO PT

AO  
DIRETÓRIO MUNICIPAL DO  
PARTIDO DOS TRABALHADORES  
CAMPINAS - SP

Companheiros,

- consideramos que o secretariado da Administração Petista de Campinas foi escolhido pelo Partido em processo de ampla discussão anterior às eleições de 15 de novembro de 1988, estando vinculada cada secretaria ao respectivo programa político;
- considerando que os ocupantes de cargos do segundo escalão foram indicados pelo Secretariado eleito e aprovados pelo Partido;
- considerando que as formas e fóruns de discussão política da Administração Petista determinados pelas resoluções partidárias anteriores e posteriores às eleições de 15 de novembro p.p. não vêm cumprindo suas funções e que as decisões mais importantes da Administração pública não têm passado pelo Partido nem pelas reuniões do Secretariado;

- considerando que o exercício do poder por parte de nosso Partido não pode ser legitimado única e exclusivamente pelo aparato legal e pelas instituições vigentes, e sim democraticamente e de forma colegiada;
- nós, militantes petistas, exercendo funções de confiança no Partido, vimos colocar à disposição do PT os respectivos cargos até que se encontre mecanismos capazes de integrar o Partido, o Secretariado e o Prefeito no processo de decisão político-administrativo.

Sugerimos para tanto a convocação, por parte da Executiva Municipal, de um Encontro extraordinário com a participação da Executiva Estadual e Nacional do PT a ser realizado no dia 20 de agosto próximo.

Saudações Petistas<sup>92</sup>

---

<sup>92</sup> Carta assinada por 61 membros do primeiro, segundo e terceiro escalões da Administração Municipal Petista de Campinas, em 16 de agosto de 1989, pedindo exoneração de seus cargos e solicitando um Encontro do Partido para determinar que sejam cumpridas as determinações tomadas - antes das eleições municipais de 15 de novembro de 1988 - sobre a forma de condução da Administração Municipal.

### ANEXO 3: REUNIÃO DO 1º ESCALÃO DE GOVERNO PT DE CAMPINAS

data: 08/08/89 hora: 08:00hs local: Gabinete do Prefeito

PAUTA: (2)MOMENTO POLÍTICO DA ADMINISTRAÇÃO

NOME	PARTICIPAÇÃO
Toninho	vê a necessidade de se implantar o plano de governo, para o qual o partido foi eleito; estimular a discussão do conselho político e dos outros fóruns de decisão.
Davidoff	necessidade de discussão da política global de governo e inserir os núcleos partidário no processo de governo; o Prefeito não está respeitando as decisões colegiadas, isto caracteriza uma postura autoritária.
Bitar	o PT não está dando apoio às suas medidas administrativas, com isto tem se sentido isolado, o PT tem atropelado a administração, definindo questões que são da competência do Prefeito (nomeação de secretários e dirigentes de empresas municipais), as nomeações foram medidas para afirmar a autoridade do Prefeito. Não aceita negociações sobre nomes para a administração, pois não faz parte de nenhum grupo político, nem da Articulação.
Gastão	argumenta que o objetivo do PT é governar em equipe e,

uma autoridade não pode se afirmar desqualificando as demais. Permitir o centralismo político é abrir espaço para o clientelismo. Afirma que a administração petista é uma administração do partido, democrática e comprometida com a criação de Conselhos Populares, neste sentido, seria importante definir melhor a administração colegiada.

Schumann afirma que o Prefeito não tem demonstrado confiança no colegiado.

Schneider o verdadeiro conflito da administração petista não está na Prefeitura, mas entre a administração e o partido.

Gerardo está disposto a administrar a cidade com o Jacó Bitar, devemos reunir um colegiado, mas surge a dúvida: quando houver impasse neste fórum, quem tem a última palavra?

Célio está existindo uma confusão entre as prerrogativas na administração petista: não cabe ao Partido administrar, e sim dar propostas políticas.

Adal um dos fundamentos da crise está na dificuldade de se conviver com os contrários, por outro lado, não se concebe uma administração petista fora do Diretório Municipal.

Maria Alice o Prefeito devia, cada vez mais, estreitar as relações com o partido, é fundamental a presença do prefeito no partido. Quanto a

Ophélia	<p>SANASA ficou decidido que o nome do Celso Marcondes seria encaminhado ao Conselho político, o que o Prefeito não acatou.</p>
Bryan	<p>a coisa mais difícil que o PT propõe é administrar com colegiado, achia isto muito difícil devido a estrutura de poder, por outro lado, devemos exigir que todos cumpram as determinações partidárias.</p> <p>afirmou que o nome de Celso Marcondes, como diretor da SANASA, deveria ser encaminhado ao Conselho político, defende o trabalho colegiado, como fórum de decisões administrativas e neste sentido, a confiança entre o partido e administração é fundamental.</p>

FONTE: DIRETÓRIO MUNICIPAL DO PT DE CAMPINAS; Estavam presentes a reunião: Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários Municipais, Assessores de Gabinete, Presidente do PT de Campinas, Vereadores, Presidentes de Autarquias

#### ANEXO 4: REUNIÃO DO 1º ESCALÃO DE GOVERNO PT DE CAMPINAS

PAUTA: (1) Transportes data: 08/08/89 hora: 08:00hs

local: Gabinete do Prefeito

NOME	PARTICIPACÃO
Jurandir	sugere que a administração tenha uma conversa franca com os empresários para que os aumentos de tarifa sejam os possíveis. Não é possível que a Administração Municipal faça intervenção nas oito empresas de transporte. Acha possível que os empresários retirem os ônibus de Campinas, para isso a Prefeitura deve estar preparada para realizar a busca e apreensão
Bittar	a decisão de reajustar tarifa está começando a se configurar como uma decisão política. Em São Paulo há uma proposta de tarifa real acrescida de um indexador. Assumiu com os empresários o compromisso de reajustar as tarifas no dia 10 de agosto, desde que houvesse uma situação política favorável. A posição de Campinas tem que ser paralela a de São Paulo
Gerardo	Campinas tem que ter uma posição avançada sobre os transportes, de comprar o conflito com os empresários e levar a discussão para a população, o conflito dos transportes já estava previsto que ocorreria devido a conjuntura, acha que o secretário de transportes erra ao discutir as tarifas com os empresários, aos empresários cabe

fazer as planilhas e a Prefeitura decidir sobre o reajuste.

Adail a crise dos transportes deve ser discutida com a população, mostrando as limitações do poder local.

Gastão propõe antecipar a crise dos transportes, levando a discussão para a imprensa e divulgando uma série de medidas que seriam tomadas pela administração.

FONTE: DIRETÓRIO MUNICIPAL DO PT DE CAMPINAS. Presentes à Reunião:

Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários Municipais, Assessores de Gabinete, Presidente do PT de Campinas, Vereadores, Presidentes de Autarquias.

ANEXO 5: RESOLUÇÃO DO DIRETÓRIO MUNICIPAL DE CAMPINAS DE 19 DE  
AGOSTO DE 1989

“RESOLUÇÃO DO DIRETÓRIO MUNICIPAL DE CAMPINAS

Considerando:

- as sucessivas crises de relacionamento entre a Direção Municipal do Partido e o Prefeito ocorridas nestes oito meses de administração petista em Campinas;

- o desgaste do Partido e da Administração petista frente à opinião pública da cidade e a exploração política destas crises em escala estadual e nacional pelos órgãos de comunicação de massa com clara intenção de desmoralizar a capacidade do Partido no exercício da administração pública e atingir a candidatura presidencial da Frente Brasil Popular;

- a disposição manifesta do Prefeito, expressa em atos e palavras, de não acatamento de várias decisões das instâncias partidárias sobre aspectos da administração municipal;

- a impossibilidade de continuarmos esgotando o melhor dos esforços partidários no gerenciamento das crises geradas no relacionamento Partido/Administração, que tem prejudicado outras importantes frentes de ação partidária e levado a militância ao desânimo e ao desencanto;

Considerando ainda as deliberações sobre as administrações petistas dos Encontros Nacional, Estadual e Municipal do Partido, bem como as propostas aprovadas no Seminário dos dias 01 e 02 de julho, o DM do PT Campinas, reunido a 19 de agosto aprova a seguinte resolução:

A) Sobre a Direção Política da Administração Petista em Campinas

1. O PT não abre mão de exercer a direção política da administração petista de Campinas. A vitória nas eleições de 15 de novembro de 1988 expressou a vitória do projeto partidário, que recebeu a confiança da população para romper com as tradicionais administrações anteriores, comprometidas com os interesses dos grupos econômicos privados e com as práticas políticas do clientelismo e do personalismo;

2. A direção política do Partido se expressará, nesta nova fase de relacionamento que se abre com a presente resolução, pela determinação de diretrizes gerais e setoriais para as políticas públicas a serem implementadas

pela Prefeitura Municipal; pela cobrança da Administração Municipal do cumprimento das diretrizes programáticas do Partido e da apresentação do Plano de Governo Municipal; (...)

3. O Partido reconhece a autonomia da Administração Municipal. Reconhece ainda a diferença de ritmos e procedimentos entre Partido e Administração. Reconhece na Administração legitimidade para dar operacionalidade às diretrizes partidárias. Não se inibe com as tensões que, inevitavelmente, acontecem e acontecerão na relação Partido/Administração. Ao obedecer ao princípio da autonomia orgânica das instâncias Partido e Administração, o Partido tem a obrigação de respaldar as medidas adotadas pela Administração. Em caso de desacordo formal com a posição do Diretório, este tem o direito de apresentar claramente sua posição. Afirmamos também a necessária subordinação dos petistas envolvidos na Administração às deliberações emanadas da democracia interna do Partido. (...)

## B) Sobre o estilo e os Métodos de Governo

(...)

5. O PT aprova a prática do sistema colegiado de administração que faz parte integrante do projeto de governo desde antes das eleições do ano passado. Reconhece ao Prefeito um papel qualitativamente diferenciado neste colegiado, o qual é por ele coordenado. (...) Ensejamos, pois que o Prefeito e o Secretariado estejam, pois, permanentemente integrados à vida do Partido, especialmente às reuniões do Diretório e Plenárias para as quais não devem se sentir convidados mas convocados.

C) Sobre o Papel do Conselho Político

6. O Conselho político será fundamental nesta nova fase para o efetivo e harmonioso relacionamento entre Partido, Bancada e Administração. Neste sentido, deve ser aprimorado e formalizado

(...)

Campinas, 19 de agosto de 1989

DIRETÓRIO MUNICIPAL O PT/CAMPINAS”

CAP. VI. SOLUÇÃO À VISTA: MASSAS x QUADROS

E a crise não foi solucionada. A definição do Partido dos Trabalhadores como partido de massas foi se transformando numa bandeira política do partido contra a Administração Municipal. Aumentavam as pressões que a Administração Petista em Campinas sofria por parte das bases partidárias para adotar o sistema de decisões colegiadas, onde estaria representado o Diretório Municipal do PT, a Administração Municipal e lideranças dos movimentos populares. Desta forma estariam mantidos os compromissos definidos nos documentos de criação do partido.

A demonstração dada pela militância partidária, comparecendo significativamente à plenária de 22 de agosto de 1989, dava ao partido sustentação política nas reivindicações feitas à administração, particularmente contra a conduta “centralizadora” e “autoritária” do prefeito.

As manifestações das bases contra os métodos do prefeito, tiveram um peso relevante nas decisões do partido diante da crise, na medida em que o PT de Campinas foi formado sobre os movimentos popular e sindical. Era a sustentação dada por estes movimentos que tornava possível a concretização do Partido dos Trabalhadores enquanto portador de novas propostas e transformador do poder municipal. A novidade do PT no poder residia em trazer para o espaço das decisões no município a população organizada e, como tal, compor o poder municipal na forma de Conselhos Populares. Era uma proposta que inseria no aparelho de Estado segmentos da população que até então não haviam participado diretamente do poder.

## 1. OS CONSELHOS POPULARES EM CAMPINAS

A formação de Conselhos Populares, como meio de legitimação da Administração Municipal, defendida pelo Partido dos Trabalhadores de Campinas em seu programa para o município, não se limitou à definição de um modo de administrar. A proposta dos Conselhos Populares avançou no campo político como uma maneira de organizar a sociedade. A participação popular na Prefeitura de Campinas englobou o projeto de formação de uma prática política democrática e socialista que se diferenciava da democracia representativa burguesa. A participação popular através dos Conselhos estava diretamente ligada ao projeto de socialismo do PT para o município. Seria a ruptura da Administração Petista com o modelo de democracia burguesa e as formas clientelísticas de atendimento às reivindicações da população. Caberia, então, aos Conselhos Populares a implantação dos mecanismos da democracia de base. Mais importante para o Partido dos Trabalhadores do que ser eficiente no atendimento das necessidades da população, era o empenho do partido e da Administração Petista na criação de mecanismos institucionais, permanentes, de participação popular<sup>93</sup>, sem os quais a eficiência administrativa estaria correndo o perigo de repetir as velhas práticas do clientelismo político.

Como já foi colocado, foram os movimentos populares que deram suporte à eleição do PT em Campinas. A transformação destes movimentos em meios institucionalizados de

---

<sup>93</sup> “A Participação Popular e a Administração Petista”, texto elaborado pela Coordenação da Comissão Aberta de Participação Popular do PT-Campinas.

participação deveria ser a base de sustentação do PT no poder.<sup>94</sup> A vitória eleitoral do Partido dos Trabalhadores para a Prefeitura de Campinas havia sido o resultado de um conjunto de fatores e condições conjunturais específicas, pelas quais passava o país no final da década de oitenta. Mas, fundamentalmente, o nome do partido trazia a marca da oposição ao regime militar e à transição democrática negociada pela via indireta. Como partido de massas, democrático e socialista ele era o veículo de participação política de um largo segmento da população excluída pelos regimes anteriores.<sup>95</sup>

A organização dos trabalhadores em sindicatos independentes, desvinculados do Estado, atuando como oposição inicialmente ao modelo econômico e, posteriormente, assumindo um discurso político, resultou na criação do partido, dando a tônica da atuação do PT no poder. Perder o vínculo com a população organizada em nome da eficácia administrativa seria abandonar um dos aspectos transformadores do PT no plano social e

---

<sup>94</sup> O documento intitulado “A Participação Popular e a Administração Petista”, elaborado pela Coordenação da Comissão Aberta de Participação Popular do PT-Campinas estabeleceu diferenças entre o conceito de “movimento popular” e “conselho popular”. Os movimentos populares “possuem a maior diversidade possível nos objetivos, nas formas, na abrangência, etc. Eles são, e devem ser, completamente autônomos e sua iniciativa é exclusiva da população. Já os Conselhos, embora sejam autônomos, têm um caráter diferente: são canais institucionais de participação. Eles não existem independente do poder institucional vigente (...) eles só se transformam efetivamente em Conselhos (...) quando adquirem algum tipo de reconhecimento que lhes dê a possibilidade de fiscalizarem e opinarem, etc. Caso contrário, são Movimentos populares, mas não Conselhos.

<sup>95</sup> Na época vários artigos e documentos foram produzidos debatendo o papel dos Conselhos Populares na Administração Municipal, entre eles: “Plenárias Populares” de José Correia, “Quem tem medo dos Conselhos Populares” de José Dirceu, “Uma outra relação com o Estado” de Maurício Faria, “Novos canais de participação” de Valeska Peres Pinto, “Queremos é mais democracia” de José Álvaro Moisés, “Órgãos de democracia direta” de Roberto Gouveia, todas na Gazeta de Pinheiros de 18.12.88; “Participação Popular”, Celso Daniel in Teoria e Debate, n° 2, março de 1988; “Uma varinha de condão”, Ricardo Azevedo in Teoria e Debate, n°4, setembro de 1988; “Nova realidade social e novas formas de exercício do poder político”, Leonardo Boff, mimeo.; “Participação popular e transparência administrativa”, plenária municipal do PT - Santo André/SP; “Resolução sobre Conselhos Populares”, encarte especial do Informativo Paulistano, n°2, fevereiro de 1989; “Movimentos sociais e poder popular” cadernos do CEAS, n° 89.

político. Os Conselhos Populares surgiram como uma proposta que consolidava o Partido dos Trabalhadores como a via para a implantação de uma democracia de base.<sup>96</sup>

No PT de Campinas surgiu uma proposta de formação dos Conselhos Populares que nunca foi colocada em prática. Começou a ser debatida em dezembro de 1988, com um cronograma de encontros marcados para o primeiro semestre de 1989 que nunca chegou a ser implantado.

Nestes debates, a questão sobre a formação dos Conselhos Populares partia de duas correntes. De um lado estava a corrente que considerava os Conselhos como um poder paralelo que devia tomar de assalto e liquidar o Estado burguês. Os Conselhos Populares, neste caso, teriam poder deliberativo e substituiriam uma parte do aparelho de Estado, se confrontando com o Poder Legislativo nos moldes da democracia representativa burguesa. A outra corrente via nos Conselhos um substituto do Estado. Os Conselhos Populares deveriam atuar fora do aparelho de Estado burguês para manter a independência destes movimentos sob um determinado regime ou sistema político.

O PT de Campinas debateu a formação dos Conselhos Populares admitindo que deviam, inicialmente, fazer parte do aparelho de Estado burguês, e as Prefeituras petistas

---

<sup>96</sup> Sobre o conflito entre os movimentos populares e os partidos políticos como via institucional de transformação social é interessante ver: LUXEMBURGO, Rosa de; *Textes*; Paris, Editions Sociales, 1969. PANNEKOEK, Anton; *La Contre-Revolution Bureaucratique*; Paris, UGE; 1973. Tanto Rosa de Luxemburgo quanto Anton Pannekoek consideram a organização das massas como movimentos espontâneos surgidos de necessidades coletivas que conduzem seus integrantes a um clima de combatividade, de solidariedade e de paixão, onde a ação dos militantes não difere da direção do movimento. Em Pannekoek encontramos os conselhos operários como mecanismos institucionais capazes de tomar decisões em nome dos interesses de um movimento mais abrangente e de visão estratégica mais geral. Mesmo o partido político nascido no meio do movimento operário assume um papel de veículo dos desejos expressos pela classe operária. Por outro lado, um partido que se sobrepõe aos movimentos sociais que lhe deram origem se transforma num partido repressivo, e se separa das massas formando uma elite dirigente, assumindo um papel de organização repressora e tendendo a agir em nome da derrota desta classe.

deveriam atuar como estimuladoras da formação dos Conselhos. Era na relação entre os movimentos populares e a Administração Municipal que deveriam se formar os Conselhos Populares.<sup>97</sup>

Em janeiro de 1989, a Comissão Aberta de debate sobre a Participação Popular do PT de Campinas, sugeriu a urgência de criação dos Conselhos Populares, conforme o resumo do documento:

“(A) É urgente a criação dos Conselhos Populares porque:

- a Administração popular será atacada de todas as formas pelos grupos econômicos e seus aliados políticos (PSDB, PMDB, etc.) que possuem a maioria na Câmara Municipal. (...)

Se não forem criados os Conselhos Populares a Prefeitura ficará como refém nas mãos da burguesia.

- com os Conselhos organizados e mobilizados, haverá como pressionar a Câmara. E para isto será preciso uma grande legitimidade que requer votação popular.

(...)

#### 4. Papel do Partido

Ao longo de todo esse processo o PT terá papel fundamental. De um lado, é bom ficar claro que os Conselhos Populares não serão órgãos do PT, nem serão formados só por petistas. É possível, inclusive, que em vários deles nós nem tenhamos a maioria. Isso vai depender de eleição. Temos que correr esse risco, queremos realmente uma democracia popular de base.

De outro lado o PT terá que empenhar todas as suas energias para:

- impulsionar a formação dos Conselhos Populares;
- conquistar a hegemonia política dentro dos Conselhos Populares.

---

<sup>97</sup> “Conselhos Populares na Administração Petista”, Ricardo GALLETTA, documento do Diretório Municipal do PT-Campinas.

Hegemonia não quer dizer ter a maioria ou o controle através de truques e manobras, significa ter uma atuação tal que o PT consiga ter a confiança da massa e servir de referência política. Para conquistar isso temos muitos trunfos: nosso programa, nossa luta, coerência, etc. Mas não poderemos cair em propagandismos doutrinários. Teremos que ter propostas concretas que comprovem ser melhores que das outras forças políticas.

Os petistas de cada região terão que se articular, tanto para impulsionar os Conselhos Populares, como para disputar a hegemonia neles. Isso será uma tarefa fundamental dos núcleos do PT.»<sup>98</sup>

Os Conselhos Populares foram citados como a espinha dorsal da administração popular petista em Campinas e como fator diferenciador do PT no poder em relação aos demais partidos que haviam estado na Prefeitura. O PT de Campinas quando definiu que as diversas regiões do município teriam autonomia na criação dos Conselhos, priorizou a participação da população como agente de sua implantação. Seriam eles os responsáveis pela estipulação dos prazos e normas para a eleição dos membros do Conselho, ficando a Prefeitura e Câmara de Vereadores como observadores.<sup>99</sup>

Apesar das diretrizes traçadas em relação à formação dos Conselhos Populares, a administração petista havia feito muito pouco no sentido de efetivar a sua formação e passar a administrar o município com os movimentos populares. A formação dos Conselhos Populares foi uma cobrança da direção e das bases do PT, assim como a elaboração de um programa de governo que traçasse as diretrizes da Administração

---

<sup>98</sup> “A Participação Popular e a Administração Petista: texto para discussão e crítica” ; texto elaborado pela Coordenação da Comissão Aberta sobre a Participação Popular do PT-Campinas em janeiro de 1989

Municipal. O Executivo não se empenhava na sua criação nem na elaboração de um programa de governo, aguçando a crise entre a administração e o partido.

## 2. PARTICIPAÇÃO POPULAR E SOCIALISMO

Uma maneira abrangente de definir “movimentos populares” é apontá-lo como “um esforço coletivo para promover mudança, ou a ela resistir, na sociedade da qual se faz parte”, diferenciando-se de um partido político na medida em que atua

“de modo difuso e, quando bem-sucedidos, estabelecem pré condições para mudanças de políticas e de regime, questionando a legitimidade do sistema político em vigor (em parte ou no todo), criando um clima de opinião diferente e propondo alternativas”.<sup>100</sup>

Portanto, os movimentos sociais se definem, basicamente, como o espaço de atuação de segmentos da população, de forma a fazer valer sua concepção de sociedade ou reivindicar os seus direitos fora da estrutura oficial dos partidos políticos.

---

<sup>99</sup> “Conselhos Populares na Administração Petista”, Ricardo GALLETTA; documento do Diretório Municipal do PT-Campinas.

<sup>100</sup> BOTTOMORE, Tom; *Sociologia Política*; RJ; Zahar; 1981; pp. 38/39. Ver também a este respeito: GURVITH, Georges; *A Vocação Atual da Sociologia*, Vol. 1; Lisboa/Santos; Cosmos/ Martins Fontes; 1979

Politicamente estes movimentos se definem com organizações estruturadas pela base, a partir das necessidades de uma população marginalizada do processo de decisões políticas pela via partidária. O que não impede que, em determinados momentos, o vínculo destes movimentos com um partido político se dê de forma direta, participando da formação partidária e da elaboração de seu programa político.

“Em certo ponto do seu desenvolvimento (os movimentos sociais) devem criar grupos políticos mais organizados, converter ou conquistar organizações políticas existentes, que possam empenhar-se diretamente numa luta pelo poder e tenham a capacidade de utilizá-lo quando obtiverem conquistado de modo a reconstruir a sociedade.”<sup>101</sup>

O socialismo é a meta de proposta pelo Partido dos Trabalhadores e chegar a este modelo seria o resultado da atuação organizada das massas, na luta pelos seus interesses e formação de uma nova sociedade.

Segundo Juarez Rocha Guimarães, o PT guarda com a tradição dos principais partidos da IIª Internacional um campo de semelhanças que poderia ser assim sistematizado:

“(a) são partidos políticos que refletem anseios mesclados de representação, participação e emancipação de um proletariado já com importante peso social e com experiências vivas de movimentos reivindicatórios; (b) são partidos que apresentam uma tendência d estabelecer uma segmentação entre a prática parlamentar e a sindical; (c ) são partidos de massa, compostos por

---

<sup>101</sup> BOTTOMORE, Tom; op. cit. pp. 45

filiados e com um grau de centralização fluido (no caso do PT relativizado pela existência de tendências internas mais centralizadas); (d) são partidos que, a partir de uma projeção unitária dos trabalhadores na esfera institucional, agrupam em seu interior um grau enorme de heterogeneidade, inclusive no plano estratégico e doutrinário.

Estas semelhanças seriam apenas formais se não estivessem articuladas à uma mesma raiz, isto é, a de expressarem movimentos políticos de trabalhadores com um desafio semelhante na história: o de forçarem a abertura ou a ruptura de ordens capitalistas fechadas ou resistentes a uma democratização real do poder e da renda.”<sup>102</sup>

Como modelo teórico de socialismo é possível fazer esta comparação. Porém, na prática, o socialismo que o Partido dos Trabalhadores pretendia construir se diferenciava das experiências históricas anteriores. O fator fundamental de diferenciação do socialismo de Estado burocrático ou da social democracia está na aliança e na prática do poder político exercido pelo partido juntamente com as organizações populares e de massas. Para a construção do socialismo o PT entende que

“a prioridade é o trabalhador na sua descoberta própria do socialismo como projeto dos próprios trabalhadores. Descoberta como classe dos caminhos para construí-lo, começando com a ampliação, desde as origens do partido, do conceito de trabalhador, desmistificando, primeiramente as distâncias impostas, às vezes impregnadas no marco da luta, entre o trabalhador braçal e o intelectual, assim como o militante, o camponês, o estudante, etc., aproximando todos, sem que este ou aquele grupo ou quadro tome nas mãos, sozinhos, as rédeas ou as formas de ação e direção da luta dos

---

<sup>102</sup> GUIMARÃES, Juarez Rocha; *Claro Enigma: O PT e a Tradição Socialista*. dissertação de mestrado em sociologia apresentada ao Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, em novembro de 1990

trabalhadores. É pela decantação necessária e urgente desse conceito tão rico que deve começar a compreensão do socialismo e de suas possibilidades históricas no seio da classe. Porque se começa exatamente com um novo e fundamental entendimento sobre o próprio sujeito que deve construir o socialismo”.<sup>103</sup>

As discussões que se desenvolveram no PT sobre a forma de socialismo a ser implantada transitavam pela necessidade do partido apresentar como modelo um tipo de organização que fosse produto das propostas surgidas das bases partidárias. O socialismo que o PT sugeria se opunha a qualquer modelo que não tivesse a sua origem nas lutas populares e na organização das massas como forma de construção de uma nova sociedade.<sup>104</sup>

### 3. A VELHA CRISE COM NOVOS MOTIVOS

Outros fatores determinaram o avanço da crise entre a Administração e o partido. Além das acusações do partido contra o prefeito, de centralização das decisões administrativas e políticas, surgiram várias denúncias feitas pelo secretário de

---

<sup>103</sup>GADOTTI, Moacir & PEREIRA, Otaviano; *Pra Que PT? Origem, Projeto e Consolidação do Partido dos Trabalhadores*. SP, Cortez, 1989. pp. 87/88

<sup>104</sup> Este trabalho não tem a intenção de aprofundar a discussão sobre a forma de socialismo que o PT desenvolve. A este respeito ver: COUTINHO, Carlos Nelson; *Democracia e Socialismo*; SP; Cortez/Autores

administração, Ricardo Schulman, de irregularidades na contratação de pessoal, na realização de concursos públicos e no uso de vantagens administrativas pelo próprio prefeito e o vice.

Estas acusações teriam passado como mais uma das questões internas entre a Administração e o partido, se não tivessem sido largamente divulgadas pelos próprios envolvidos nos escândalos e pela imprensa local.

No dia 03 de fevereiro de 1990 foi formada uma Comissão Interna do Partido (CIP) para apurar as denúncias do ex-secretário de administração Ricardo Schulman. Entre as acusações, contava a solicitação de aposentadoria para o prefeito e para o vice-prefeito através do IPESP; a contratação irregular de assessores para a COAR e para a assessoria de Imprensa; a manutenção de funcionários do Executivo a serviço do Legislativo, cedidos ao deputado Francisco Amaral do PMDB; a promoção da irmã do vereador Tadeu Marcos do PFL na PMC; a contratação irregular de pessoal aprovado em concurso público da Prefeitura que havia perdido o prazo de apresentação; favorecimento de uma diretora da Secretaria de Negócios Jurídicos, Inês Grimaldi, em processo trabalhista movido contra a PMC; contratação irregular de empreiteiras para a realização de serviços públicos contrariando o plano de governo do PT apresentado na campanha. A CPI - formada por Maria Alice Paes, Izalene Tiene e Celso Marcondes representando o Diretório de Campinas e Paulo Frateschi e Renato Simões pela Executiva Estadual do PT - concluiu que

---

Associados; 1992. GUIMARÃES, Juarez Rocha. Op. cit.. GADOTTI, Moacir e PEREIRA, Otaviano. Op. cit.; GURGEL, Cláudio. Op. cit.; SADER, Emir. op. cit.; CESAR, Benedito Tadeu. Op. cit.

“não é o caso de se convocar a Comissão de Ética do partido nem de acionar outras instâncias partidárias. Reiteramos as resoluções da plenária de 22 de agosto de 89 e da reunião do Diretório Municipal de 03 de fevereiro de 90 no sentido de que as discussões internas do partido e nossas divergências sejam tratadas através dos canais partidários. Deixamos nas mãos do Diretório Municipal a decisão sobre como as conclusões deste relatório serão passadas aos demais militantes e à sociedade, a quem também devemos satisfações.”<sup>105</sup>

Se não foi o fator mais importante para o desencadeamento da crise definitiva entre o Executivo e o Partido dos Trabalhadores, os escândalos denunciados por Ricardo Schulman tiveram o papel de colocar o Poder Executivo Municipal numa posição de fragilidade política e administrativa diante da direção e da militância partidárias. Apesar do Diretório Regional do PT-SP ter se pronunciado contra a atitude do ex-secretário Ricardo Schulman, a saber, a divulgação na imprensa da cidade as acusações não comprovadas contra o prefeito, o desgaste público da administração municipal já era dado como um fato consumado.(ANEXO 1 E 2)

Em um documento interno do PT-SP, de 19 de março de 1990, o Diretório Regional de São Paulo divulgou a seguinte nota condenando a conduta do ex-secretário Ricardo Schulman, alertando para as conseqüências da divulgação maciça das acusações, não comprovadas, contra o prefeito Jacó Bittar na imprensa:

#### “SOBRE O CASO RICARDO SCHULMAN

---

<sup>105</sup> Parecer da Comissão Interna do Partido - Apuração das Denúncias de Ricardo Schulman. Campinas, 02 de

A Comissão Executiva Estadual do PT/SP, reunida em 19.03.90 e tendo recebido as Resoluções do Diretório Municipal de Campinas sobre as denúncias efetuadas pelo ex-secretário da Administração, Ricardo Schulman, contra o Prefeito, Jacó Bittar, manifesta:

1. Sua concordância com os resultados das investigações do Diretório Municipal de Campinas, que apurou a improcedência das denúncias do ex-secretário e descaracterizou o envolvimento do Prefeito em atos ilícitos ou imorais nos episódios denunciados por Ricardo Schulman;

2. Sua condenação formal ao procedimento deplorável do filiado Ricardo Schulman em procurar a imprensa com calúnias e denúncias infundadas, envolvendo o Prefeito e a Administração Popular de Campinas, antes mesmo de levá-las formalmente aos fóruns partidários e contrariando resoluções da Plenária do PT-Campinas de 22 de agosto p.p.;

3. Sua disposição de fazer cessar procedimentos semelhantes, que só deterioram relações entre Partido e Administração e desgastam a ambos, tornando pública esta Resolução aos militantes e filiados através do PT-Informa e da imprensa em geral.

Comissão Executiva Estadual

19 de março de 1990”

Apesar do parecer da Comissão Executiva Estadual do Partido dos Trabalhadores, a crise desencadeada pelo ex-secretário Ricardo Schulman colocou a Administração Petista, em Campinas, no mesmo patamar das Administrações Municipais anteriores, que

---

março de 1990

misturavam o personalismo do administrador com os favores cedidos aos correligionários políticos. Se a intenção do ex-secretário Ricardo Schulman era a de isolar o governo do prefeito Jacó Bittar em relação às bases partidárias, o parecer da Comissão Executiva Estadual demonstrou que não aprovou os métodos utilizados. Nesta crise, três ingredientes foram combinados na sua formação e resolução: a reafirmação, constante, das diretrizes partidárias acima das práticas da Administração Municipal, a tentativa do secretário de isolar o prefeito frente às bases do partido e a intervenção da Executiva Estadual de fazer recuar a divisão no PT de Campinas, impondo limites na luta entre grupos internos ao partido.

Se o caso Schulman pareceu resolvido, não tardou a surgir outro motivo para o embate entre o partido e a Prefeitura, uma vez que os conflitos não eram produzidos pelos fatos divulgados na grande imprensa ou no partido: o conflito se dava entre concepções das relações possíveis entre um modelo de político e o exercício de poder local.

#### 4. A “CHAMA” ACENDEU: A OPOSIÇÃO VEM DAS BASES

Neste mesmo período, o Partido dos Trabalhadores de Campinas propôs a realização de um seminário para a avaliação do primeiro ano de governo petista no município. Apresentando documentos que contribuiriam para as discussões no seminário

de avaliação da Administração, vários núcleos passaram a se manifestar de forma aberta sobre a crise que, naquela altura não era mais interna, pois envolvia todas as instâncias do partido e formava opinião entre a militância e as bases do PT de Campinas, circulando também na grande imprensa.

Para os segmentos do partido mais ligados aos movimentos populares, onde a Administração Municipal estava presente através das Administrações Regionais (AR's), a crise entre a Prefeitura e a direção do PT de Campinas seria de fácil solução se cada uma das partes envolvidas seguisse as determinações partidárias e agisse segundo os interesses do partido. Na prática, isto significava que da parte do prefeito era necessário que ele demonstrasse menos voluntarismo e centralização nas decisões políticas do município, participando da vida partidária e expondo as suas razões ao partido; da parte dos secretários descontentes seria suficiente que se remetessem às instâncias partidárias que tinham por função administrar o espaço político do partido no poder, fazendo a ponte entre a Administração e o partido; cabia à Administração Petista buscar uma maior aproximação com as bases e participar da vida nas AR's, coisa que até o momento - no primeiro ano de governo - não havia sido feito.

Se até a crise da Secretaria de Administração a discussão do partido com a Administração Municipal e, particularmente com o prefeito, era feita através de resoluções do Diretório Municipal do PT, a partir daí a crise entre partido e Administração foi vivida de forma mais direta pelas bases partidárias. Um primeiro documento importante de crítica à Administração Petista foi assinado por membros de alguns núcleos do PT. Nele foi apontada como uma das conseqüências da crise, a dissolução de alguns núcleos partidários

e a conseqüente perda do apoio popular ao PT de Campinas. No documento assinado por doze representantes de núcleos, a crise desencadeada entre o partido e a Administração Municipal no primeiro ano de governo tornou-se ainda mais grave devido ao afastamento da Administração Municipal das bases partidárias. (ANEXO 3)

Não se tratava, desta vez, de uma disputa entre o Diretório do Partido e o prefeito, mas de uma disputa entre a Administração Petista e as bases partidárias através de alguns de seus núcleos. O documento enfatizava a falta de canal para as reivindicações da população organizada por parte da Administração Municipal e a distância dos quadros partidários - tanto da parte do PT na Prefeitura quando da parte da direção partidária - em relação às bases e à militância. Um distanciamento que, segundo os representantes dos núcleos do Bairro Flamboyant e São Bernardo, se traduziu no abandono do papel político e administrativo das Administrações Regionais.

No mesmo sentido foram elaborados outros dois documentos de suporte para o seminário de avaliação do primeiro ano de governo do PT em Campinas: um assinado pelos membros da corrente “Articulação” e um outro por membros do Legislativo estadual e municipal e dirigentes do PT de Campinas.

O texto da “Articulação” considerou a crise entre a Administração Municipal e o Partido natural, consideradas as experiências recentes do PT (como no caso de Fortaleza) e o afastamento do partido dos movimentos populares depois da vitória eleitoral em 88. A necessidade de exercer o poder no município teria afastado o partido das funções que ele exercia desde a sua fundação, ou seja, atuar nos movimentos de bairros, movimento estudantil, minorias sociais e movimento sindical.

O texto da “Articulação” de contribuição para o seminário de avaliação do primeiro ano de governo do PT de Campinas, além de analisar as causas mais gerais da crise da Administração Petista, creditou à falta de uma política global, de um programa de governo para o município e ao distanciamento da Administração em relação aos compromissos de campanha, grande parte do espaço aberto para as práticas personalistas do prefeito e da autonomia do Poder Executivo em relação ao partido.

O documento da “Articulação” não eximiu o prefeito de responsabilidade sobre a crise política da Administração Municipal. O texto afirma que o distanciamento da Administração Municipal em relação às orientações de campanha do partido e dos documentos produzidos pelo PT em 87 e 88, favoreceu atitudes autoritárias por parte do Poder Executivo Municipal na mesma medida em que relegou o programa político para o município para segundo plano.<sup>106</sup>

---

<sup>106</sup> O documento intitulado “Contribuição ao Seminário Interno do PT: Um Balanço do PT/Campinas” apresentado pela tendência “Articulação” para avaliação do primeiro ano da administração petista em Campinas traz os seguintes pontos como destaque: “(...) 6. O PT de Campinas, no bojo de uma conjuntura nacional favorável e ancorada na força local do partido, conseguiu vencer as eleições municipais de 88. Mas é forçoso reconhecer que desde então não tem conseguido cumprir a contento suas tarefas.

7. A vitória eleitoral de 88 desnorteou a atuação do partido no movimento popular. (...)

12. É preciso reconhecer que nossa administração não possui uma política global que oriente o conjunto das políticas setoriais. Que ela não possui, perante a maioria da população, a marca das mudanças que todos esperavam.

13. A falta desta política global transforma as crises administrativas em intermitentes crises políticas, além de dar margens a personalismos e decisões arbitrárias. Esta falta de responsabilidade dos petistas que ocupam cargos de direção na administração é, em última instância, do Prefeito. Cabe ao Partido cobrar a elaboração desta política como também esclarecer e definir as diretrizes gerais que devem nortear sua elaboração.(...)

16. A maneira como se administra não é de menor importância. É fundamental adotar uma política democrática de gestão, que incorpore não apenas o Partido, como também o conjunto da população. Não apenas porque somos favoráveis à democratização da gestão da *coisa pública*, mas também, e principalmente, porque a democratização é a garantia final, última, de que se cumprem efetivamente os objetivos de um governo petista.

Um segundo documento - também produzido com a finalidade de fornecer subsídios para o seminário de avaliação do primeiro ano da Administração Petista em Campinas - foi assinado por deputados estaduais, vereadores e membros do Diretório e da Executiva Municipal e dirigentes de núcleos do PT em Campinas. Este documento refletiu a opinião de uma parte das bases do partido no município, ao mesmo tempo em que representou a posição de uma parte dos quadros partidários sobre a crise política da Administração Municipal Petista.

Os signatários<sup>107</sup> do documento reconheceram que a Administração Municipal se afastou das diretrizes traçadas pelo PT durante a campanha eleitoral, mas que isto não significava dizer que a Prefeitura não se caracterizava como petista. Diz o documento que

---

17. Cumpre a administração traduzir as diretrizes políticas de um governo petista em um plano global de ação, em políticas públicas, etc. Ao Partido cabe acompanhar, avaliar e criticar a administração, garantindo que esta cumpra o programa que a fez vitoriosa. (...)

19. *O papel do Partido não é de tutelar a administração.* Ainda que desempenhe com perfeição a crítica, a reorientação e o acompanhamento sistemático da Administração, o Partido não pode se limitar a isso, sob risco de (paradoxalmente) retroceder politicamente, apesar de ser Governo em Campinas. Para desempenhar seu papel, o Partido precisa estar alicerçado na opinião das classes trabalhadoras, ou seja, estar intensamente envolvido com as reivindicações e lutas populares. (...)”in *Contribuição ao Seminário Interno do PT / Para Um Balanço do PT-Campinas*; documento interno do PT-Campinas elaborado pela tendência “Articulação” por ocasião da realização do Seminário de Avaliação do Primeiro Ano de Governo da Administração Petista de Campinas.

<sup>107</sup> Assinam o documento intitulado *Contribuição ao Debate Interno do PT-Campinas*, datado de janeiro de 1990: Alcides Bianchi (Deputado Estadual), Armando Bota (Núcleo da Vila Ipê), Carlos Signorelli (Executiva Municipal e Vereador), Durval de Carvalho (Núcleo do Campos Eliseos), Eliezer Marinho (Núcleo dos Metalúrgicos), Gerardo Melo (Executiva Municipal e Núcleo dos Metalúrgicos), Ivete Cardoso (Diretório Municipal e Núcleo do Centro), Izalene Tiene (Executiva Municipal e Núcleo da Vila Ipê), Jeflerson Ruiz (Núcleo Jardim São Vicente), Joana (Núcleo São Marcos), Joaquim Hipólito (Núcleo Esmeraldina), Jonival Cortês (Diretório Municipal e Núcleo Swift), José Carlos Farias (Núcleo Aeroporto e Vereador), José Carlos Pereira (Diretório Municipal e Núcleo Orozimbo Maia), Maria Izabel da Cruz (Diretório Municipal e Núcleo da Vila Ipê), Márcia Cortes (Núcleo Swift), Paulo de Brito (Diretório Municipal e Núcleo Jardim Florence), Pedrinho (Núcleo Campos Eliseos), Plínio Moraes (ex-Chefe de Gabinete do Prefeito Jacó Bittar), Renato Simões (Executiva Estadual), Tiãozinho (Núcleo dos Eletricitários), Vanda Russo (Núcleo Costa e Silva e Vereadora), Vandercy Loro (Núcleo Costa e Silva), Zilda Santesso (Núcleo Jardim Melina) e José Augusto (Núcleo Jardim Aeroporto).

“por mais que tenhamos críticas aos rumos da administração petista de Campinas parece notório que não há elementos que caracterizem o abandono da linha partidária por parte da administração. Desvios sérios há (...) mas, como veremos, constituem-se em problemas a serem equacionados por uma correta direção da administração por parte do Partido, e não pelo seu afastamento, deixando a administração entregue ao seu bel prazer. Lembramos que a Prefeitura de Campinas é hoje patrimônio da história de lutas dos trabalhadores do PT, que não podem abdicar, nos primeiros embates, de seu papel dirigente da administração municipal.”<sup>108</sup>

O documento de janeiro de 1990 ressaltava o tratamento insatisfatório que o Partido dos Trabalhadores e a Administração Petista haviam dado aos movimentos populares desde a posse do partido na Prefeitura. Esta falha, segundo o documento, é particularmente importante uma vez que

“uma proposta chave do programa partidário propagandeado durante a campanha eleitoral de 1988 foi a da participação popular no governo, ou seja, um governo respaldado na tradição de lutas dos movimentos sociais organizados e com eles compartilhados. Dentro deste aspecto ganha relevo a proposta de implantação dos Conselhos Populares.

Antes de mais nada, devemos reconhecer que o movimento popular foi um dos sustentáculos do PT-Campinas desde a sua fundação. (...)

Conjuntamente, vivemos um momento de grande inorganicidade no movimento popular de Campinas. (...)

---

<sup>108</sup> “Contribuição ao Debate Interno do PT-Campinas”; janeiro de 1990; documento interno do PT - Campinas; pp. 02 / 03

Boa parte dos quadros mais representativos dos movimentos sociais foram incorporados à administração no ano passado. Pessoas que eram referência para as lutas do bairro ou do movimento passaram a gerenciar os órgãos para os quais se dirigiam as reivindicações do movimento popular. O problema é que, muitas vezes despreparados para assumirem politicamente seu novo papel, estes companheiros passaram a atuar no sentido de conter o movimento social em virtude da incapacidade material ou política de atender às reivindicações no atual estágio da administração. A militância petista se inibiu de organizar lutas, pensando talvez estar atrapalhando ou desestabilizando a administração popular.(...)

Por sua vez a administração demonstrou inabilidade para tratar com os movimentos populares neste período. As AR's continuam basicamente sendo utilizadas para serviços de emergências reclamados pela população desorganizada e não conseguiram constituir-se em novos instrumentos de mobilização e organização popular, com raras e honrosas exceções. O programa para a construção dos Conselhos Populares levados a efeito pelo Gabinete do Prefeito denota uma concepção burocrática e verticalista da organização popular, sendo poucas as regiões onde as assembléias populares e a indicação de comissões pró-Conselhos frutificaram.”<sup>109</sup>

A solução deveria surgir a partir da maior atuação dos movimentos populares na vida do partido e da Administração Municipal.

“A administração municipal de Campinas não se corrigirá apenas a partir de sua dinâmica interna e da intervenção do Partido. Fundamentalmente, caberá ao movimento popular organizado mobilizar amplas camadas da população, especialmente os trabalhadores e as classes populares da periferia, para dizerem o que querem desta parcela de poder político que está em nossas mãos.

---

<sup>109</sup> “Contribuição ao Debate Interno do PT-Campinas”; janeiro de 1990; documento interno do PT-Campinas; pp. 06 / 07

Creemos que a prioridade número I, o centro de nossa tática em 1990, deverá ser o de, aliado às lutas institucionais que virão, desencadear um novo processo de rearticulação das lutas populares e sindicais da região, fazendo frente aos governos de direita instalados em Brasília e no Estado de São Paulo, e constituindo organismos permanentes de poder popular e de criação de uma nova cidadania, os Conselhos Populares.<sup>110</sup>

Apesar dos esforços feitos para analisar e superar a crise política na Administração Petista em Campinas, ficava cada vez mais claro o distanciamento entre os quadros partidários na Prefeitura e as bases que haviam levado o partido ao poder. O distanciamento das ações do prefeito em relação às determinações do partido no período eleitoral, inviabilizava uma solução para crise que comportasse a reaproximação do prefeito e dos quadros partidários na Prefeitura com a direção partidária e as bases do PT de Campinas.

## 5. PREFEITURA E PARTIDO: CADA UM DO SEU LADO

A direção do Partido dos Trabalhadores de Campinas e a militância partidária insistiam que a solução para a crise política estaria na possibilidade do prefeito e seu grupo vir a seguir as determinações traçadas, desde a campanha eleitoral, sobre as relações entre a

---

<sup>110</sup> “Contribuição ao Debate Interno do PT-Campinas”; janeiro de 1990; documento interno de PT-Campinas;

Administração Municipal e o partido, e a reaproximação dos dois com os movimentos populares. Mas o reconhecimento destas medidas como solução para a crise não significou qualquer ação concreta das partes envolvidas. O Diretório Municipal do Partido dos Trabalhadores continuava sendo acusado pelo prefeito de se constituir num entrave às medidas exigidas pela Administração. A Prefeitura era vista, pela direção partidária, como um espaço ocupado por segmentos do partido que cada vez mais se desviavam dos caminhos que tinham caracterizado o PT como um partido de massa e socialista, ligado aos movimentos populares e sindicais. A militância partidária se via no meio do fogo cruzado entre os dois quadros partidários - da Administração Municipal e da direção partidária - como a parte excluída do poder conquistado nas eleições municipais de 1988.

A novidade neste momento, nos meses de abril e maio de 1990, era que a militância começava a se manifestar de forma cada vez mais constante sobre os caminhos que o partido deveria tomar frente à Administração Municipal e às atitudes do prefeito desvinculadas das determinações partidárias.

O caminho do rompimento entre a Administração Municipal de Campinas e o Partido dos Trabalhadores começou a ser aberto quando o vice-prefeito e secretário de Obras e Planejamento, Antônio da Costa Santos, foi exonerado do cargo em maio de 1990. A notícia chegou ao partido através do vice-prefeito quando este foi comunicado de sua exoneração. Na exoneração do secretário de Obras e Planejamento não havia ocorrido qualquer discussão com a Executiva ou o Diretório do PT em Campinas. O prefeito justificou o afastamento de Antônio da Costa Santos como sendo de natureza

administrativa e não política. Segundo o prefeito, o ex-secretário não tinha competência para continuar à frente da Secretaria de Obras e Planejamento. No seu lugar, sem qualquer consulta ao partido, havia sido nomeado o presidente da Cohab-Campinas, César Augusto de Paula Pinto, não filiado ao Partido dos Trabalhadores. O Diário Oficial do Município, de 22 de maio de 1990, notificava a substituição do secretário de Obras e Planejamento como uma medida técnico-administrativa.<sup>111</sup>

Segundo Costa Santos, a sua exoneração atendia a uma determinação do governador de São Paulo, Orestes Quércia, que via no antigo secretário de Obras e Planejamento um empecilho para a realização de três projetos de grande porte em Campinas: a construção de sessenta mil unidades de casas populares no município, atendendo a 300 mil pessoas, a construção do metrô de superfície, denominado de VLT (Veículo Leve sobre Trilhos) e a construção de um autódromo internacional, na região do Aeroporto, onde seria disputada a etapa da Fórmula Indy no Brasil. A realização destas obras teriam, segundo o ex-secretário, um caráter meramente eleitoreiro, uma vez que aquele era um ano de eleições para o Governo do Estado e Campinas era a base eleitoral do governador Orestes Quércia. A

---

<sup>111</sup>Eis na íntegra o texto de Diário Oficial do Município de 22 de maio de 1990. "NOVO SECRETÁRIO DE OBRAS TOMOU POSSE: O engenheiro civil César Augusto de Paula Pinto tomou posse, ontem de manhã, da Secretaria de Obras e Planejamento, em substituição ao arquiteto Antônio da Costa Santos. O novo secretário acumulará também a presidência da Cohab-Campinas, onde vários projetos estão em andamento e poderiam sofrer com uma mudança de direção neste momento.

A prioridade de Paula Pinto na Secretaria de Obras e Planejamento será os grandes projetos como a conclusão dos túneis, da canalização e urbanização do Córrego do Piçarrão e dos corredores para ônibus. A implantação do primeiro trecho do VLT (Veículo Leve sobre Trilhos), o metrô de superfície, nos seis quilômetros entre o Terminal Central e a região do Jardim, também será agilizada pelo secretário, assim como a pavimentação de 32 quilômetros de itinerários de ônibus na região dos terminais Ouro Verde e Campo Grande."

Prefeitura e a Secretaria de Obras e Planejamento não tinham feito estudos preliminares de impacto ambiental e urbano daqueles empreendimentos.<sup>112</sup>

Os jornais de grande circulação no município começavam a publicar a nova crise da Prefeitura, mais uma vez com destaque para o distanciamento entre o Partido dos Trabalhadores e o Prefeito Jacó Bittar. (ANEXO 4)

Naquela altura começava a surgir um novo elemento para o conflito entre o prefeito Jacó Bittar e o PT: a aproximação da Prefeitura de Campinas com o governador Orestes Quércia. Esta aproximação ocorreu em um ano eleitoral, estando em jogo a influência do governador Orestes Quércia no município e de seu candidato ao governo de São Paulo Luís Antônio Fleury.

No dia 23 de maio de 1990 o PT de Campinas realizou uma reunião extraordinária do Diretório Municipal para avaliar a crise política do partido agravada com a exoneração do secretário de Obras e Planejamento. A participação na reunião do Diretório foi ampla com a presença de representantes de núcleos, pré-núcleos, vereadores, representantes do primeiro escalão da Prefeitura e do vice-prefeito com direito a voz.

Nesta reunião foi rejeitada por unanimidade a justificativa técnica do prefeito Jacó Bittar para exonerar o secretário de Obras e Planejamento Antônio da Costa Santos. Surgiram, em resposta à situação, sete propostas - num total de oito<sup>113</sup> - aprovadas em

---

<sup>112</sup> Segundo Antônio da Costa Santos, a construção de 60.000 casas populares traria para Campinas uma área construída que abrigaria uma população equivalente ao do município de Americana; quanto ao autódromo não havia levantamentos realizados pela Prefeitura sobre a propriedade dos terrenos assim como o metrô de superfície.

<sup>113</sup> a única proposta que não foi aprovada na reunião do Diretório Municipal de 23.05.90 foi a que pedia a convocação da Comissão de Ética “para avaliar o papel de Jacó Bittar nos acontecimentos que levaram à exoneração de Antônio da Costa Santos e as acusações feitas pelo Vice-Prefeito”

votação por unanimidade, sugerindo o afastamento entre o Partido dos Trabalhadores e o prefeito. As resoluções foram aprovadas com a presença na reunião de 33 membros do Diretório Municipal, 47 representantes de núcleos e pré-núcleos, 05 vereadores, 11 membros do primeiro escalão petista da Prefeitura e 04 membros do Diretório Regional. Além dos representantes dos quadros do partido, a decisão sobre a crise entre a Prefeitura e o PT de Campinas contava com a participação de representantes dos núcleos de base do partido.

Em síntese, as resoluções de 23 de maio de 1990 determinavam:

“(1º) O Diretório Municipal se posiciona contra a exoneração de Antônio da Costa Santos do cargo de Secretário de Obras e Planejamento da Prefeitura Municipal (...)

(2º) O Diretório Municipal se dirige ao Prefeito Jacó Bittar requerendo que Antônio da Costa Santos seja reconduzido ao seu cargo (...)

(3º) O Diretório Municipal se dirige ao Prefeito Jacó Bittar requerendo que os cargos vagos na Prefeitura Municipal nos 1º e 2º escalões das Secretarias de Obras e de Cultura sejam indicados pelo Partido, com a participação dos Diretórios Nacional e Regional (...)

(4º) O Diretório Municipal abre um prazo de quinze dias para que todo o partido discuta a crise atual. Os presentes devem organizar de imediato reuniões de núcleo, pré-núcleo, plenárias por categoria, por movimentos populares, por Secretarias Municipais (...)

(5º) O Diretório Municipal determina que neste espaço de tempo as relações com o gabinete do Prefeito sejam feitas pela Executiva Municipal e Estadual atuando conjuntamente (...)

(6º) O Diretório Municipal determina que enquanto esta discussão se faça, o Vice-Prefeito deve manter-se em seu cargo e participar das reuniões da Executiva Municipal na qualidade de convidado, para que não fique sem qualquer contato orgânico nem com a Administração, nem com o Partido (...)

(7º) O Diretório Municipal elaborará um Manifesto público contendo estas resoluções e a avaliação feita pela reunião (...)

Campinas 23.05.1990”

No dia 12 de junho de 1990, trinta e seis núcleos de base do Partido dos Trabalhadores de Campinas divulgavam o resultado de três semanas de reuniões, com a presença de 570 filiados, para avaliar a crise política do partido e da Prefeitura, deixando indicado o caminho para as resoluções que deveriam ser tomadas pelo Diretório Municipal do PT, com o respaldo das bases do partido.

O prefeito foi apontado como o grande responsável pela crise e as soluções para reatar os vínculos entre o Poder Executivo Municipal e o Partido dos Trabalhadores deveriam incidir, inicialmente, sobre uma mudança de postura política e administrativa do chefe do Executivo. Outra alternativa para solucionar a crise estaria na ação conjunta da Administração e do partido para acelerar a criação dos Conselhos Populares e concretizar a proposta de campanha de realização de uma administração democrática, colegiada e popular e Campinas. (ANEXO 5)

Entre os participantes da reunião, vinte e cinco núcleos do partido responsabilizavam o prefeito pela crise e destes, seis pediam a sua renúncia ou exclusão do partido. Ou seja, 69,4% das representações de base do Partido dos Trabalhadores em Campinas assumiam uma posição de afastamento em relação ao prefeito Jacó Bittar, uma vez que a crise política do município era tida como o resultado do não cumprimento dos compromissos assumidos em campanha de realização de uma administração democrática e

coletiva em Campinas. Com o PT na Prefeitura a gestão do município deveria ocorrer como o resultado da participação política dos movimentos populares e, mais especificamente, dos Conselhos Populares. Por sua vez, a Administração Popular de Campinas deveria refletir a linha política do Partido dos Trabalhadores, na forma do seu Programa Nacional e de um Programa de Governo do Município que deveria ser elaborado a partir das bases do partido.

O resultado das reuniões dos núcleos ocorridas em junho de 1990 demonstrava que as bases do PT consideravam o prefeito Jacó Bittar distante das diretrizes partidárias e dos compromissos assumidos em campanha. Com o apoio das bases do partido o caminho para o rompimento entre a Administração Municipal e o partido estava aberto uma vez que nenhuma destas duas partes estavam dispostas a ceder aos métodos utilizados pelo prefeito no governo municipal.

A situação entre a Administração Municipal e o partido se agravou em agosto de 1990 quando o nome do prefeito Jacó Bittar ficou ligado ao do governador Orestes Quécia em noticiário dos jornais de todo o país. A concorrência para a construção da linha do metrô de superfície (VLT) havia sido acusada de fraude pelo vice-prefeito Antônio da Costa Santos através de um anúncio cifrado publicado no jornal Estado de São Paulo de 11 de julho de 1990.

No mesmo mês de agosto, o jornal Folha de São Paulo publicou uma pequena reportagem ligando o nome do prefeito Jacó Bittar ao do governador Orestes Quécia desde a campanha eleitoral de 1988. Segundo o jornal, a estratégia do PMDB em Campinas foi o

de liberar o partido para votar em Bittar impedindo a vitória do PSDB de Magalhães Teixeira.

#### “QUÉRCIA E BITTAR ESTREITARAM RELAÇÕES EM 88

As eleições municipais de 1988 foram fundamentais para estreitar as relações entre o governador Orestes Quércia (PMDB) e o atual prefeito de Campinas, Jacó Bittar (PT). A necessidade de Quércia em combater a candidatura do ex-deputado Wanderley Simionato - apoiado pelo ex-prefeito José Roberto Magalhães Teixeira (PSDB) -, fez com que, as relações, que eram cordiais, transpusessem as barreiras ideológicas.

Com um candidato fraco na disputa, o deputado Manoel Moreira Filho, Quércia liberou seus correligionários às vésperas das eleições para votarem em Bittar, sob o argumento de que o inimigo em Campinas é o Gramma (Magalhães).<sup>114</sup>

No segundo turno das eleições de 1990 a aproximação entre o prefeito Jacó Bittar e o PMDB de Orestes Quércia não era mais especulação dos jornais. Apesar do PT ter decidido, no plano estadual, pelo voto nulo, com o apoio de 85% dos delegados municipais e regionais presentes ao Encontro Estadual Extraordinário, que definiu a posição do partido no segundo turno das eleições para governador, Jacó Bittar, nos meses de outubro e novembro apareceu quatro vezes em público na companhia do governador Orestes Quércia e de seu candidato ao governo do estado Fleury Filho. (ANEXO 6)

---

<sup>114</sup> *Folha de São Paulo*; 03 de Agosto de 1990; pp. A-5

A Comissão Executiva Municipal considerou que a postura do prefeito contrariava as normas do partido e que sua posição de neutralidade podia acabar alimentando e fortalecendo outros partidos ou setores sociais minoritários. Em um documento interno do Partido dos Trabalhadores de Campinas, a Comissão Executiva Municipal procurava diferenciar os compromissos de protocolo do poder Executivo Municipal e os atos que poderiam ser interpretados como de apoio político do prefeito do PT ao governo do Estado de São Paulo e seu candidato a governador.<sup>115</sup>

Entre o final de novembro e início de dezembro de 1990 dois acontecimentos comprometeram a relação do prefeito com parte do primeiro escalão da Prefeitura e o Partido dos Trabalhadores em Campinas: a inauguração apressada do metrô de superfície, com objetivos eleitorais, segundo a direção e as bases do PT de Campinas, e uma entrevista concedida à Rádio Central, no programa Jota Silva, onde o prefeito fez acusações à conduta ética dos dirigentes do partido em Campinas.

Sobre a inauguração do sistema VLT (Veículo Leve sobre Trilhos) a Executiva Municipal do PT de Campinas emitiu uma nota em 23 de novembro onde afirmava:

“ESSA FESTA NÃO É NOSSA

O VLT é uma obra que pode favorecer a população da cidade.

---

<sup>115</sup> Ver a este respeito o documento interno do PT-Campinas *Nota aos Militantes do PT: O PT, o Prefeito e o 2º Turno*, assinado pela Comissão Executiva Municipal em 14 de novembro de 1990

Entretanto, inaugurá-la às pressas, apenas para conseguir dividendos eleitorais é uma prática tradicional na política brasileira, que deve ser condenada por todos.

Maluf cansou de fazer isso. Quércia repete o mesmo comportamento.

Infelizmente, o Prefeito Jacó Bittar aceitou este jogo aqui em Campinas e promove junto uma inauguração eleitoreira.

Assim como a Prefeita Luiza Erundina condenou a inauguração do metrô paulista durante o primeiro turno das eleições governamentais, o PT critica as festividades de hoje.

Elas são a demonstração prática de uma política de alianças que sempre foi repudiada pelo PT.

A COMISSÃO EXECUTIVA MUNICIPAL

23 DE NOVEMBRO DE 1990”

Com este documento ficou evidenciado a desaprovação da Executiva Municipal em relação aos últimos atos políticos e administrativos do prefeito. Desta vez, não apenas por não ter consultado o partido ou por ter se desviado das diretrizes partidárias estabelecidas em documentos internos, mas por ter se aliado publicamente à estratégia eleitoral de candidatos e partidos aos quais o PT se opunha por princípio.

Já não se tratava de um desvio de postura política e administrativa que poderia se resolver a partir de uma discussão interna no PT, como no caso da substituição do secretário de Transportes e do secretário de Finanças no primeiro ano da Administração Petista, ou mesmo da morosidade em formar os Conselhos Populares que deveriam se constituir na base democrática do governo. Estava em pauta, a partir daí, a sobrevivência

do modelo partidário, identificado com o antagonismo entre um partido de massas, socialista, comprometido com um modelo de administração colegiada e o exercício da democracia direta, e as práticas individualistas, centralizadoras, desvinculadas de um programa partidário, possíveis na democracia representativa burguesa. Programa partidário e partido se distanciavam da Administração Municipal na Prefeitura de Campinas.

A reação ao pragmatismo político do prefeito Jacó Bittar vinha, em grande parte, das bases do Partido dos Trabalhadores de Campinas, contrárias à aproximação com o PMDB, partido no governo no estado de São Paulo. Os ganhos que poderia ter o município com a aproximação entre o governo de Campinas e o governo do estado de São Paulo eram de pouca importância para a militância do PT. As retaliações que o município poderia sofrer em termos de investimentos fazendo oposição ao governo do estado eram menos importantes para o PT de Campinas frente ao compromisso de implantar um governo democrático e socialista. Para o Partido dos Trabalhadores, enquanto partido de massa, era mais importante manter a Administração Municipal sob a marca da democracia de base do PT do que abrir espaço para o pragmatismo de alianças com outros partidos no poder que viabilizariam os investimentos estaduais no município em obras que não refletiam uma Administração Popular. Esse assunto é amplamente discutido nas teses que preparam o IX<sup>o</sup> Encontro Municipal Extraordinário do PT de Campinas de 27 de janeiro de 1991.<sup>116</sup>

---

<sup>116</sup> Para uma ideia clara das posições do Partido dos Trabalhadores sobre os últimos momentos da crise entre o partido e o prefeito Jacó Bittar, existe publicado, internamente, os *Cadernos de Debates/PT* de preparação para o Encontro Municipal Extraordinário do PT-CAMPINAS de 27 de janeiro de 1991. São cinco cadernos de debates compostos por teses escritas pelos diversos segmentos partidários, entre eles, representantes da direção do partido, sindicalistas, representantes dos movimentos populares, vereadores, representantes de núcleos, membros do partido na Administração Municipal no primeiro e segundo escalões e funcionários da Prefeitura Municipal de Campinas. As teses apresentadas iam do apoio às medidas tomadas pelo prefeito até o pedido de desligamento imediato do mesmo do PT e a passagem do partido para a oposição no município.

No dia 05 de dezembro de 1990 o prefeito Jacó Bittar deu uma entrevista à Radio Central na qual fez críticas abertas à direção do Partido dos Trabalhadores. Na entrevista foi ressaltada a sua condição de dirigente partidário e fundador do PT nacional, deixando inclusive transparecer que, por esta razão, ele não deveria se submeter às determinações da direção municipal do partido, uma vez que não era um militante qualquer. Além disso, era o prefeito da segunda cidade mais importante do estado. Jacó Bittar chamou a atenção para o fato de que, ao contrário do partido, a Prefeitura tinha uma proposta de governo para a sociedade, sem apontar qual era esta proposta.<sup>117</sup>

---

<sup>117</sup> A entrevista do prefeito Jacó Bittar foi reproduzida parcialmente no jornal Diário do Povo de Campinas de 06 de dezembro de 1990. O texto que reproduz a entrevista diz: “Essa direção do PT em Campinas está se descredenciando a cada dia que passa. É uma direção que não tem um mínimo de autoridade para tratar de assuntos do Partido dos Trabalhadores, do qual fui o primeiro presidente e ajudei a fundar. A direção só faz críticas através da imprensa porque não tem autoridade para me convocar. É uma direção que o seu Secretário-Geral (Celso Marcondes) quis empreguismo e não demos para a sua mulher e para ele na SANASA. É isso que eles querem. Eu não me submeto a isso (...). O que a direção do partido está fazendo é uma farsa para ocupar um espaço, já que não fazem o seu devido papel em Campinas. Não traçam uma linha política global para o partido se manifestar. Não tratam dos movimentos populares. Nós temos uma proposta de governo para sociedade.

Eu não temo nada porque ela (a direção do partido) não tem a menor autoridade. A cada momento que o presidente (Gerardo Mendes Melo) vai ao jornal dizendo que vai me punir, ele se descredencia. Ele não está lidando com um militante qualquer. Ele está lidando com o prefeito da segunda cidade mais importante do estado. Ele está lidando com um militante que foi o primeiro presidente do partido e que ajudou a construí-lo quando eles nem mesmo pensavam em entrar para o Partido dos Trabalhadores (...).” *Diário do Povo*, Campinas; quinta-feira, 06 de dezembro de 1990.

## 6. O PARTIDO DE VOLTA PARA CASA: O ROMPIMENTO COM A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

No dia 27 de janeiro de 1991 foi realizado o IXº Encontro Municipal do PT de Campinas, em caráter extraordinário. Neste encontro o partido procurou analisar os dois anos de governo do PT em Campinas e fazer uma avaliação das práticas da Prefeitura diante das orientações do partido nos planos nacional e local.

As teses apresentadas como base para os debates no IXº Encontro Municipal, na sua maioria, apontavam claramente para o desvio da Prefeitura em relação às determinações do Partido dos Trabalhadores, no que diz respeito à construção de uma democracia de base, à elaboração e implantação de um programa de governo que fosse o produto da participação popular e refletisse os interesses da população dos bairros periféricos. Afinal foram eles que haviam dado a maioria dos votos para a eleição do partido no município de Campinas em 88. Além dos desvios programáticos em relação ao partido, pairava sobre o IXº Encontro Municipal, a posição de neutralidade aliada ao pragmatismo político que o prefeito havia assumido no segundo turno da eleição para governador do estado.

Na verdade, o IXº Encontro Municipal extraordinário do PT de Campinas propôs não somente um balanço dos dois anos de governo petista, como também avaliou em que medida a Prefeitura de Campinas continuava a ser petista. Pesava na avaliação o fato de que as Secretarias-chaves, de contato direto com a população e elaboração do orçamento, já não estavam mais nas mãos de militantes ou filiados do Partido dos Trabalhadores, como

por exemplo, a Secretaria de Obras, a Secretaria de Administração e a Secretaria de Finanças. As demais Secretarias, ocupadas por membros do PT, quando seus titulares não davam apoio irrestrito às ações empreendidas pelo prefeito, eram esvaziadas de seu poder de decisão, como havia ocorrido com a Secretaria de Cultura, Esportes e Lazer.

O clima que marcou o IXº Encontro extraordinário foi de reprovação às medidas adotadas pelo prefeito quanto à escolha dos novos secretários sem consulta ao partido, do estabelecimento de prioridades de investimentos em obras públicas sem a consulta à população organizada e da prática de uma estratégia política eleitoral contrária aos interesses do PT não apenas no plano local. Restava discutir se a Prefeitura se caracterizava como petista ou não e, conseqüentemente, se era necessário pedir o desligamento do prefeito do partido.

Estavam presentes ao IXº Encontro Municipal extraordinário do PT de Campinas do dia 27 de janeiro de 1991, 309 delegados e 38 convidados. Entre os delegados, 160 eram representantes de núcleos, 30 eram membros do Diretório Municipal, 3 eram vereadores, 4 eram membros do Diretório Regional, 16 eram militantes que ocupavam cargos de confiança na Administração, vice-prefeito e 99 eram filiados que não participavam de núcleos. Entre os 38 convidados estavam representantes dos Diretórios Municipais e vereadores de São Bernardo, Santos, Diadema, Bragança, Valinhos, Vinhedo, Sumaré, Joinville e Jundiaí e o presidente do Diretório Regional/SP.

A Resolução do IXº Encontro Municipal (Extraordinário) do PT de Campinas foi aprovada pelo plenário com 312 delegados presentes e apenas 6 votos contrários e 7 abstenções. As resoluções foram marcadas pelas críticas ao governo de Jacó Bittar. Apenas

no item 2 do documento é feita uma pequena ressalva aos avanços e conquistas que a Administração Petista teria alcançado nos dois anos de governo sem detalhar como estas conquistas ocorreram(ANEXO 7).

Algumas políticas setoriais mencionadas como avanços do PT em Campinas, na verdade acabaram por realçar, no texto, a distância entre o prefeito, alguns de seus secretários municipais e o partido. O texto identifica estes setores como aqueles onde foi implantada uma política de orientação petista. Esta separação, antes de criar uma unidade, caracterizando uma Administração Petista, permite visualizar que, na interpretação do partido, a Prefeitura estava dividida em dois blocos: de um lado aqueles secretários que estavam comprometidos com as orientações partidárias e, de outro, o prefeito que se afastava, cada vez mais, do modo petista de governar.

Nos itens 3, 4 e 5 da Resolução a formação de dois blocos no interior da Administração Petista fica explícita, bem como as críticas às práticas do governo de Bittar. As práticas políticas e administrativas de Jacó Bittar na Prefeitura de Campinas fugiam às resoluções do VIIº Encontro Nacional do PT. Nos termos do IXº Encontro Municipal, o projeto político de Bittar era de manutenção do poder centralizado nas mãos do prefeito, abrindo caminho para o personalismo e para o clientelismo. Com Bittar as práticas democráticas estariam limitadas, no município, às eleições para vereadores e prefeito.

Adotando um modelo clientelista e restringindo as práticas democráticas, o prefeito se distanciava do Partido dos Trabalhadores. Sua aproximação, agora às claras, com o governo estadual (Orestes Quércia) e federal (Fernando Collor) era a saída mais imediatista para a manutenção de seu projeto personalista no município e, certamente, o

desenvolvimento do projeto político pessoal do prefeito. O pragmatismo, segundo os itens 6, 7 e 8 das Resoluções, abria o espaço para os acordos políticos com os partidos que se opunham ao modelo de democracia e gestão municipal do PT, e o abandono das questões ideológicas que compunham a identidade do Partido dos Trabalhadores.

O Diretório Municipal do PT reconheceu a existência de dois campos políticos antagônicos no interior da Prefeitura, ao mesmo tempo que considerou o projeto político de Jacó Bittar irreconciliável com o do partido (item 9). As eleições no sistema político burguês abriram espaço para o distanciamento entre o partido e o candidato eleito. Legalmente não era possível afastar o prefeito em função do seu litígio com o partido eleito. Restava ao PT retirar-se da Administração Municipal ou pactuar com as práticas do prefeito. Se o partido continuasse a ocupar o aparelho de Estado burguês estaria fazendo opção pela exclusão das organizações populares do poder, além de abrir mão da prática da democracia direta e da gestão municipal colegiada com representação popular. Em Campinas, na solução da crise da administração petista, prevaleceu os interesses das minorias aliadas dos quadros políticos conservadores, alheios aos interesses dos movimentos populares, que haviam eleito o Partido dos Trabalhadores em 1988.

O IXº Encontro Municipal do PT de Campinas teve a peculiaridade de reunir uma grande parte dos quadros do partido. Mas, fundamentalmente, foi um Encontro que refletiu a vontade das bases do partido durante as discussões para decidir o futuro das relações entre a Prefeitura e o Partido dos Trabalhadores. A militância do PT em Campinas, os representantes de núcleos e pré-núcleos e filiados em geral, presentes ao IXº Encontro Municipal, assumiram que a postura política do prefeito Jacó Bittar não representava as

diretrizes do partido, nem qualquer avanço que pudesse significar uma visão mais objetiva e pragmática da prática política. As posições políticas assumidas pelo prefeito Jacó Bittar representavam um afastamento em relação às bases do partido e de seus interesses políticos, ou seja, o de transformar a Administração Municipal de Campinas numa Administração Popular, delegando poderes às organizações de base, aos movimentos populares e sociais.

A oposição ao prefeito Jacó Bittar, decidida no IXº Encontro Municipal (extraordinário) tinha o apoio das lideranças sindicais do município e região. Num documento enviado ao Diretório regional do PT-SP, datado de março de 1991, cento e cinco dirigentes sindicais se colocaram de acordo com as resoluções do IXº Encontro Municipal de não considerar mais petista a Administração de Campinas. O documento assinado pelos dirigentes sindicais é finalizado com a seguinte afirmação:

“nós, que lutamos pela eleição de um sindicalista para prefeito municipal estamos convencidos de que não é o programa político que defendemos aquele que é aplicado hoje pelo governo (...) e que o Diretório Regional (...) deve estar sensível às decisões das bases partidárias já reafirmadas no IXº Encontro e ter a consciência de que não respaldá-las trará enormes prejuízos para todo o trabalho do Partido no movimento social”.<sup>118</sup>

---

<sup>118</sup> O documento foi enviado ao Diretório Regional do PT-SP em março de 1991 quando este deveria deliberar sobre o Encontro de Campinas. Assinaram o documento dirigentes do Sindicato dos Eletricitários, Sindicato dos Metalúrgicos, Sindicato dos Condutores, Sindicato dos Trabalhadores da Purificação de Água e Esgoto, Sindicato da Construção Civil, Servidores da Unicamp, Sindicato da Agricultura, Sindicato das Empregadas Domésticas, Servidores Públicos Municipais, Sindicato dos Petroleiros, Sindicato dos Metalúrgicos, Sindicato dos Correios e Telégrafos, diretores da CUT/Estadual-SP e da CUT Regional I e vereadores.

Também apoiou as resoluções do Encontro uma parte da bancada de vereadores petistas em um documento onde os signatários acataram a decisão de desvincular a Administração Municipal do Partido dos Trabalhadores. Assinaram o comunicado dos vereadores do PT de Campinas, datado de 30 de janeiro de 1991, Carlos Signorelli, Luciano Zica, Vanda Russo e José Carlos Faria. Deixaram de assinar o documento de apoio às resoluções do Encontro os vereadores do PT Arlindo Dutra e Alcides Mamizuka.

O Partido dos Trabalhadores, a partir das Resoluções do IXº Encontro Extraordinário Municipal, reconhecidas pelo Diretório Municipal, declarou-se desvinculado da Administração Municipal de Campinas. O PT estabeleceu como meta a retomada do crescimento do partido no município, na condição de partido de oposição, na reconstrução dos núcleos de base e no retorno do partido aos movimentos populares.

O conflito entre a Administração Municipal e o partido tornou-se insolúvel no momento em que as bases partidárias deixaram de ser tratadas pelos aliados do prefeito como peças de sustentação do governo popular. No momento em que a Prefeitura adotou medidas que não tinham apoio das bases - por estas não terem sido consultadas e por não estarem sustentadas por um programa de governo elaborado democraticamente - a legitimidade do governo municipal, enquanto governo petista, passou a ser questionada frente aos compromissos assumidos na campanha de 88 que se constituíram no motivo do apoio popular ao Partido dos Trabalhadores e um dos fatores da sua vitória eleitoral.

Para um partido de massas socialista, nos moldes propostos pelo PT, governar exclusivamente a partir de seus quadros era governar sem legitimidade. Trocar as decisões coletivas por medidas técnico-administrativas, desvinculadas de um debate político,

significa eliminar os impulsos que levaram a militância partidária a investir na vitória eleitoral, apostando nas transformações que se processariam. Com o apoio da militância retirado dos quadros do Partido dos Trabalhadores no Poder Executivo Municipal desapareceram as razões do partido, como um todo, continuar exercendo este mesmo poder, sob o risco de vir a perder a sua identidade e, conseqüentemente, os seus eleitores em eleições futuras. Longe do poder em Campinas, o PT procurou recuperar o perfil - com o qual ele se identificava com as suas bases - de partido de massas e socialista, buscando reconstruir os núcleos e, novamente, seguro de sua identidade, se lançar às próximas eleições.<sup>119</sup>

Uma vez que o Partido dos Trabalhadores se constituiu - a partir dos movimentos populares, movimentos sindicais e estudantil ou de organizações de base da igreja, principalmente a católica - como um partido de massas e socialista, o abandono do seu universo social e político por parte do partido no poder gerou a reação por parte daqueles que se sentiam responsáveis pela formação do partido no município e, fundamentalmente pela sua vitória nas eleições municipais de 88 em Campinas. Voltar às bases e aos núcleos partidários significou perder a Prefeitura e retornar à identidade do partido.

---

<sup>119</sup> A este respeito consultar o *Caderno de Debates* nº11, de abril de 1991, destinado a discussão interna do PT-Campinas em preparação para o Xº Encontro Municipal marcado para 28 de abril de 1991. As teses apresentadas no Caderno nº 11 fazem um balanço da atuação petista em Campinas e as estratégias para os próximos anos. São particularmente elucidativas as teses de Carlos Signorelli, "Os Desafios do Xº Encontro Municipal do PT de Campinas"; a tese de Roberto Batista da Silva, "Fortalecer o PT a Partir dos Movimentos Sociais"; a de Gastão Wagner de Souza, "Retomar a Luta"; e a de Valter Pomar, "Articulação, sem Sectarismo nem Pragmatismo".

## ANEXOS

ANEXO 1: NOTÍCIAS SOBRE O PT NA ADMINISTRAÇÃO DE CAMPINAS -

FEVEREIRO DE 199

DATA	MATERIA
01	Mais um conflito entre a PMC e o Partido dos Trabalhadores. Jacó Bittar é acusado de negociar privilégios na Prefeitura Municipal de Campinas. O novo secretário de administração nomeado por Jacó Bittar é vetado pelo PT.
02	Câmara de Vereadores de Campinas quer instalação de CPI para apurar denúncias de irregularidades na administração de Jacó Bittar. As relações entre a Prefeitura e o Partido dos Trabalhadores será discutida no partido.
03	Jacó Bittar nega as acusações de ex-secretário da Administração sobre benefícios ilegais de aposentadoria concedidos ao Prefeito e ao Vice-Prefeito. O Diretório Municipal do PT-Campinas discutirá as acusações contra o Prefeito.
04	Câmara de Vereadores decide se apura acusações de irregularidades contra o Prefeito Jacó Bittar.
06	Câmara de Vereadores vai apurar denúncias contra Jacó Bittar. O Partido dos Trabalhadores de Campinas vai discutir internamente as acusações contra Jacó Bittar.
07	PSDB pede que Jacó Bittar deixe o cargo. PT quer provas de ex-

secretário da Administração das acusações feitas a Jacó Bittar

- 09 Partido dos Trabalhadores recebe as provas das denúncias contra Jacó Bittar
- 16 Jacó Bittar depõe perante a Comissão Interna do Partido dos Trabalhadores sobre as acusações de Ricardo Schulman

FONTE: CORREIO POPULAR - CAMPINAS

ANEXO 2: NOTÍCIAS SOBRE O PT NA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL - MARÇO

DE 1990

DATA	MATERIA
02	Ex-Secretário da Administração, Ricardo Schuman, depõe na CEL Partido dos Trabalhadores apresentará relatório das denúncias contra Jacó Bittar
04	Partido dos Trabalhadores nega informações sobre o caso do ex-secretário da Administração Ricardo Schuman
06	PT exume Jacó Bittar da culpa das acusações do ex-secretário da Administração Ricardo Schuman
08	PT faz nova reunião para avaliar o caso do ex-secretário da Administração Ricardo Schuman
10	RMC determina sigilo na apuração das irregularidades do concurso público para o município. Diretório Municipal do PT-Campinas encerra caso das acusações do ex-secretário da Administração contra Jacó Bittar.
14	Comissão inicia investigação de irregularidades no concurso público municipal.
15	AR 3 é acusada de executar serviços particulares
24	Jacó Bittar vai à justiça contra ex-secretário da Administração

FONTE. CORREIO POPULAR - CAMPINAS

### ANEXO 3: CONTRIBUIÇÃO AO SEMINÁRIO INTERNO

#### PT - CAMPINAS

“No intuito de contribuir com o seminário de avaliação de um ano da administração municipal - que reputamos decisivo para o resgate da unidade e sobrevivência do PT em Campinas - decidimos também abordar algumas questões.

A falta de definições, quanto às atribuições do Executivo e do Diretório, levou o Prefeito a negligenciar o espírito partidário e o compromisso com todos os militantes, assumindo posição individualista, característica de governos tradicionais que sempre combatemos. Temos a impressão de que ele, por ser fundador do PT, ex-líder sindical de renome nacional e internacional e por ser, também, ex-candidato a Senador, coloca-se numa posição acima dos petistas que comandam o Partido em Campinas.

Os Secretários que não concordam com sua postura individualista deveriam ter se dirigido ao Diretório Municipal para colocar as divergências e mobilizar as bases para uma tomada de posição conjunta. Alguns, sem avaliarem os danos ao PT, foram à imprensa - a mesma que tanto criticamos quando nos atacam - para fazer críticas e denúncias abertas ao Prefeito. Aliás, numa atitude de quem está fora do

PT, o qual deveria estar acima de qualquer mesquinha humana. Resultando, daí, um desentendimento interno que deu farta munição aos nossos adversários.

Além disso, o Partido passou o ano discutindo nomes. Nenhum componente do Diretório compareceu às AR's; nenhuma orientação política foi discutida com os Administradores Regionais. Os Vereadores também não foram às AR's. Verificou-se divergências de personalidades entre o Prefeito, o Secretário-Geral do PT-Campinas e o presidente da Câmara Municipal de Campinas.

Essa crise, que vem se arrastando e se agravando a cada dia que passa, já poderia ter sido resolvida, se na plenária de agosto de 1989 o Prefeito tivesse participado e colocado para a militância o que entende por governar com o Partido. Lamentavelmente, frente ao impasse, as Executivas Estadual e Nacional preferiram apoiá-lo e lhe dar poderes monárquicos.

Devido aos desencontros, que continuam ocorrendo entre ele e o Partido, houve geração de desconfiança, dúvidas e afastamento da outrora determinante, confiante e aguerrida militância. Em razão disso, 25 Núcleos voltaram à condição de Pré-Núcleos.

A situação se torna mais crítica quando verificamos o Prefeito ignorando os sindicatos das empresas municipais; os Secretários, ao não terem respostas às

reivindicações do povo, aplicando a prática condenável do chá de banco em seus representantes; a maioria de nossos vereadores trocando o trabalho de conscientização política pelo tradicional paternalismo, na busca de futuros votos e, no Diretório, a maioria das secretarias só existindo na teoria.

Em resumo, contata-se que ele - o Prefeito -, Partido, alguns Vereadores e alguns Secretários não seguiram exatamente o que a militância esperava deles.

Acreditamos que este seminário colocará o interesse individual subordinado ao interesse coletivo, retomará o caminho e reacenderá a chama da esperança naqueles sonhadores dispostos a brigarem por uma sociedade mais justa.

Colaborando para que isso ocorra, colocamos para debate os seguintes temas:

1. Disciplina e ética partidária deverão ser seguidas com rigor em relação ao filiado que se utiliza da mídia para atacar outro filiado.

2. Sentarem-se à mesa para acerto das divergências personalistas, o Prefeito, o Secretário-Geral do PT-Campinas e o Presidente da Câmara Municipal de Campinas. Convidar o Lula para mediador deste encontro. Outro não conseguirá resultado positivo.

3. Na teoria é fácil falar em ideologia, mas, numa cidade com buracos, mato e entulhos, é extremamente difícil na prática. Convocar os Secretários das Finanças

e da Administração para irem às AR's confirmar a falta de máquinas e funcionários para executarem os serviços. Talvez assim, eles liberem verba e funcionários para as AR's. Sem dúvida, é um absurdo quando se sabe que o Coordenador das AR's tem que persuadir estes Secretários para conseguir verba e funcionários para as AR's. Enquanto se discute ideologia, nomes e relação entre Partido e Prefeito, os buracos proliferam, o mato cresce e os montes de entulhos aumentam, todos por falta de recursos.

4. Atuação do Prefeito nas AR's; orientando e ajudando na conscientização política do povo.

Campinas, 07 de março de 1990

Assinam este documento:

Antônio Conceição de Oliveira/Núcleo Flamboyant

Carmem Monzani/Núcleo Flamboyant

Benedito Donizete Pontes/Núcleo Flamboyant

Benedito Vicente Vieira/Núcleo Flamboyant

Hermelindo de Oliveira/Núcleo Flamboyant

Joacir Ferreira de Pádua/Núcleo São Bernardo

José Maurício de Camargo/Núcleo Flamboyant

José Raimundo de Moraes/Núcleo São Bernardo

Luís Donizete Cardoso/Núcleo São Bernardo

**Marcos Pansardi/Núcleo São Bernardo**

**Moacir Monzani/Núcleo Flamboyant**

**Valdemir Dutra Santana/Núcleo Flamboyant”**

ANEXO 4: NOTÍCIAS SOBRE O PT NA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL - MAIO DE

1990

DATA	ASSUNTO
16	Vice-Prefeito, Antônio Costa Santos, pode deixar Secretaria de Obras e Planejamento
18	Jacó Bittar admite que quer tirar Antônio Costa Santos da Secretaria de Obras e Planejamento. A crise política da administração municipal em Campinas passa a ser discutida a nível estadual. Bittar x PT
19	Antônio Costa Santos é exonerado da Secretaria de Obras e Planejamento. A crise do PT de Campinas passa a ser debatida em encontro estadual.
20	O novo Secretário de Obras e Planejamento que não pertence ao PT e assume com o projeto de dinamizar grandes obras.
22	Antônio Costa Santos atribui a sua saída da Secretaria de Obras e Planejamento à exigência de Orestes Quêrcia. PT pode romper com prefeito em Campinas
23	Partido dos Trabalhadores de Campinas convoca Jacó Bittar para explicar a crise com Antônio Costa Santos. Já se fala na demissão de Marco Aurélio Garcia, Secretário de Cultura, Esportes e Lazer, devido ao apoio dado a Antônio Costa Santos.
24	O Partido dos Trabalhadores - SP decide tutelar a crise do Partido dos

Trabalhadores - Campinas.

FONTE: CORREIO POPULAR-CAMPINAS

ANEXO 5: QUADRO DAS DECISÕES DOS NÚCLEOS DO PT DE CAMPINAS SOBRE  
A CRISE ENTRE O PARTIDO E A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

núcleo	presenças	avaliação
Boa Vista	12	Necessidade de enquadrar Jaconi Bittar
Saúde	30	o Prefeito é responsável pela crise mas há necessidade de acordo entre as partes
Centro	14	a discussão não avançou, tendo sido retomado o caso Schulman e responsabilizada a CEM por não apoiá-lo
B. Geraldo	12	a ruptura entre o Prefeito e o Partido dos Trabalhadores já ocorreu, resta formalizar
Swifi	13	Estabelecer condições de conduta para o Prefeito que se não forem respeitadas deverá-se levar Jaconi Bittar a Comissão de Ética
P. Universitário	15	A reunião foi convocada sem o conhecimento da CEM. Estavam

		presentes Jacó Bittar e dirigentes das AR's. Foram feitas várias acusações ao DM
Regente	20	Jacó Bittar e Tominho estavam presentes. O Prefeito coloca vontade de governar com o PT mas não "abre mão de nada". Não houve deliberação
Campos Eliseos II	12	Estabelecer condições para a conduta do Prefeito. Se não forem seguidas é necessário excluí-lo do Partido
S. Bernardo/V. Rica/J. Lago	27	Pedir para Jacó Bittar renunciar ou expulsá-lo do partido
Santa Lúcia/Jd. Yeda	50	É preciso determinar diretrizes para enquadrar Jacó Bittar
Funcionários da PMC	80	Uma parte já considerou o Prefeito rompido com o partido e outra quer dar mais uma oportunidade
C. Eliseos I	15	Jacó Bittar tem que se enquadrar e participar dos fóruns do PT ou então estará se auto-excluindo

Esmeraldina	08	Determinar condições de atuação de Jacó Bittar
S. Vicente	16	Jacó Bittar deve ser excluído do PT
V. Ipa/Esmer /Swift/S. Vicente	25	A discussão correu contra Jacó Bittar
Nova Europa	20	Uma parte propõe a ruptura com o Prefeito; representantes da PMC são contra; críticas a CEM e ao Tominho (Antonio da Costa Santos); a maioria critica a postura do Prefeito
Oroz. Maia	15	Críticas a CEM; decide a crise com Jacó Bittar
J. Florence	12	Que seja aprovado em plenária do partido um documento de compromisso do Jacó Bittar com o PT; caso não se cumpram os compromissos que se rompa com o Prefeito
Barão - Centro	13	Uma plenária deve definir as condições de atuação do Prefeito e

		apoia linha da CEM
Costa e Silva	12	Não houve conclusão da discussão. Alguns apoiam a ruptura do partido com o Prefeito
P. Valença	13	Uma plenária deve encontrar a saída para a crise. As críticas ao Prefeito foram feitas pela falta de melhorias no bairro
J. Melina	10	as mesmas conclusões do P. Valença
Trab. Sociais	12	O núcleo estava dividido. Devem escrever um texto sobre suas posições
Jardim Flamboyant	09	Jaco Bittar não aceita resoluções do partido. Deve ser chamado pelo partido e se não houver mudanças da parte do Prefeito, este deve ser excluído do partido
Vila Industrial	12	Os núcleos estavam indefinidos. Deverão fazer nova reunião. Antônio da Costa Santos e

		representantes das AR's estavam presentes
Centro (2ª)	08	Fechou um documento com a mesma posição do núcleo
Barão Geraldo (2ª)	30	Pede a renúncia de Jacó Bittar, se não renunciar deve ser excluído do partido
O. Maia (2ª)	12	Touinho presente e CEM ausente da reunião, críticas à CEM e críticas à administração, sem posição definida
São Marcos	23	Militantes se recusam a novas reuniões como forma de protesto a Jacó Bittar, PT deve impor seu secretariado e rearticular os movimentos populares, expulsão automática de Jacó Bittar do PT
Nóbrega	10	não houve relatório
Estudantes da Unicamp	12	Não houve relatório
Petroleros	07	Apóia encaminhamento dado por Jacó Bittar

Metalúrgicos	14	Plenária deve tirar resolução para enquadramento do Prefeito no Partido
Jardim Aurélio	09	Plenária deve tirar resolução para solucionar o problema
TOTAL	570	

FONTE: DIRETÓRIO MUNICIPAL PT-CAMPINAS

ANEXO 6: NOTÍCIAS SOBRE O PT NA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL -

NOVEMBRO DE 1990

DATA	ASSUNTO
01	Jacó Bittar evita falar sobre a crise com o PT
07	Jacó Bittar passa de socialista a pragmático
11	Jacó Bittar sobe no palanque com Orestes Quercia
14	Vice-Prefeito envolve Jacó Bittar na concorrência fraudulenta do metrô de Campinas
17	Jacó Bittar x PT no apoio a Orestes Quercia
23	PT adverte quem apoia Fleury Filho
24	Inaugurado o metrô de superfície de Campinas

FONTE: CORREIO POPULAR-CAMPINAS

## ANEXO 7: RESOLUÇÕES DO IXº ENCONTRO MUNICIPAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES-CAMPINAS

### “O GOVERNO DE CAMPINAS NÃO É MAIS PETISTA

1. Em novembro de 1988, o PT venceu as eleições municipais em Campinas e em outras 35 cidades brasileiras, responsáveis por mais de 1/3 da produção industrial do país. O PT assumiu a direção destas prefeituras com três grandes objetivos. Em primeiro lugar, estabelecer a participação popular no governo, a democratização da máquina governamental e a descentralização decisória. Em segundo lugar, inverter as prioridades administrativas, privilegiando o atendimento das necessidades da maioria da população. Em terceiro lugar, fazer das administrações um ponto de apoio para a luta democrática, popular e socialista.

2. Apesar dos ataques das elites, e superando as dificuldades do próprio PT, são constatáveis avanços importantes em vários setores da Prefeitura Municipal de Campinas. Onde foi aplicada uma política de orientação ou inspiração petista, registraram-se avanços substanciais na relação com os funcionários e com a população; obtiveram-se visíveis melhorias no aproveitamento dos recursos públicos; comprovaram-se nossa disposição de trabalho, nossa capacidade técnica e

sensibilidade social; tomaram-se medidas beneficiando os setores desfavorecidos; mostrou-se enfim, o potencial do governo PT.

3. Entretanto, a orientação petista é minoritária no conjunto da administração. A orientação predominante é aquela patrocinada pelo Prefeito, que despreza a adoção de um plano de governo, não investe na descentralização, na democratização e na participação popular, abandona a política de inversão de prioridades. É uma política que advoga a neutralidade do espaço governamental, aproxima-se politicamente dos governos estadual e federal, aplica uma política de alianças contraditórias com a do partido, adota métodos fisiológicos na relação com a Câmara Municipal. Ao mesmo tempo, aproxima-se do empresariado, assume um discurso conservador inspirado no neo-liberalismo, mantém uma relação populista com a sociedade e ataca sistemática e deliberadamente o partido, especialmente sua direção local. Trata-se de uma política em absoluta contradição com as resoluções partidárias, especialmente as do 7º Encontro Nacional.

4. Para aplicar sua política, o prefeito colocou as secretarias centrais (finanças, obras e administração) sob controle de pessoas sem vínculo com o PT e até mesmo sem vínculos com a nossa proposta de governo. Os poucos setores da Administração que tentaram aplicar a linha partidária não recebem apoio em sua luta contra o quercismo e a direita. Desta forma, os sucessos obtidos pelo PT na administração acabam servindo de cobertura da esquerda para a política adotada pelo prefeito.

5. Tal política não corresponde àquela proposta pelas resoluções do 7º Encontro Nacional do PT. A “neutralidade” e o “pragmatismo” defendidos pelo prefeito são uma reedição do que há de mais velho e conservador na política. Segundo esta tese, caberia exclusivamente ao partido a obrigação de criticar ou se contrapor às ações de nossos adversários políticos. Este argumento tenta justificar a velha relação de fisiologismo, de subordinação e de adesismo dos prefeitos em relação aos governadores e presidentes. Tal postura enfraquece a luta, não só do PT, mas de amplos setores da sociedade, em prol da democratização do país, da redistribuição de renda, pela adoção de políticas sociais mais justas e contra o projeto neo-liberal. Os prefeitos podem manter uma postura de independência, de dignidade política e ética, sem com isso prejudicar os interesses de suas cidades. Os prefeitos podem e devem se reunir com governantes - mesmo de partidos adversários - com o objetivo de conseguir benfeitorias sociais. Mas não podem abster-se da crítica e do confronto quando se faça necessária. Pelo espaço que desfrutam, têm a obrigação - se pretendem representar os interesses da maioria - de afrontar e comandar a resistência frente às discriminações contra a cidade, em particular contra a população mais carente. A tese do “pragmatismo” é a subordinação às regras do jogo; a “neutralidade” é a política dos conservadores. É sem dúvida o caminho mais tradicional de se governar numa situação de recessão, em que a prefeitura não dispõe de recursos. Pode inclusive parecer o caminho “mais fácil” - mas não é o caminho petista. Não foi com esta tese que nos elegemos e não é com ela que pretendemos governar.

6.A consequência daquela política tem sido a aproximação pública com Collor e com Quéricia, acompanhada da diluição de nossas diferenças ideológicas, políticas e administrativas com eles. Como resultado, dá-se uma cobertura de esquerda a seus governos de direita. Abdica-se simultaneamente da prefeitura como um dos instrumentos da luta política, colocando-se o objetivo de realizar uma “boa administração” como exclusivo e contraditório com a necessidade de travar o embate político. Em nome das “realizações”, abandona-se as “transformações”.

7.A política do “pragmatismo” implica também em acordos com partidos adversários, ultrapassando o leque de alianças previstas pelo PT a nível nacional e realizando negociações na Câmara Municipal que abrem espaço, no governo, para representantes da direita. De fato, o prefeito não considera a bancada do PT como a sua bancada; estabelece outros vereadores como seus interlocutores oficiais, ao mesmo tempo em que os petistas chegam por vezes a ser os últimos a saber das negociações. Negociações estas que alimentam o clientelismo e o paternalismo, chegando ao ponto de desestimular organizações criadas pelo movimento popular em favor de acordos com vereadores.

8. Outro resultado da política “pragmática” são as negociações sem transparência com setores empresariais e as concessões feitas no terreno ideológico. Agradecer aos empresários por cumprirem suas obrigações legais, alterar investimentos sociais em função da acomodação de interesses do capital, abster-se de tomar partido em conflitos patrimoniais envolvendo o movimento popular -

todas estas são características de qualquer governo tradicional, de uma política inadmissível para o PT.

9. Finalmente, o atual governo municipal adotou uma orientação político-administrativa que não possibilitou qualquer avanço na participação popular, nas relações sociais. Passados dois anos de governo, é fácil constatar que avançaram os contatos e acordos com nossos adversários de classe. Mas com os sindicatos, as associações de bairro, os movimentos populares não há avanço. Há, isto sim, uma clara postura populista, que se caracteriza pela manipulação oportunista de causas populares, em muitos casos, e numa política autoritária, por vezes de coerção, de relações duras, tensas, de enfrentamento e de desconfiança com o movimento social e popular organizado.

10. Onde também fica evidente que o governo de Campinas deixou de ser petista é no seu relacionamento com o funcionalismo público. Foram tomadas atitudes de características patronais, faltando transparência em várias negociações, demitindo-se trabalhadores estáveis, solicitando-se proteção policial sob o pretexto de preservação do patrimônio público. Some-se a isso o posicionamento do prefeito, contra a estabilidade do servidor público, taxando-a de corporativa, advogando a privatização dos serviços públicos, por considerá-los ineficientes, fazendo eco ao discurso de Collor.

11. Em condições normais, esta avaliação - que se confronta com o que é central no governo municipal - deveria levar a uma mudança na linha político-administrativa adotada pelo prefeito. Entretanto, Jacó Bittar rompeu com o partido e

não reconhece a legitimidade deste Encontro, num gesto de intransigência de quem já disse não pretender alterar sua orientação política.

12. Diante do fracasso de todas as alternativas feitas pelo partido, no sentido de alterar aquela orientação, só nos resta tornar público que a Administração Municipal de Campinas não é mais petista. Apesar dos vários setores da administração terem lutado pela implementação da política petista, a linha político-administrativa global da prefeitura não é aquela que nos levou à vitória em 1988, não é aquela defendida pelo PT em seus Encontros Municipais, Estaduais e Nacionais, não é aquela que faz o PT ser um partido diferente dos outros. A Administração Municipal responde ao comando único do prefeito Jacó Bittar, que rompeu unilateralmente com o nosso partido para poder desenvolver uma política contrária à nossa. Diante disso FORMALIZAMOS PUBLICAMENTE A RUPTURA ENTRE O PT E A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE CAMPINAS.

Campinas, 27/01/91

PARTIDO DOS TRABALHADORES

Diretório Municipal de Campinas”

CAP. VII: VALEU A PENA? UM BALANÇO DA CRISE, A TÍTULO DE CONCLUSÃO

O Partido dos Trabalhadores chegou ao poder em Campinas em 1989 e saiu em 1991. Foram dois anos no exercício do poder municipal e de crises entre segmentos do partido: de um lado, o quadro partidário na Administração Municipal, e de outro, o segmento articulado em torno do Diretório Municipal e dos núcleos do PT em Campinas. O primeiro estava centrado em torno do prefeito municipal e alguns de seus secretários. Adotou uma postura pragmática na gestão do município e considerava as diretrizes do partido como um entrave à execução das políticas setoriais. O grupo ligado ao prefeito Jacó Bittar distanciou-se das bases do partido e adotou medidas administrativas que procuravam atender às demandas da população, aparentemente despolitizando a atuação da Prefeitura e o caráter classista do PT. As decisões políticas e administrativas na Prefeitura foram tomadas exclusivamente pelo Executivo, abandonando o projeto de gestão colegiada do município e o papel político do Partido dos Trabalhadores como organizador de uma administração democrática de participação direta da população organizada.

O Diretório Municipal do Partido dos Trabalhadores e grande parte das bases partidárias exigiam que a Administração do município seguisse as diretrizes do partido quanto à prática da democracia e ao projeto político da Administração Municipal, respeitasse os compromissos de campanha, se empenhasse na criação dos Conselhos Populares e elaborasse um programa de governo com ampla participação popular.

Entre os quadros do partido que compunham a Administração Municipal havia uma separação entre aqueles que propunham uma administração independente do partido e aqueles que viam nas suas diretrizes as bases da ação política e administrativa da Prefeitura. Portanto, na crise política da Prefeitura petista de Campinas não foi possível

considerar os quadros do Partido dos Trabalhadores na Prefeitura como um bloco homogêneo em oposição ao Diretório Municipal. Entre secretários municipais e assessores havia uma forte oposição às intenções do prefeito Jacó Bittar de governar longe do controle partidário.

O apoio ao prefeito vinha de uma pequena parte do secretariado, alguns de seus assessores diretos e dos setores mais conservadores da sociedade de Campinas. A base conservadora foi identificada quando, em um determinado momento da crise, na sua reta final, em 1990, o PT foi apontado pelo prefeito e pela grande imprensa local<sup>120</sup> como sendo o empecilho para o bom desempenho da administração de Jacó Bittar.

Para o prefeito e seus aliados, o Partido dos Trabalhadores não agia de acordo com as necessidades impostas pelo cotidiano da Administração Municipal. O Partido dos Trabalhadores, afirmavam, exigia do prefeito e da equipe na Prefeitura uma postura de compromisso programático e ideológico que ia de encontro às necessidades mais imediatas da população. O partido insistia em cobrar da equipe no governo decisões democráticas e amplamente discutidas em fóruns que reuniam representantes da população organizada, do PT e da Administração Municipal para as soluções dos problemas do município. Na opinião do prefeito Jacó Bittar o PT insistia em implantar uma administração colegiada e com isso havia se transformado num obstáculo para a agilização da Administração.

Considerando a história política do município de Campinas - onde havia predominado partidos que deram pouco ou nenhuma importância à participação popular e

---

<sup>120</sup> Os jornais de maior circulação no município de Campinas que noticiavam a crise entre a Administração Municipal e o Partido dos Trabalhadores eram o *Diário do Povo* e o *Correio Popular*. Os dois jornais

governado a cidade em nome dos interesses das elites econômicas - o fator de diferenciação da Administração Petista era o compromisso do partido com a participação popular para a distribuição de verbas e a implantação dos programas municipais.

Na ótica do Diretório Municipal do Partido dos Trabalhadores, a história de formação do partido, bem como o compromisso com um programa democrático e socialista, havia se constituído no componente que diferenciava o partido no país e no município e destacou o PT dos seus concorrentes no período eleitoral.<sup>121</sup> Segundo a direção do PT de Campinas, foram as diretrizes do partido que garantiram a sua identidade local e deveriam fazer da Administração Petista um marco de inovação da história política do município.

O Partido dos Trabalhadores, no governo municipal, deveria representar os interesses da maioria de uma população até então excluída das decisões sobre os rumos do município. Este era um compromisso histórico, ligado à formação do partido em Campinas e à sua identidade, mas era também um compromisso vinculado à vitória eleitoral do PT no município em 1988. Foi a população organizada, os movimentos populares da população periférica, os sindicatos de trabalhadores e as CEB's os responsáveis pela vitória nas eleições para a Prefeitura. O PT pretendia, assim, manter sua identidade de partido classista no poder.<sup>122</sup>

---

representavam os setores políticos mais conservadores, sendo um deles de propriedade do governador de São Paulo e ex-prefeito de Campinas Orestes Quércia.

<sup>121</sup> Ver a este respeito CESAR, Benedito Tadeu. "Conclusão: A Originalidade do PT e sua Contribuição à Democracia no Brasil" in op. cit.

<sup>122</sup> CESAR, Benedito Tadeu, op. cit. pag. 298-301

O choque entre a direção do Partido dos Trabalhadores, adepta de uma Administração Municipal de orientação programática e alguns quadros da Administração Municipal, adeptos de uma administração pragmática, foi um passo importante para o rompimento entre a Administração e o partido. Mas não explica todo o processo. Algumas perguntas podem clarear o rompimento do PT com a Administração Municipal em Campinas. Por que o Partido dos Trabalhadores se dividiu quando conquistou a Prefeitura? Mesmo dividido, por que o rompimento com a Administração Municipal e a saída do partido do governo foi a única solução apresentada pelo Diretório e as bases do PT diante da crise política?

A divisão interna do PT na Prefeitura de Campinas refletia a condição do partido no município. O partido era formado por correntes e tendências que mantinham uma aproximação maior ou menor com suas bases locais. O prefeito Jacó Bittar estava mais próximo da Articulação e esta, por sua vez, não mantinha no município vínculos muito estreitos com os movimentos populares. Estas divergências surgiram durante a escolha do candidato a prefeito junto aos núcleos do PT em Campinas. Este aspecto é importante para explicar as divergências que resultaram na crise da Administração Petista: a visão do partido de base, ligado aos movimentos populares, em oposição a uma concepção de partido mais vinculado aos quadros e sua autonomia frente a massa partidária.

Um outro aspecto aponta para o ambiente político que proporcionou o desenvolvimento da crise: a condição legal de exercício do poder na democracia presidencialista burguesa concede autonomia ao Poder Executivo diante das pressões populares, na escolha das políticas públicas e das prioridades de governo para o município.

Esta autonomia ia de encontro ao que se pretendia construir como um governo democrático e socialista petista.

Se na época o PT ainda tentava definir qual o socialismo que se pretendia implantar - em oposição ao modelo soviético e à social-democracia - por sua vez a prática da democracia nos governos petistas já se encontrava definida nos encontros do partido, através da criação dos Conselhos Populares e consultas permanentes à população organizada nas administrações petistas. A conquista da democracia era um objetivo que deveria anteceder o socialismo, “uma conquista que deveria ser mantida e alargada como um caminho para a construção do socialismo.”<sup>123</sup>

A partir deste momento a solução deixou de ser conciliatória: o prefeito pediu menos tutela do partido nas suas ações de governo e o Diretório Municipal do partido, por sua vez, pediu uma administração comprometida com a prática democrática vinculada às bases e aos Conselhos Populares. Resta saber porque a crise chegou ao rompimento entre o Partido dos Trabalhadores e administração municipal.

O partido chegou ao poder a partir da mobilização das bases e do apoio dos movimentos populares organizados em associações de moradores, sindicatos e Comunidades Eclesiais de Base. A crise econômica e política do governo federal exerceu uma grande contribuição para a vitória do PT em Campinas, mas não se pode perder de vista que a crise nacional era um ingrediente que poderia agir a favor de qualquer um dos partidos de oposição.

---

<sup>123</sup> CESAR, Benedito Tadeu; op. cit. pag. 323

No entanto o grande beneficiado no município foi o Partido dos Trabalhadores na medida em que a sua proposta de governo priorizava a ampla participação popular. Participação que tinha suas origens nas bases municipais do partido, na tradição partidária de mobilização da população periférica e na condição do PT de porta-voz das camadas sociais politicamente excluídas nas gestões anteriores em Campinas.<sup>124</sup>

Quando venceu as eleições municipais de 1988 e começou a administrar Campinas, o compromisso do Partido dos Trabalhadores continuou sendo, prioritariamente, com os segmentos sociais que o tinham formado e eleito o prefeito petista. Este compromisso havia sido firmado entre os núcleos do PT e o Diretório Municipal durante a campanha eleitoral, não permitindo a atuação dos quadros partidários desvinculados das bases no exercício do poder municipal. Com a vitória nas eleições municipais em Campinas, o partido se mobilizou para fazer valer os compromissos de campanha voltados para a inserção das massas - em sua maioria a população periférica - no processo de definição de prioridades de governo. Era uma decisão política que ia de encontro à estrutura de poder existente na Prefeitura.

A crise política surgiu e se desenvolveu em duas estruturas opostas. De um lado o Executivo que até a vitória do PT nas eleições municipais havia funcionado sem recorrer às consultas populares regulares e institucionalizadas, a não ser em período eleitoral. Do outro, o Partido dos Trabalhadores que procurava transpor para o aparelho de Estado a prática de democracia interna ao partido. Como partido de massa, esta transposição era

---

<sup>124</sup> COUTO, Cláudio Gonçalves; op. cit. cap. II: "O Modelo Originário do Partido dos Trabalhadores". CESAR, Benedito Tadeu, op. cit. Cap.: "Um Partido Classista Contemporâneo".

sustentada pelas bases partidárias, pelos núcleos e grande parte dos militantes petistas no município.

Teoricamente esta decisão pode ser entendida pela condição política dos movimentos populares em sociedades que geram um grande número de excluídos, uma vez que é através do partido de massa socialista - como foi definido por Umberto Cerroni - que uma grande parte dos movimentos sociais pode ter a oportunidade de se inserir na luta política. O PT fez este papel quando atuou como veículo de inserção política e porta voz das reivindicações de uma grande parte da população marginalizada e organizada. A proposta de organização social e prática política que o partido divulgou na disputa pelo poder municipal foi a mesma que originou e deu sustentação aos movimentos sociais por ele representado: a realização de mudanças na organização social vigente, conquistando direitos sociais mais amplos para as populações periféricas e minorias sociais e abrindo um espaço político para os grupos sociais que não participavam diretamente das decisões no interior do aparelho de estado no município.

Um partido político que se formou e foi sustentado por bases vinculadas aos movimentos sociais, teve que construir sua identidade no processo de luta pela transformação da organização social vigente. Este compromisso entre os movimentos populares e os partidos de massa socialistas que deles resultaram se manteve

“como um esforço coletivo para promover mudança, ou a ela resistir, na sociedade da qual se faz parte (...) e atuam de modo mais difuso e, quando bem-sucedidos, estabelecem pre-condições para mudanças de política ou de regime, questionando a legitimidade do sistema político em vigor (em

parte ou no todo), criando um clima de opinião diferente e propondo alternativas (...) são as forças que contestam um sistema estabelecido de ação histórica e procuram desviar o desenvolvimento da sociedade para um canal diferente”.<sup>125</sup>

Ficou estabelecido, assim, uma relação de dependência entre as duas instâncias: da parte dos movimentos, a sua ampliação e crescimento transformou as lutas inicialmente difusas - e cada uma delas com características locais e particulares - em lutas políticas mais amplas, englobando, inclusive, propostas de novas formas de organização social. Neste sentido pôde ocorrer a transformação destes movimentos em partidos políticos ou a sua vinculação a partidos já existentes. Esta aliança entre os movimentos populares e os partidos políticos - particularmente os de massa socialistas - tendeu a transformar tais partidos na extensão da atuação dos movimentos.

A inserção ou a transformação dos movimentos populares em partidos políticos estavam ligadas à capacidade de difusão do projeto de organização social elaborado por estes movimentos. Estes grupos

“em certo ponto de seu desenvolvimento, devem criar grupos políticos mais organizados, converter ou conquistar organizações políticas existentes, que possam empenhar-se diretamente na luta pelo poder e tenham a capacidade de utilizá-lo quando o tiverem conquistado de modo a reconstruir a sociedade”.<sup>126</sup>

---

<sup>125</sup> BOTTOMORE, Tom. Op. cit. pp. 38-42

<sup>126</sup> BOTTOMORE, Tom; op. cit. pp. 45-46

Os partidos políticos, por sua vez,

“constituem um meio indispensável para alcançar ou reter o poder e, portanto, para se poder implementar e administrar, por longos períodos, políticas sociais complexas.”<sup>127</sup>

O Partido dos Trabalhadores pertence a este quadro de partido político que se manteve ligado aos movimentos populares e à sociedade organizada. Foi representando estes segmentos marginalizados politicamente que o PT se formou durante a abertura política, nos últimos anos da ditadura militar.

Foi um partido que surgiu no interior da retomada das atividades dos movimentos sociais, quando a crise econômica e política se sobrepôs ao medo da repressão, no momento em que a organização social foi valorizada como forma de participação política dos segmentos periféricos da sociedade (sindicatos de trabalhadores, associação de moradores, minorias sociais, etc.).

O ressurgimento destes movimentos na década de 70 significou também o abandono da relação clientelista entre a sociedade civil organizada e o Estado. Foi o momento da adoção de uma postura autônoma em relação ao poder político instituído na forma dos partidos existentes e da afirmação do anti-estatismo. São movimentos que surgiram com uma estrutura interna de democracia fortemente ligada às bases. Esta nova postura em relação ao Estado foi válida para os movimentos sociais que atuavam nos bairros periféricos dos grandes centros urbanos e também para o movimento sindical que se

---

<sup>127</sup> BOTTOMORE, Tom; op. cit. pp. 46

reestruturava a partir do final da década de 70 nos grandes centros industriais do país. O Partido dos Trabalhadores como produto deste universo caracterizou sua função

“como a de instrumentalizar as reivindicações dos que se viam até então privados de direitos políticos. Pretendia aumentar as oportunidades de participação, para permitir o engajamento ativo das camadas que nunca haviam participado da política em nível formal. Ele deveria canalizar as reivindicações para adquirir força política nacional e atingir certos patamares de representação e poder político”.<sup>128</sup>

A posição assumida pelo Partido dos Trabalhadores de Campinas, entre 1989 e 1991, de procurar transpor para o governo municipal sua estrutura de democracia interna foi um reflexo da condição de formação do próprio PT e da identidade por ele construída no final dos anos 70 e início dos 80. Abrir mão de sua identidade no momento em que o partido chegou ao poder era perder de vista o sentido mais amplo de luta pela implantação de um projeto social e político que se confundia com a própria história partidária.

Desta forma, o desfecho da crise política de 1989/91 pode ser visto como o resultado da decisão do Partido dos Trabalhadores de se manter, em Campinas, como um partido de massas e socialista, condicionando o exercício do poder à manutenção da identidade partidária. Era uma identidade partidária que permitia manter a unidade entre o programa e a ação de construção de uma nova sociedade, ou seja, produzia e reproduzia o próprio Partido dos Trabalhadores mas, era também uma identidade que tinha a função de ampliar a base eleitoral do partido, indo além da militância partidária, uma vez que

funcionava como forma de diferenciação do PT dos demais partidos no município, catalisando a população descontente com a crise econômica e com as gestões municipais anteriores a 1988.

A vitória do PT em Campinas em 1988 teve um compromisso programático/ideológico de transformar a estrutura e as relações de poder no interior da Administração Municipal em Campinas, além da estrutura do aparelho de Estado que havia servido ao exercício do poder das elites econômicas e políticas do município em aparelho de Estado permeável às pressões populares, funcionando pela via da democracia direta. Este compromisso estava presente nas bases, nos núcleos do partido no município. Para o Partido dos Trabalhadores abandonar este programa significava abandonar sua característica fundamental, que havia lhe proporcionado a vitória nas eleições municipais de 1988.

Contra o projeto petista de transformação da estrutura de poder municipal havia a organização do aparelho de Estado existente, legalmente constituído, que permitia a concentração do exercício do poder nas mãos dos quadros do partido na Prefeitura, longe das pressões, do controle popular e do próprio partido ao qual o prefeito pertencia. Da mesma forma que permitia que grupos estranhos ao projeto político do Partido dos Trabalhadores exercessem pressões sobre o prefeito, cabendo apenas ao Poder Executivo avaliar as vantagens de adesão a tais grupos. O poder Executivo podia reivindicar legalmente mais autonomia frente ao partido, se assim desejasse ou tivesse interesse.

---

<sup>128</sup> ALVES, M.<sup>a</sup> Helena Moreira; op. cit., 277

No desfecho da crise política, a direção e as bases do Partido dos Trabalhadores optaram por se manter como um partido de massas, sustentado por um programa socialista e se afastaram do poder municipal que, naquele momento, privilegiava uma administração pragmática e adaptada às garantias que o aparelho de Estado burguês oferecia contra as práticas da democracia petista. As bases do PT de Campinas não se identificavam com a forma de exercício de poder praticada pelo prefeito e alguns de seus auxiliares no governo municipal e com os limites impostos ao exercício do poder popular.

A discordância quanto às práticas políticas da Administração Municipal pode ser compreendida quando analisada a composição do PT de Campinas. É possível observar que o compromisso com a participação popular e a democracia de base está amplamente presente: as correntes que integram o PT no momento da crise em Campinas são, em sua maioria, aquelas que surgiram no partido a partir da luta pelo reconhecimento político dos movimentos sociais no município.

Por sua vez, o quadro de dirigentes do PT em Campinas foi formado no interior dos movimentos populares e a sobrevivência política destes dirigentes parecia estar vinculada à sua inserção nestes movimentos, seja na forma de associações de moradores, sindicatos ou CEB's. O exercício do poder municipal desvinculado das bases partidárias, significava o fim da sustentação política dos quadros do partido e do próprio partido. Não é por acaso que a exceção se encontrava com o grupo que compunha o quadro partidário que atuava na Prefeitura, aliado ao prefeito Jacó Bittar na crise política. Este grupo defendia uma maior autonomia da Administração Municipal frente às determinações do Diretório Municipal, se opunha às determinações partidárias, na mesma medida em que não possuíam grandes

vínculos com os núcleos do Partido dos Trabalhadores de Campinas. A começar pelo próprio prefeito Jacó Bittar, um importante líder sindical - surgido no sindicato dos petroleiros de Paulínea - que se projetou nacionalmente no Partido dos Trabalhadores. No entanto, apesar de sua importância no PT-Nacional, Jacó Bittar em Campinas já não tinha qualquer vínculo com as bases locais do PT.

Para que a campanha do candidato petista decolasse, estava implícito um compromisso entre o candidato e as bases. O que se viu entre janeiro de 1989 e 1991 foi o rompimento deste compromisso e uma disputa entre estas duas partes, uma dirigindo a Administração Municipal e a outra dirigindo a Partido dos Trabalhadores.

A democracia representativa burguesa que permitia uma grande autonomia do Poder Executivo em relação às pressões populares, que via na participação popular no governo uma opção e não uma necessidade, entrou em choque com a democracia direta e os Conselhos Populares propostos pelo PT. Assim, o Partido dos Trabalhadores ficou ainda mais fragmentado: de um lado uma parte da Administração Municipal, com uma visão pragmática do poder, cedendo à alianças com setores contrários à proposta de governo do PT, e de outro, o próprio partido, com seus quadros e suas bases tentando implantar em Campinas “o modo petista de governar”.

Dividido o partido, foi possível ao prefeito manter, legalmente, a autonomia desejada diante das diretrizes do primeiro, provando que a transformação da estrutura do poder e do uso do aparelho de Estado na democracia burguesa não ocorre com a inserção de um partido político com novas propostas em apenas uma instância desta estrutura, no caso o Poder Executivo. Isto porque, quem venceu as eleições majoritárias no município

não foi o partido político, mas o candidato. Toda pressão que vinha do partido do prefeito sobre o Poder Executivo podia ser considerada externa ao próprio poder. Se alguma pressão legítima e eficaz pudesse ser exercida sobre os atos do Executivo pela população organizada, contra a vontade do prefeito, esta deveria ser exercida através da Câmara de Vereadores. Isto se, pela sua composição, os vereadores eleitos tivessem vínculo com os movimentos populares, ou a Câmara tivesse intenção de fazer oposição ao governo, abrindo um canal de participação popular no estado.

Na democracia representativa burguesa nem mesmo o Legislativo é obrigado a manter vínculos com eleitores fora do período eleitoral. Mas no Legislativo o PT não tinha maioria e o prefeito, a cada nova etapa da crise, se distanciava mais do partido.

Entre o projeto de socialismo do PT e a estrutura de poder democrática burguesa havia uma grande distância. A força da decisão centralizada depositada no Poder Executivo na composição do aparelho de Estado deu autonomia ao prefeito para tentar fazer prevalecer suas decisões frente às determinações do partido. O poder, no município de Campinas, continuou sendo exercido no interior deste aparelho de Estado e, frente a ele, o PT retornou à condição de oposição ao poder constituído.

Resta saber se com sua saída da Administração Municipal o Partido dos Trabalhadores ganhou força política na condição de oposição no município, lutando por uma prática política democrática sustentada pela participação popular; se conseguiu levar adiante a formação de uma consciência de participação política direta às camadas populares no município, se reforçou com a população a importância do papel da sociedade organizada na gestão municipal ou simplesmente adiou uma experiência de superação da

democracia burguesa em Campinas. Apesar de importantes, tais reflexões transcendem os objetivos deste trabalho. Sabe-se, apenas, que nem Jacó Bittar e nem o Partido dos Trabalhadores saíram vitoriosos nas eleições municipais em Campinas de 1992. A Administração Municipal retornou às mãos dos antigos líderes políticos que haviam marcado a Prefeitura de Campinas antes da chegada do PT ao poder.

## BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. “O Sindicalismo Brasileiro entre a Conservação e a Mudança” in SORJ, Bernardo & ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de (org.) *Sociedade e Política no Brasil pós 64*. SP, Brasiliense, 1983; p. 198.
- ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis, Vozes, 1984.
- ANDERSON, Perry. *A Crise da Crise do Marxismo*. SP, Brasiliense, 1984.
- AZEVEDO, Clovis Bueno de. *Leninismo e Social-Democracia: Uma Investigação sobre o Projeto Político do Partido dos trabalhadores*. SP, Mestrado em Ciência Política / Departamento de Ciência Política, USP, 1991.
- AZEVEDO, Ricardo. “Uma varinha de condão”, in *Teoria e Debate*, nº4, setembro de 1988.
- BERBEL, Márcia Regina. *Partido dos Trabalhadores: Tradição e Ruptura na Esquerda Brasileira (1979/1980)*. SP, Mestrado em História / Departamento de História, USP, 1991.
- BERNSTEIN, Eduard. *Las Premisas del Socialismo y las Tareas de la Socialdemocracia*. México, siglo XXI, 1982.
- BOBBIO, Norberto. *A Teoria das Formas de Governo na História do Pensamento Político*. Brasília, UNB, 1980.
- BOBBIO, Norberto. *As Ideologias e o Poder em Crise*. Brasília, UNB/Polis, 1988.
- BOBBIO, Norberto. *O Futuro da Democracia*. RJ, Paz e Terra, 1986.
- BOBBIO, Norberto. *O Marxismo e o Estado*. RJ, Graal, 1979.
- BOBBIO, Norberto. *Qual Socialismo?* RJ, Paz e Terra, 1983.
- BOFF, Leonardo. “Nova realidade social e novas formas de exercício do poder político”, mimeo.
- BOITO Jr. , Armando. “A constituição do proletariado em classe, a propósito do Manifesto Comunista de Marx e Engels” in *Revista Crítica Marxista*, vol. I, tomo 6, SP, Xamã, 1998
- BOSCHI, Renato Raul. *A Arte da Associação: Política de Base e Democracia no Brasil*. SP, Vértice, 1987.
- BOTTOMORE, Tom. *Sociologia Política*. RJ, Zahar, 1981.

- *Caderno de Debates* nº11, Campinas, abril de 1991.
- *Cadernos de Debates/PT* ; preparação para o Encontro Municipal Extraordinário do PT-CAMPINAS de 27 de janeiro de 1991.
- CARDOSO, Fernando Henrique; LAMOUNIER, Bolivar (orgs). *Os Partidos e as Eleições no Brasil*. RJ, Paz e Terra, 1978.
- CERRONI, Umberto. “Além dos Limites do Velho Socialismo”. *Revista Novos Rumos*, SP, ano 4 , nº 15, 1989.
- CERRONI, Umberto. *Teoria do Partido Político*. SP, Ciências Humanas, 1982
- CERRONI, Umberto. *Teoria Merxista del Partido Político*. México, Siglo XXI, 1978.
- CÉSAR, Benedito Tadeu. *Verso, Reverso e Transverso: O PT e a Democracia no Brasil*, Campinas, 1995 (mimeo).
- CHACON, Vamirech. *História dos Partidos Brasileiros*. Brasília, UnB, 1985.
- CHARLOT, Jean. *Os Partidos Políticos*. Brasília, UNB, 1982.
- COLE, G. D. H. *História del Pensamiento Socialista*. México, Fondo de Cultura Económica, 1962.
- COLLETTI, Lucio. *Ultrapassando o Marxismo*. RJ, Forense-Universitária, 1983.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *A Democracia como Valor Universal e Outros Ensaio*. RJ, Salamandra, 1984.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *Democracia e Socialismo*. SP, Cortez/Autores Associados, 1992.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci, Um Estudo sobre seu Pensamento Político*. RJ, Campus, 1989.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *Marxismo e Política, A Dualidade dos Poderes e Outros Ensaio*. SP, Cortez, 1994.
- COUTO, Cláudio Gonçalves. *O Desafio de Ser Governo: O PT na Prefeitura de São Paulo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995
- DAHRENDORF, Ralf. *As Classes Sociais e seus Conflitos na Sociedade Industrial*. Brasília, UNB, 1982.
- DANIEL, Celso. “Participação Popular”, in *Teoria e Debate* , nº 2, março de 1988.
- DIRCEU, José & POMAR, Vladimir. *Algumas Considerações sobre as Tendências Organizadas do PT*. SP, {?}, s/d
- DUVERGER, Maurice. *Os Partidos Políticos*. RJ, Zahar, 1970.
- EASTON, David. *Uma Teoria da Análise Política*. RJ, Zahar, 1968.
- ELSTER, John. *Marx Hoje*. RJ, Paz e Terra, 1991.

- FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder*. Porto Alegre, Globo, 1975.
- FERNADES, Florestan. *O PT em Movimento*. SP, Cortez, 1989.
- FERNANDES, Florestan. *Brasil: Em Compasso de espera*. SP, Hucitec, 1980.
- FERNANDES, Florestan. *Pensamento e Ação: O PT e os Rumos do Socialismo*. SP, Brasiliense, 1989.
- FLEISCHER, David (org.). *Os Partidos Políticos no Brasil*. Brasília, UNB, 1981.
- FRANCO, Augusto et al. "O PT e o Marxismo" in *Cadernos Teoria & Debate*, 1991.
- FREDERICO, Celso (org.). *A Esquerda e o Movimento Operário (1964/1984)*. SP, Novos Rumos, 1987.
- GADOTTI, Moacir & PEREIRA, Otaviano. *Pra Que PT?* SP, Cortez, 1989.
- GALLETTA, Ricardo, "Conselhos Populares na Administração Petista", documento do Diretório Municipal do PT-Campinas; mimeo, s/d.
- GARCIA, Marco Aurélio (org.). *As Esquerdas e a Democracia*. RJ, Paz e Terra, 1986.
- GARCIA, Marco Aurélio. "A Social-Democracia e o PT" in *Teoria & Debate*. SP, nº 12, dez. de 1990.
- GERTH, Hans & MILLS, Wright. *Max Weber, Ensaio de Sociologia*. RJ, Zahar, 1974.
- GIANINI, Adhemar. *PT, Um Projeto para o Brasil*. SP, Brasiliense, 1989.
- GRAMSCI, A. *A Concepção Dialética da História*. RJ, Civilização Brasileira, 1978.
- GRAMSCI, A. *Maquiavel a Política e o Estado Moderno*. RJ, Civilização Brasileira, 1980.
- GRAMSCI, A. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. RJ, Civilização Brasileira, 1979.
- GRAMSCI, A. *Poder, política e Partido*. SP, Brasiliense, 1990.
- GRUPPI, Luciano. *O Conceito de Hegemonia em Gramsci*. RJ, Graal, 1978.
- GUIMARÃES, Juarez Rocha. *Claro Enigma: O PT e a Transição Socialista*. Campinas, 1990, mimeo.
- GURGEL, Cláudio. *Estrelas e Borboletas*. RJ, Papagaio, 1989.
- GURVITH, Georges. *A Vocação Atual da Sociologia*, Vol. 1; Lisboa/Santos; Cosmos/Martins Fontes. 1979
- HUMPHREY, John. "As Raízes e os Desafios do Novo Sindicalismo da Indústria Automobilística" in *Estudos CEBRAP* nº 26. SP, 1980.
- HUNTINGTON, Samuel P. *A Ordem Política nas Sociedades em Mudança*. SP, Forense Universitária, 1975.

- INGRAO, Pietro. *Crise e Terceira Via*. SP, Ciências Humanas, 1981.
- JAGUARIBE, Hélio (org.). *Brasil, Sociedade Democrática*. RJ, José Olympio, 1985.
- KECK, Margaret E. *A Lógica da Diferença*. SP, Ática, 1991.
- KINZO, Maria D'Alva G. *Radiografia do Quadro Partidário Brasileiro*. SP, Konrad-Adenauer-Stiftung, 1993.
- KOWARICK, Lúcio & SINGER, André. "A Gestão do PT em São Paulo" in *Novos Estudos Cebrap*, SP, n° 35, março, 1993.
- LAMOUNIER, Bolivar & MENEGUELLO, Rachel. *Partidos Políticos e Consolidação Democrática*; SP, Brasiliense, 1986.
- LARANJEIRA, Sônia (org.). *Classes e Movimentos Sociais na América Latina*. SP, Hucitec, 1990.
- LENIN, V. *Obras Escolhidas*. SP, Alpha-Omega, 1980.
- LOUREIRO, Isabel Maria. "Democracia e Socialismo em Rosa Luxemburgo" in *Revista Crítica Marxista*, vol. I, toma 4; SP, Xamã, 1997
- LUKÁCS, G. *História e Consciência de Classe*. Porto, Escorpião, 1974.
- LUXEMBURGO, Rosa de. *Textes*. Paris, Editions Sociales, 1969.
- MARCONDES, Celso. *Em Algum Lugar do Passado*. SP, Brasil Urgente, 1991.
- MARX, K & ENGELS, F. *Obras Escolhidas*. SP, Alpha-Omega, s/d.
- MENEGUELLO, Rachel. *PT: A Formação de um Partido*, RJ, Paz e Terra, 1989.
- MICHELS, Robert. *Os Partidos Políticos*. SP, Senzala, s/d.
- MICHELS, Robert. *Sociologia dos Partidos Políticos*. Brasília, UnB, 1982.
- MOISÉS, José Alvaro. "Democratização e Política de Massas no Brasil" in *Lua Nova*, SP, n° 26, 1992.
- MOISES, José Álvaro. "Partido de Massas, Democrático e Socialista" in SADER, Emir, *E Agora PT? Caráter e Identidade*. SP, Brasiliense, s/d.
- MOTA, Carlos Guilherme. *Brasil em Perspectiva*. SP, Difel, 1975.
- NEUMANN, Sigmund (org.). *Partidos Políticos Modernos*. Madrid, Tecnos, 1965.
- NOVAES, Carlos Alberto Marques. "PT: Dilemas da Burocratização" in *Novos Estudos Cebrap*, SP, n° 35, março, 1993.
- OFFE, Claus. *Problemas Estruturais do Estado Capitalista*; RJ, Tempo Brasileiro, 1984.
- OLIVEIRA, Isabel Ribeiro de. *Trabalho e Política; As Origens do Partido dos Trabalhadores*. Petrópolis, Vozes, 1987.

- PANNEKOEK, Anton. *La Contre-Revolution Bureaucratique*. Paris, UGE, 1973.
- PEDROSA, Mário. *Sobre o PT*, SP, Ched, 1980.
- POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o Poder, o Socialismo*. RJ, Graal, 1985.
- PRZEWORSKI, Adam. *Capitalismo e Social-Democracia*. SP, Cia das Letras, 1989.
- RABOTNIKOF, Nora. *Max Weber: Desencanto, Política y Democracia*. México, Universidad Nacional Autónoma de México, 1989.
- RADICE, Giles. *Socialismo Democrático*. RJ, Zahar, 1967.
- REIS FILHO, Daniel Aarão {et al.}. *História do Marxismo no Brasil*. RJ, Paz e Terra, 1991.
- REIS, Fábio Wanderley & O'DONNELL, Guillermo (org.). *A Democracia no Brasil: Dilemas e Perspectivas*. SP, Vértice, 1988.
- REZENDE, Antonio Paulo. *História do Movimento Operário no Brasil*. SP, Ática, 1986.
- RIDENTI, Marcelo. *O Fantasma da Revolução Brasileira*. SP, Unesp, 1993.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. *CUT: Os Militantes e a Ideologia*. RJ, Paz e Terra, 1990.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. *Partidos e Sindicatos*. SP, Ática, 1990.
- ROEMER, John E. (org.). *El Marxismo: una perspectiva analítica*. México, Fondo de Cultura Económica, 1989.
- ROSSANDA, Rossana et al. *Teoria marxista del Partido Político*. México, Siglo XXI, 1987.
- SADER, Eder. *Quando Novos Personagens Entraram em Cena*. RJ, Paz e Terra, 1988.
- SADER, Emir (org.). 1994. *Idéias para uma Alternativa de Esquerda à Crise Brasileira*. RJ, Relume-Dumará, 1993.
- SADER, Emir (org.). *PT: Caráter e Identidade*. SP, Brasiliense, s/d.
- SADER, Emir. *Governar Para Todos: Uma Avaliação da Gestão Luiza Erundina*; SP, Scritta, 1992.
- SAES, Décio. "Marxismo e história" in *Revista Crítica Marxista*, Vol. I, nº 1; SP, Brasiliense, 1994.
- SAES, Décio. *Classe Média e Sistema político no Brasil*. SP, T. A. Queiroz, 1984.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Ordem Burguesa e Liberalismo Político*. SP, Duas Cidades, 1978.
- SANTOS, Wanderley Guilherme. *Paradoxos do Liberalismo*; SP, Vértice, 1988.

- SARTORI, Giovanni. *Partidos e Sistemas Partidários*. RJ, Zahar, 1982.
- SCHUMPETER, Joseph A. *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. RJ, Zahar, 1984.
- SELCHER, Wayne A. *A Abertura Política no Brasil: Dinâmica, Dilemas e Perspectivas*. SP, Convívio, 1988.
- SIMÕES, Júlio Assis. *O Dilema da Participação Popular: A Etnografia de um Caso*. SP; ANPOCS/Marco Zero, 1992.
- SOARES, José Arlindo & SOLER, Salvador. *Poder local e Participação Popular*. RJ, Rio Fundo, 1992.
- SOUZA, Maria do Carmo Campelo de. *Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930/1964)*. SP, Alpha-Ômega, 1976.
- STEPAN, Alfred (org.). *Democratizando o Brasil*. RJ, Paz e Terra, 1988.
- TAVARES, José Nilo. *Marx, o Socialismo e o Brasil*. RJ, Civilização Brasileira, 1983.
- TOGLIATTI, Palmiro. *Socialismo e Democracia*. RJ, Ilha, 1980.
- TOLEDO, Caio Navarro de (org.). *1964 - Visões Críticas do Golpe*. Campinas, Unicamp, 1977.
- TOLEDO, Caio Navarro de. "A modernidade democrática da esquerda: adeus à revolução?" in *Revista Crítica Marxista*, Vol. I, nº 1, SP, Brasiliense, 1994.
- TOLEDO, Caio Navarro de. *ISEB: Fábrica de Ideologias*. Campinas, Unicamp, 1997.
- TOLEDO, Caio Navarro de. *O Governo Goulart e o Golpe de 64*. SP, Brasiliense, 1977.
- TOURAINE, Alain. *O Pós-Socialismo*. Porto, Afrontamento, 1981.
- VENTURA, Zuenir. *1968, O Ano que não Terminou*. RJ, Nova Fronteira, 1988.
- WEFFORT, Francisco. *O Populismo na Política Brasileira*. RJ, Paz e Terra, 1980.
- WEFFORT, Francisco. *Por Que Democracia?* SP, Brasiliense, 1984.
- WEFFORT, Francisco. *PT, Um Projeto para o Brasil*. SP, Brasiliense, 1989.
- WEFFORT, Francisco. *Qual Democracia?* SP. Cia das Letras, 1994.

## DOCUMENTOS PARTIDÁRIOS

- “Balanço do Primeiro Mês da Administração Popular” de Campinas; PT-Campinas, 1989
- “Contribuição ao Debate Interno do PT-Campinas”; janeiro de 1990; documento interno do PT – Campinas
- “Movimentos sociais e poder popular” cadernos do CEAS, nº 89
- “Participação popular e transparência administrativa”, plenária municipal do PT - Santo André/SP;
- “PT: Resolução da Executiva Estadual sobre as Prefeituras Petistas”; diretório regional do PT/SP
- “Resolução sobre Conselhos Populares”, encarte especial do Informativo Paulistano, nº2, fevereiro de 1989;
- “A Participação Popular e a Administração Petista”, texto elaborado pela Coordenação da Comissão Aberta de Participação Popular do PT-Campinas
- *Dossiê Interno do PT: Dois Anos de PT na Prefeitura ; PT-Campinas*
- *Partido dos Trabalhadores: Resolução da Executiva Estadual sobre as Prefeituras Petistas; 21 de novembro de 1988*
- *Resoluções do 1º Congresso do PT, novembro / dezembro de 1991*
- *VIIº Encontro Nacional do PT; São Paulo*
- *Vº Encontro Nacional do PT; São Paulo*

## PERIÓDICOS

- Gazeta de Pinheiros
- Jornal Correio Popular
- Jornal Diário do Povo
- Jornal do PT
- Jornal Folha de São Paulo
- OPTEI